

O PCP na resistênciã e na luta contra a nova ofensiva da direita

Resolução
do Comité
Central

Separata • Editorial: Dinâmica de Congresso • Pág. 2



Comício em Lisboa
Os trabalhadores
podem contar
com o PCP

Discurso de Álvaro Cunhal nas págs. 3, 4 e 5

CONFERÊNCIA
SINDICAL NACIONAL
13 - 14 DEZEMBRO 1991
CGTP

“A Conferência reuniu posições, agrupou forças e consolidou convicções e vontades que irão reforçar a capacidade de intervenção da CGTP-IN, a todos os níveis da sua estrutura.”

Págs. 6, 7, 8 e 9



Dias Coelho

Págs. 22 e 23

Cuba resiste empurrando para longe o impossível

— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 16 e 17

Avante!

Devido aos feriados dos dias 25 de Dezembro e 1 de Janeiro, os próximos números do «Avante!» sairão nos dias 27 de Dezembro e 3 de Janeiro, sexta-feira.

Dinâmica do Congresso

A convocação do XIV Congresso do PCP para o segundo semestre de 1992 e as orientações para o trabalho preparatório, aprovadas na reunião do Comité Central de 16 e 17 de Dezembro, marcam a abertura de um período especialmente importante na vida do Partido.

No quadro de radicais mudanças na situação internacional, nomeadamente, com as alterações verificadas no Leste Europeu e o desmantelamento da União Soviética, e perante uma complexa evolução da situação nacional onde nitidamente se avolumam as ameaças ao regime democrático, «o XIV Congresso é chamado (como acentua o Comité Central) a proceder a novas análises, definir orientações e tomar decisões da mais alta importância para a actividade ulterior e o futuro do Partido.»

O Comité Central aprovou um longo período de trabalho preparatório que é parte integrante do próprio Congresso e se inicia já no próximo mês de Janeiro, com a primeira fase dedicada à realização de iniciativas diversas promovidas pelas organizações do Partido sobre um vasto conjunto de temas submetidos a debate. Pode assim considerar-se que no dealbar do novo ano o PCP entra em dinâmica de Congresso.

Para os debates, cuja iniciativa e formas de concretização (reuniões de quadros, encontros, seminários, colóquios e outros) foi atribuída à responsabilidade das Direcções Regionais, das Regiões Autónomas e das frentes de trabalho, o Comité Central colocou desde já na agenda os temas mais candentes da situação nacional e internacional, designadamente: a evolução da situação mundial, a economia portuguesa, a situação social, o regime democrático, a independência nacional, democracia e progresso, as for-

mas de intervenção e de luta, o PCP no presente e no futuro do país.

Todas as organizações do Partido são assim chamadas de imediato a dar o seu contributo para a análise das novas situações e na definição das orientações que serão apresentadas ao XIV Congresso. A todos os membros do Partido serão assegurados os espaços e as condições para defenderem as suas opiniões e pontos de vista e adiantar as suas propostas.

Deve salientar-se, a propósito, que na segunda fase do trabalho preparatório (a elaboração pelo Comité Central das teses a apresentar ao Congresso) serão tomadas em consideração todas as contribuições resultantes das iniciativas de debate.

Como é sabido, as teses do Comité Central serão depois levadas ao debate em todo o Partido, na terceira fase do trabalho preparatório, ainda antes do Congresso.

O «Avante!», como já aconteceu em anteriores Congressos e aperfeiçoando essas experiências, vai inserir-se intensamente neste amplo debate partidário, quer reflectindo nas suas páginas as iniciativas das organizações do Partido, quer promovendo as suas próprias iniciativas de debate.

A dinâmica de Congresso não pode significar que o Partido mergulhe na discussão interna alheando-se do evoluir da situação do país e do mundo. Ao contrário, o trabalho preparatório do Congresso tem que realizar-se com o acompanhamento ainda mais atento da situação nacional e internacional e o desenvolvimento da actividade geral do Partido em todas as frentes. Como salienta o Comité Central, «o Partido tem de voltar para a intervenção na vida social e política do país o fundamental das suas atenções, energias e actividade.»

Esta atitude partidária é ainda mais imperiosa no quadro político que se seguiu à confirmação da maioria absoluta do

PSD, com o Governo de Cavaco Silva a desenvolver uma intensa ofensiva contra as condições de vida e os direitos sociais do nosso povo, uma política económica contra as camadas laboriosas e os interesses nacionais e uma ofensiva contra a democracia política visando a sua perversão e desfiguração.

Para fazer frente a esta ofensiva generalizada da direita, o Comité Central apontou quatro linhas de resistência e de luta: a luta de massas; o reforço das mais diversas organizações, movimentos e estruturas de carácter unitário; a acção e intervenção nas instituições democráticas, nomeadamente na Assembleia da República e nas Autarquias Locais; a luta pela unidade dos trabalhadores e pela cooperação, convergência e unidade dos democratas.

A viabilização desta linha de resistência coloca como condição decisiva o reforço do PCP, o Partido com que os trabalhadores e todo o povo português podem contar para fazer frente sem ambiguidades à ofensiva governamental e para trabalhar sem descanso para, com as outras forças democráticas, procurar os caminhos de uma alternativa à direita.

O reforço do PCP pressupõe, designadamente, como o Comité Central acentuou, a salvaguarda da coesão e da unidade face às campanhas e intrigas antipartidárias em curso; a concretização das direcções prioritárias de trabalho apontadas pelas últimas reuniões do CC face aos grandes desafios que se colocam ao Partido; um melhor conhecimento e uma decidida melhoria da organização partidária face às subestimações e deficiências acumuladas durante as últimas batalhas políticas. Em relação a este último e essencial aspecto, importa chamar a atenção para a decisão do Comité Central de fixar o período de 15 de Fevereiro a 15 de Março, para reuniões e plenários por toda a estrutura partidária dedicados aos problemas de organização, a culminar com uma reunião do Comité Central, que será oportunamente convocada.



Em Lisboa realizou-se na sexta-feira um grande comício do PCP

RESUMO

11

Quarta-feira

Um congressista norte-americano apresenta um protesto relativo em Timor-Leste enquanto uma delegação da Assembleia da República anuncia que vai partir para o Canadá e Estados Unidos para iniciar missões de sensibilização para a causa do povo maubere. O serviço de administração do IVA concretiza 51 do total previsto de 80 despedimentos que anunciou que irá efectuar. A reunião dos ministros da Defesa da NATO discute a situação na União Soviética e os resultados da cimeira de Maastricht.

12

Quinta-feira

Em todo o País é feito um minuto de silêncio em honra das vítimas do massacre de Dili, um mês depois de ele ter ocorrido, ao mesmo tempo que australianos e indonésios iniciam a exploração do petróleo timorense. O Governo nomeia novos governadores civis. Na Assembleia da República o PSD, através do deputado Pacheco Pereira, critica o presidente da República, Mário Soares, pela forma como este se tem referido a certos aspectos da actividade governamental. Toda a oposição é unânime em condenar a intervenção do deputado social-democrata. O parlamento russo ratifica a nova Comunidade de Estados Independentes criada no domingo passado por Boris Ieltsin e seus homólogos da Ucrânia e Bielorrússia.

13

Sexta-feira

No cinema Império em Lisboa realiza-se um comício do PCP. A sala enche e o secretário-geral do partido, Álvaro Cunhal, discursa reafirmando a actualidade dos ideais comunistas. Inicia-se a Conferência Sindical Nacional da CGTP. No discurso de abertura, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da *Inter*, recusa a política de contenção salarial anunciada pelo Governo. Na Assembleia da República trabalhadores da administração local e central assistem ao debate sobre o regime de contratação no Estado. O PCP consegue que eles sejam discutidos em plenário, considerando que a ideia central que preside aos decretos em causa é a de passar pessoas a trabalhar em regime precário ao desemprego. A sede do PSD em Miranda do Corvo é fechada por decisão dos dirigentes locais daquele partido, descontentes com a substituição do governador civil. As cinco repúblicas da Ásia Central soviética anunciam a sua intenção de aderir à nova comunidade de Estados.

14

Sábado

Cavaco Silva e Felipe Gonzalez, responsáveis governamentais de Portugal e Espanha, reúnem-se em Trujillo para discutir as consequências para a Península Ibérica dos acordos de Maastricht. Termina a Conferência Sindical Nacional. A Coreia do Norte manifesta-se disponível para rece-

ber para tratamentos o ex-líder da RDA, Erich Honnecker, que se encontra na embaixada do Chile em Moscovo, país que lhe recusou asilo político depois de o Governo da Federação Russa lhe ter dado ordem de saída. Realiza-se o primeiro congresso da Refundação Comunista, partido que surge dos comunistas italianos que não estiveram de acordo com a transformação do ex-PCI em PDS.

15

Domingo

A lista liderada por Vítor Melícias ganha a presidência da União das Misericórdias, depois de Melícias não ter sido reconduzido no cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo o Governo nomeado Fernanda Mota Pinto. Termina o congresso dos sociais-democratas da Madeira. Quase 500 pessoas morrem num naufrágio de um ferry-boat egípcio no mar Vermelho. A Federação Russa apresenta um pedido de reconhecimento oficial dos Estados Unidos quando chega a Moscovo o secretário de Estado norte-americano James Baker para reuniões com dirigentes da União Soviética.

16

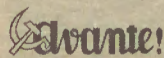
Segunda-feira

No Conselho de Ministros das Finanças da CEE é aprovado o «Programa de Convergência» do Governo português, que tem como grande linha a contenção dos aumentos salariais e das despesas públicas. São empossados pelo MAI 18 governadores civis, 12 dos quais já o eram com o anterior Governo. O embaixador da Indonésia na Austrália adverte que a actuação australiana a favor dos direitos humanos em Timor «seria mais efectiva se fosse mais moderada». Inicia-se em Bissau o Congresso do PAIGC. James Baker encontra-se em Moscovo com Mikhail Gorbatchov e Boris Ieltsin. O IRA coloca uma bomba de fraca potência num nó ferroviário de Londres, provocando o encerramento de todas as grandes estações da capital britânica. Termina a primeira visita de um primeiro-ministro indiano à China desde há 30 anos.

17

Terça-feira

Cavaco Silva fala na AR sobre as conclusões da cimeira de Maastricht. Apresentação do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que a oposição considera ter falta de rigor. O CC do PCP marca Congresso do Partido para final de 1992. O embaixador australiano em Jacarta afirma que Portugal «não tem o direito de interferir» nas questões respeitantes a Timor-Leste. Amnistia Internacional considera inaceitáveis os resultados do inquérito das autoridades indonésias sobre o massacre de Dili. O Parlamento russo decide que o Kremlin e todo o seu património passa a ser propriedade da Rússia a partir de 31 de Dezembro; entretanto, um porta-voz de Gorbatchov afirma que este «recusa definitivamente» aceitar «um papel honorífico» na Comunidade de Estados Independentes (CEI).



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04 Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP



Um grande comício de um grande Partido

Foi um público entusiástico aquele que respondendo ao apelo da Organização Regional de Lisboa encheu por completo, faz amanhã oito dias, o Cinema Império, na capital, para participar no comício que contou com a presença do Secretário-Geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. Tratava-se de dar a conhecer publicamente os pontos de vista do PCP sobre as principais questões da actualidade nacional, inseridos na perspectiva da dinamização da sua actividade e do consequente combate à política de direita do Governo.

Qualquer destes aspectos, está bem de ver, esteve no eixo das intervenções produzidas ao longo de comício, atentamente seguidas por uma massa de gente combativa que não dispensou a oportunidade de expressar em variados momentos, convictamente, a sua confiança no futuro do Partido e da sua intervenção no quadro da vida nacional e o seu orgulho pela condição de militantes comunistas.

Isto foi particularmente visível ao longo da interven-

ção de Álvaro Cunhal, frequentemente interrompida por vibrantes aplausos, sublinhados com palavras de ordem gritadas em unísono, quase sempre que no seu discurso tratou de explicitar posições relativamente a questões da vida interna do Partido que têm sido utilizadas como armas em campanhas públicas contra o PCP.

Mas se o comício foi um acto de esclarecimento e de acção política ele não deixou de ser também um momento de festa e alegria, convívio que começou pontualmente às 21.30 horas, com a actuação do Grupo de Música Popular Portuguesa «Ronda dos Quatro Caminhos». O canto e a dança contagiaram então a assistência, sendo particularmente notada entre o grupo de jovens que ocupava a área adjacente ao palco.

Concluída a actuação, após uma rápida mudança de cena, António Abreu, membro do CC, chama então para a mesa do comício os membros da Organização Regional de Lisboa e ainda Jerónimo de Sousa, Jorge Cordeiro, António Andrez, José Casanova, Octávio Pato, Domingos

Abrantes, Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal.

Entre gritos de «PCP, PCP» e o ondular de bandeiras vermelhas agitadas por toda a sala, precedendo a intervenção do secretário-geral do PCP, é chamado a intervir Jorge Cordeiro, membro da ORL e da Comissão Executiva Nacional.

Pondo o acento tónico da sua intervenção na acção do Partido em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, Jorge Cordeiro deixou palavras de solidariedade para com os milhares de trabalhadores presentemente em luta, realçando ainda as particulares responsabilidades que o PCP em breve será chamado a assumir no âmbito da instituição desse novo órgão de soberania que é a Área Metropolitana de Lisboa.

Entretanto, no período que mediou entre as duas intervenções, António Abreu anuncia a chegada à mesa de um documento suscrito por mais de sete dezenas de sindicalistas do distrito de Lisboa, presentes na Conferência Sindical Nacional a decorrer nesse momento em Lisboa,

facto que foi acolhido com vibrantes manifestações de aplauso.

Na sua mensagem, face à «impossibilidade, devido a tarefas sindicais, de estarem presentes no comício», os sindicalistas «saúdam fraternalmente os presentes e todos quantos com a sua humildade, verticalidade e dedicação prosseguem a luta em torno do reforço do nosso Partido e dos nobres ideais do socialismo».

Concluída a intervenção do secretário-geral do PCP, após o Hino Nacional e o «Avante Camarada» e antes de dar por encerrado o comício, António Abreu anuncia o resultado da colecta de fundos obtida entre os presentes, cujo valor se elevou a 330 mil escudos. Só que a informação, sem que o soubesse, estava incompleta. É que do «terceiro anel» - como lhe chamou António Abreu -, levantando-se das cadeiras com os envelopes bem erguidos na mão, estavam ainda os contributos de umas centenas de pessoas, valor que ainda não tinha sido recolhido e, consequentemente, contabilizado na receita final.

Álvaro Cunhal O PCP está vivo e actuante

Camaradas:

Parece que há para aí quem queira convencer-se a si próprio de que o PCP está indeciso, paralisado, condenado a um «declínio irreversível», a esvaír-se e a desagregar-se. E, tal como o avestruz, metem a cabeça na areia para não verem (ou pior que o avestruz vêem perfeitamente mas desmentem o que vêem) que o PCP está vivo e actuante e defronta os temporais que assolam o mundo e o momento complexo e perigoso que se atravessa em Portugal, com serenidade, empenhamento militante e confiança no seu próprio futuro.

Este comício insere-se na acção corrente do Partido, no quadro de reuniões, encontros de quadros, plenários e outras iniciativas que têm lugar por todo o país.

A amigos e inimigos dizemos calmamente: o PCP está firme, de pé, coeso e empenhado na luta que continua.

Uma tarefa central: lutar contra a política do Governo

De todas as tarefas que na situação presente se colocam ao nosso Partido, podemos considerar duas como centrais e fundamentais.

Uma é o combate à política do Governo que procura levar a cabo o seu plano de restauração do domínio do grande capital à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores e que está dando sérios golpes no regime democrático, tentando desvirtuar e mesmo liquidar alguns dos seus elementos essenciais.

Outra é o reforço do nosso Partido, tarefa central e fundamental, porque o nosso Partido é o único que de forma firme e consequente se opõe à direita, o único que de forma firme e consequente defende os interesses dos trabalhadores, do povo e do país, o único que de forma firme e consequente defende o regime democrático e a independência nacional que a política de direita mostra não ser capaz ou não querer devidamente assegurar.

O nosso Partido preveniu o povo de qual seria a acção do Governo do PSD e de Cavaco Silva, se o PSD alcançasse de novo a maioria absoluta. Que não seria uma política de «sucesso» nem de significativa melhoria das condições de vida dos portugueses, nem de aproximação dos níveis europeus, mas uma política contra os trabalhadores, contra os interesses da grande maioria dos portugueses, contra a democracia.

É certo que o eleitorado deu ao PSD a maioria absoluta dos deputados. Mas a acção do Governo está de tal forma desmentindo as promessas e desiludindo as esperanças que muitos que votaram PSD estão já certamente a estas horas torcendo a orelha embora sem deitar sangue.

Têm boas razões para isso. Citemos apenas algumas justificações por factos recentes.

Acreditaram nas promessas de melhoramento das condições de vida e de trabalho? Aí têm o Primeiro-Ministro (dirigindo-se ao Conselho Permanente de Concertação Social) anunciar baixas taxas de inflação para justificar não apenas a contenção dos salários, mas a sua diminuição real.

Acreditaram na diminuição do desemprego, no aumento dos postos de trabalho, no melhoramento da situação social? Aí têm uma nova onda de despedimentos, a pressa do patronato em



Álvaro Cunhal

O PCP está vivo e actuante

aplicar as gravosas disposições do «pacote laboral», aumentos irrisórios das pensões e reformas, a declaração que acaba de ser feita anunciando o aumento das taxas moderadoras nos hospitais, diminuição da comparticipação do Estado no preço dos medicamentos e avanço na privatização de serviços de saúde; e o alastrar das manchas de pobreza, em contraste com as grandes fortunas que medram com o esbulho dos bens do Estado com fraudes monumentais, com o desvio dos Fundos da CEE para os bolsos das clientelas da direita, com a especulação erigida em política nacional.

Acreditaram numa política nacional de desenvolvimento, com a defesa efectiva dos sectores básicos da economia portuguesa? Na continuidade dos abafados escândalos das privatizações do Totta, do Espírito Santo, da Companhia Bonança, do Diário de Notícias e outras empresas, aí têm, já após as eleições, o anúncio da venda de novas empresas básicas como a Petrolgal e a fúria do esbulho pelos grandes capitalistas e pelo capital estrangeiro de linhas rentáveis da CP, da Portucel, da Mundial Confiança e de outras.

Acreditaram numa política de apoio às autarquias? Aí têm novas declarações do Primeiro-Ministro confirmando como seus objectivos criar divisões no poder local democrático que facilitem a aplicação da política de redução da capacidade financeira dos municípios ao mesmo tempo que para eles se transferem novas obrigações e responsabilidades que exigem consideráveis recursos.

Acreditaram que o Governo corrigiria a revoltante instrumentalização e manipulação dos grandes órgãos de comunicação social? Aí têm os homens à ordem do PSD na Alta Autoridade para a Comunicação Social, onde dispõem de maioria, ilibar os capangas do Governo na RTP acusados pela insolente e inadmissível resposta que se permitiram dar à mensagem do Presidente da República sobre a comunicação social.

Acreditaram os estudantes em que o Governo resolveria finalmente os graves problemas do ensino superior? Aí têm entraves na abertura das aulas, falta de pessoal, carência de instalações, atraso no pagamento de bolsas, má qualidade das cantinas, o anúncio do propósito de gravíssimos aumentos das propinas, o perigo de ruptura do ensino universitário público.

Acreditaram em que o Governo manteria a sua acção no quadro da legalidade e do regime democrático consagrado na Constituição? Aí têm o governo a procurar impor novas leis eleitorais, alterando o princípio da proporcionalidade e os círculos, a fim de garantir a sua permanência no poder, mesmo com grande redução de votos, o que, a par de outras medidas indica o plano de instaurar um sistema de partido único no poder, ou seja, uma ditadura efectiva, sob o manto enganador de um regime pseudo-parlamentar.

Um tal plano e nomeadamente o plano de governamentalização e partidarização do Estado continua a ter novas expressões. Já antes das últimas eleições chamámos a atenção para o afrontamento dos outros órgãos do poder (Presidente da República, Assembleia da República, Tribunais, poder local) pelo Governo do PSD de Cavaco Silva.

Agora retoma tal ofensiva e com arrogância e insolência de gente que julga dispor do poder absoluto e ditatorial. Já pusem a lei da rolha aos órgãos fiscalizadores da comunicação social, extinguindo o Conselho de Comunicação Social e criando essa Alta Autoridade dominada por paus mandados do Governo. Querem pôr a lei da rolha à Oposição na Assembleia da República com alterações do Regimento e práticas impostas pela sua dócil maioria. Agora querem também pôr a lei da rolha ao Presidente da República porque este, no uso dos seus direitos, criticou a governamentalização da comunicação social, alguns abusos inqualificáveis da RTP, alguns aspectos da acção governativa.

A intervenção na Assembleia da República de um deputado do PSD bem conhecido por esse género de intervenções é uma esclarecedora ilustração da forma como o Governo e o PSD entendem a democracia.

Se quer ressuscitar velhas querelas, é oportuno dizer que Mário Soares, que noutra altura sem razão dizia não querer ser um Kerenski, agora terá de impor-se porque parece que há gente na direita que gostaria que ele fosse o Tomás de Cavaco Silva.

Há razões para atender o alerta do PCP. Se os democratas não resistem em conjunto à direita ao nível das instituições, da acção política, da intervenção em todas as áreas da vida nacional, o perigo existe (não é propaganda) de termos dentro em pouco instalada no país espadeirando a democracia a ditadura de um partido arvorado em único partido do poder.

Com tal perspectiva, tendo alcançado de novo a maioria de deputados, o Governo julga poder avançar na sua política anti-democrática sem encontrar pela frente qualquer sério obstáculo.

OPS não é certamente no momento actual. O PS entende-se de novo com o PSD em aspectos fundamentais da sua política. Para a direita, o PS é um concorrente eleitoral, mas no momento actual é mais um comparsa que uma real oposição.

Mas se o PS novamente se entende com a direita, há entretanto um partido que não capitula nem capitulará, um partido que com os trabalhadores, com o povo, com todos os

democratas que não se verguem ante a direita, está firmemente determinado a resistir e a combater.

Esse partido todos sabem qual é. Sabe-o a direita. Sabe-o o PS. Esse partido é o nosso: é o Partido Comunista Português.

Os comunistas empenhados na luta que continua

Se os trabalhadores, se o povo, se os democratas cruzassem os braços e considerassem que não se pode fazer nada porque o Governo tem a maioria dos deputados então a sorte seria negra para o povo português e para Portugal.

Nós, comunistas, não cruzamos nem cruzaremos os braços. Cumprimos as obrigações e os compromissos que tomámos perante o povo de lutar contra o Governo de direita e em defesa dos interesses populares e nacionais, em defesa das liberdades e direitos dos cidadãos, em defesa da democracia. Não cruzamos nem cruzaremos os braços. Sempre com os trabalhadores, sempre com as massas populares, empenhamos e empenharemos as nossas capacidades e as nossas energias na luta que continua.

A luta continua impulsionada pelo esforço, as convicções e o ânimo do grande colectivo de homens, mulheres e jovens que é o nosso Partido. Com alegria verificamos que as mulheres continuam nas primeiras linhas, cientes dos seus direitos e afirmando pela acção elevada a consciência de militantes e de cidadãs. E que a juventude intervém com crescente e empenhada participação, em que se sente o impulso da combatividade da JCP, que de forma convicta e criativa expressa a confiança da juventude no futuro.

A luta continua no movimento sindical unitário, da CGTP-IN, outra grande força dos trabalhadores, do povo, da democracia, que é alvo de ataques e campanhas para a desviarem do seu glorioso curso, e que é necessário defender e fortalecer nas suas características fundamentais: a sua independência e firmeza de classe, o seu carácter de massas, a sua natureza unitária, a sua democracia interna, a sua unidade.

A luta continua, e é indispensável que continue, nas organizações e movimentos dos agricultores, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos deficientes.

A luta continua na Assembleia da República na qual os nossos deputados, cumprindo os compromissos assumidos perante o eleitorado, apresentaram, logo nos primeiros dias da nova legislatura, projectos de lei para a revogação das disposições mais graves do «pacote laboral», para a redução semanal do trabalho, para a actualização das pensões, para o acesso gratuito a medicamentos, para a extinção da PGA e a criação de novo regime de acesso ao ensino superior.

A luta continua no melhoramento do trabalho dos nossos eleitos nas autarquias, em ligação estreita com as populações, trabalhando com afinco para ultrapassar dificuldades e obstáculos, guiando-se pelo lema «trabalho, honestidade e competência» que os inspira na notável obra realizada em autarquias de maioria CDU.

A luta continua e não somos só nós, comunistas, que a continuamos. Na luta estão connosco portuguesas e portugueses que, não sendo comunistas, não aceitam passivamente as imposições antidemocráticas do Governo e tal como nós estão também dispostos a lutar.

A todos daqui saúdo, por intermédio daqueles que não sendo comunistas vieram participar neste comício, e reafirmo que o PCP está não só aberto ao diálogo e à troca e acerto de opiniões com todos os democratas, mas empenhado em estreitar e reforçar laços de cooperação e em traduzir objectivos comuns em acções comuns ou convergentes que a grave situação exige de todos nós.

Que se desiludam aqueles que pensam que, ante a afirmação arrogante do poder da direita, os trabalhadores portugueses, o povo português em geral e vastos sectores democráticos se deixarão passivamente explorar, oprimir e subjugar.

Que se desiludam aqueles que combatem o nosso Partido e deitam apressadamente foguetes proclamando que o PCP entrou em «declínio irreversível» e está condenado à morte. Nem o «comunismo morreu», nem o PCP está para morrer. Vivo e bem vivo, o PCP continua firme e coerente, defrontando e superando obstáculos e dificuldades, esclarecendo o povo, apoiando, promovendo, dinamizando a luta popular contra a direita, a luta nas mais variadas frentes pela solução dos grandes problemas nacionais.

As propostas do PCP silenciadas pela direita

As forças do capital, as forças da direita, o Governo e o PSD conhecem bem o papel do nosso Partido na vida nacional, sabem bem não só que o PCP é a grande força da resistência à sua política, como também que as propostas que o PCP faz ao povo português correspondem a interesses e aspirações muito profundas.

Por isso, a sua principal linha de ataque ao PCP não é o ataque às nossas propostas, às soluções que defendemos para os problemas nacionais.



Por isso mandam os seus sequazes na comunicação social silenciarem as propostas do PCP, silenciarem ou deturpam e falsificam a voz do PCP.

Por que não atacam o PCP dizendo a verdade? Dizendo por exemplo que o PCP reclama o respeito pelos direitos e liberdades dos trabalhadores nas empresas onde o patronato, com o apoio do Governo, os liquida e proíbe?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP defende firmemente o direito à greve?

Por que não atacam o PCP atacando as propostas do PCP? Dizendo por exemplo que o PCP defende um regime democrático que, ao contrário da política do Governo, tenha como inseparáveis a democracia política, económica, social e cultural?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário da política do Governo, o PCP reclama uma comunicação social democrática, plural e responsável?

Por que não atacam o PCP dizendo que, o PCP, ao contrário do Governo, luta por eleições com democraticidade que assegure a real manifestação da vontade popular e com respeito pelo princípio fundamental de que o número dos eleitos deve ser proporcional ao número dos votos?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP luta por um Estado democrático, representativo e baseado na participação popular?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP luta por uma administração pública descentralizada, desconcentrada, desburocratizada e aberta e por uma justiça também democratizada, célere e acessível?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP exige o cumprimento da Constituição e das leis, a legalidade democrática, um Estado de direito?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP defende o poder local democrático com garantia efectiva da autonomia das decisões na esfera das suas competências e meios e recursos financeiros bastantes?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP defende uma estratégia de desenvolvimento com o aproveitamento, a mobilização das potencialidades materiais e humanas do país e a gestão adequada dos recursos naturais?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP defende que os sectores básicos da economia portuguesa não sejam entregues aos interesses egoístas do grande capital nem à exploração e domínio de capitais e interesses estrangeiros?

Por que não atacam o PCP dizendo que, ao contrário do Governo, o PCP reclama que, no quadro da CEE, sejam defendidos com coragem e brio os interesses nacionais portugueses?

Não, o Governo, as forças da direita e mesmo outras forças nossas adversárias não combatem o PCP no plano político, com o confronto de ideias, de posições, de propostas.

Nos últimos anos têm combatido o PCP tomando como armas as grandes derrotas do socialismo que se verificam e se agravaram ainda mais nos últimos dias na URSS e no leste da Europa, e utilizando como peças fundamentais das suas campanhas as posições e actividades daqueles que dentro e fora do PCP têm mostrado o declarado objectivo de transformarem radicalmente o PCP, para que o PCP deixasse de ser o Partido lutador e convicto que é, e seguindo o caminho que esses querem, se tornasse um partido inofensivo para o grande capital e para a direita.

Falhando um tal propósito, como os acontecimentos mostram, procuram então, de fora, e se possível também de dentro por alguns, intrigar, conspirar, dividir e enfraquecer o nosso Partido.

É certo que com o apoio massivo dos grandes órgãos de comunicação social conseguem suscitar interrogações, dúvidas, vacilações.

Mas o Partido está dando resposta a tal campanha e cabe aqui confirmar com confiança que o nosso grande colectivo está firmemente disposto a defender, consolidar e reforçar o Partido, fazendo novas análises que respondam às mudanças e mutações que se verificam no mundo e no país, renovando o que haja para renovar, mas, sem facilitar qualquer esperança àqueles que nos combatem de que o PCP deixe de ser o partido que os seus militantes querem empenhadamente que seja.

A campanha anticomunista condenada à derrota

Aqueles que desejariam que o PCP, trambolhando por um «declínio irreversível», estivesse condenado a uma morte

próxima, não agrada a vitalidade, firmeza e convicção do Partido e a vontade militante do nosso grande colectivo.

Tenham paciência. Essa é a nossa realidade e a nossa vontade.

Nem nos intimidamos com a violência dos ataques que desferem de fora, nem nos deixaremos minar por dentro.

Há mil e uma razões para que o Partido assim responda às campanhas e actividades que contra ele se desenvolvem. Não se podendo citar todas, citemos apenas algumas.

Poderá aceitar-se que alguns membros do Partido que invocam constantemente os seus direitos (e que afirmam como serem seus direitos aquilo que o não são) entendam ter também o direito de não cumprirem nenhum dos seus deveres fundamentais como membros do Partido? Poderá aceitar-se que haja membros do Partido que se julguem grandes senhores a quem tudo seja permitido? Poderá aceitar-se que alguns se julguem intocáveis de forma a impunemente combaterem o Partido do qual são membros?

Tais atitudes não podem aceitar-se. Embora continuando a dar provas de grande serenidade, paciência e tolerância, devemos actuar através do combate político, ideológico, organizativo (e também em termos de disciplina, quando se torne indispensável) para que tais situações deixem de produzir-se no Partido.

A decisão da Comissão Central de Controlo e Quadros ratificada pelo Comité Central teve entre outros um mérito: mostrar de forma inequívoca que o grupo fraccionário não deverá alimentar qualquer veleidade de que conseguirá apossar-se do Partido para o transformar num outro partido. Creio, camaradas, que estão finalmente a compreendê-lo. E porque assim o compreenderam começaram alguns a sair em bicha, por vezes um a um, fornecendo à comunicação social calendarizadamente achas para manter o fogo sagrado dos ataques ao PCP. E começam outros a falar mais claro. É caso para dizer: obrigado por porem as cartas na mesa. **Porque quanto mais falam e mais claro falam, mais claras se tornam também as razões e a justeza da firme posição do Partido contra as suas actividades.**

Aos senhores conferencistas que andam pelo país a procurar aliciar gente contra o Partido é caso para dizer: multipliquem as vossas explicações, pormenorizai cada vez mais as vossas ideias e os vossos objectivos, deitai cá para fora tudo o que há muito vos vai na alma. Porque **quanto mais o fizerdes, melhor contribuição dareis para que seja conhecida a vossa real fisionomia e os vossos reais propósitos. Para que os militantes ainda mais profundamente tenham consciência do que é e do que vale o Partido, para que os militantes sintam ainda mais reforçado o seu empenhamento no reforço do Partido e da sua unidade, para que os militantes sintam ainda mais reforçada a sua consciência de que é necessário que este Partido, o PCP, respondendo com criatividade às novas situações, digno do seu passado, e intervindo com convicção no presente, assegure o seu futuro como partido comunista que sempre foi e quer continuar a ser.**

Se alguns, ao serem expulsos do Partido, logo nos dias seguintes proclamam que o seu objectivo é a formação de um novo partido ou para já o lançamento de um movimento político organizado com vistas à formação de um novo partido, não é evidente que essa ideia e a argumentação com que a justificam, não surgiram apenas agora porque esses mesmos foram afastados? Que era uma ideia que já os animava no seu trabalho fraccionário quando eram membros do Partido? E se alguns que ainda estão no Partido aprovam estas ideias, estes projectos, estas atitudes, estas actividades (e não os confundimos com outros que embora tendo participado num ou noutro encontro ou enviado um ou outro papel expressando solidariedade para com um ou outro amigo, querem de facto e com sinceridade e lealdade inserir-se no trabalho do Partido) nós perguntamos para que querem esses tais continuar cá?

Se acusam o Partido de que «pode bloquear a própria formação de um Governo de esquerda», de que «está a bloquear qualquer transformação social», de que «prejudica não só o ideal comunista, como toda a esquerda», que significam estas palavras? Significam claramente que consideram o PCP como o obstáculo que há que abater, para que se possa finalmente formar um Governo de esquerda, para que possa realizar-se em Portugal uma transformação social. O PCP é assim por eles considerado como um inimigo da esquerda.

Estas palavras são proferidas por quem já não é do Partido. Mas se se solidarizaram com essas ideias, com essas palavras e com aqueles que as proferem, alguns que dizem querer continuar a ser membros do Partido, nós perguntamos com razão o que é que cá fazem dentro? Como pode querer ser membro do PCP quem considere que o PCP é no fim de contas um inimigo da esquerda e da democracia?

Se em ligação e em estreito acordo com os que fora do Partido desenvolvem agora abertamente actividades para a formação de um novo partido, alguns elementos que se assumem como participantes numa fracção (embora evitem esta palavra), com a sua plataforma política e o seu projecto político de formação de um novo partido, qual a razão que os leva a quererem ficar no PCP?

Se alguns pedem a demissão do Partido e impantes da promoção que deles fazem os meios de comunicação social, proclamam ridiculamente que não reconhecem os actuais dirigentes como direcção, nem a legitimidade da direcção, que se pode dizer, camaradas? Que se pode dizer senão que a direcção é direcção porque o Partido a indicou, que deixará de sê-lo quando o Partido o resolver, e que, como direcção e correspondendo à justa vontade e exigência do Partido, assume unida as suas responsabilidades, empenha-se no cumprimento dos seus deveres e com o apoio do Partido continuará a actuar com firmeza e convicção?

Perdida a esperança (e creio que acabaram por perdê-la) de apossar-se do Partido para o transformar noutro partido liquidando-o como partido comunista que é, pois (nas palavras que utilizam) chegam à conclusão de que «o PCP não é reformável», que ficam cá a fazer dentro? Se não é reformável, que ficam cá a fazer dizendo que o querem reformar? Parecem evidente que aquilo que esses alguns poucos querem é minar o Partido, enfraquecer o PCP, não só para diminuir as forças e a influência do PCP, para tentar enfraquecer aquela força que dizem ser o grande obstáculo que «está a bloquear a formação de um Governo de esquerda» e a «bloquear qualquer transformação social» e para assim tentarem alargar o campo de manobra, de aliciamentos e de influência do novo partido para cuja transformação estão lançados.

A vida do Partido está a mostrar com clareza que, salvo raras situações pontuais, tais elementos estão politicamente isolados.

Assim falando, camaradas, é necessário sublinhar e insistir que **todos os militantes têm pleno direito a expressar e defender as suas opiniões, mas não têm direito a conspirar contra o seu próprio Partido.** E é necessário sublinhar também que, pelas ideias que têm, **não metemos todos no mesmo saco.**

Não metemos todos no mesmo saco

Não, camaradas, não metemos nem devemos meter todos no mesmo saco.

Abordando esta matéria, importa uma vez mais afirmar, camaradas, que **devemos manter serenidade, proceder a rigorosos juízos de valor e fazer distinções necessárias e justas.**

A nossa posição é uma em relação ao grupo organizado de membros e ex-membros do Partido que de há muito desrespeitam frontalmente os princípios e normas do Partido e inserem as suas opiniões e críticas nas violentas campanhas que contra o Partido desenvolvem os grandes órgãos de comunicação social controlados pelo Governo e por outros nossos adversários. Temos de dizer que, **por vontade expressa do nosso grande colectivo partidário, tais actividades e comportamentos não são admitidos.**

A nossa posição é e deve ser outra relativamente a membros do Partido que, embora compartilhando de tais ou tais opiniões do grupo fraccionista, embora tendo participado em tal ou tal encontro promovido por esse grupo, embora tendo assumido (em alguns casos levados ao engano, como já alguns reconhecerem) protestos enviados à Direcção do Partido, embora tendo expressado solidariedade por este ou aquele seu amigo, se recusam a participar em actividades fraccionárias, a acompanhar o trabalho de sapa de fora ou dentro do Partido, estão sinceramente com o Partido e querem inserir o seu esforço nas organizações e no trabalho normal do Partido.

Como se sabe, o Comité Central, na sua reunião do dia 18 de Novembro, fez um apelo para que, quaisquer que sejam as suas opiniões, tais camaradas se integrem no trabalho e nas organizações partidárias, onde têm pleno direito de as defender, contribuindo assim para o reforço, a coesão e o dinamismo da acção do Partido.

A correcta análise da complexa situação nacional e internacional que actualmente se vive e as respostas que o Partido tem de dar-lhe exige a contribuição empenhada de todas as organizações e militantes. É necessária a reflexão colectiva e individual de todos. Sendo tão complexos os problemas que defrontamos seria absurdo pensar que à partida todos os militantes deveriam ter a mesma opinião. O Partido, e designadamente a Direcção, contrariam quaisquer tentativas para impedir o exercício do direito dos militantes defenderem as suas opiniões, expressarem as suas divergências se as têm, fazerem as críticas que entendam justas, incluindo naturalmente as críticas à Direcção.

Perante tantas e tão profundas transformações que se estão a verificar em Portugal e no mundo, perante tantas lições e tantas experiências que é indispensável colher, perante o carácter imperativo de dar respostas novas às novas situações, **o Partido necessita da reflexão de todos e da reflexão de cada um. As diferenças de opinião são naturais. Não são um mal, mas sim um bem como contribuição construtiva para que se forme uma opinião colectiva e decisões colectivas acertadas.**

Estas concepções levam-nos a considerar entre as tarefas que temos para o reforço do nosso Partido, promover e assegu-

rar a intervenção e a participação efectiva dos militantes, e na base da rica experiência adquirida ao longo dos anos, aprofundar ainda mais a democracia interna do Partido.

Reforçar o Partido voltado para fora

Esta é uma das tarefas para o reforço do Partido. Outras temos nos mais variados domínios: acertado trabalho de direcção, funcionamento regular dos organismos e organizações, participação e empenhamento dos militantes, unidade da Direcção e do nosso grande colectivo, capacidade de transmitir e fazer chegar às massas a nossa mensagem na informação e propaganda, mais profundo e actualizado trabalho ideológico, ligação com as massas, e ainda a observância de princípios éticos tão valiosos como o amor pela verdade, a sinceridade, a lealdade, os laços fraternais no relacionamento político e humano que constituem altos valores que sempre têm unido, caracterizado e distinguido o nosso Partido.

Não é certamente abusivo afirmar que o reforço do PCP não é apenas do interesse dos comunistas, mas do interesse dos trabalhadores, do interesse do povo português e de Portugal, do interesse da democracia, porque este partido é necessário e é insubstituível na oposição ao Governo da direita, na defesa dos interesses populares e nacionais, na vida democrática nacional e para a viabilidade de qualquer política da esquerda.

O reforço do Partido em que estamos empenhados exige atenção, trabalho, militância. Não uma atenção, um trabalho e uma militância que desviem o Partido do cumprimento das grandes tarefas políticas da actualidade, mas uma atenção, um trabalho, uma militância inseparáveis dessas tarefas, como essas tarefas são inseparáveis do trabalho para o reforço do Partido.

Nos termos estatutários, o XIV Congresso do Partido deverá realizar-se no próximo ano. Todos os problemas relativos ao reforço do Partido terão que ser debatidos e analisados assim como todos os problemas relativos à situação internacional e nacional neste findar do século XX. Todo o colectivo partidário, todas as organizações, todos os militantes serão chamados a participar nos debates sobre as mais variadas questões. A preparação do Congresso será sem dúvida um dos aspectos mais ricos da vida partidária no ano próximo.

Mas os muitos, variados e certamente animados debates não podem nem devem afastar as organizações e militantes da actividade geral do Partido.

A desenfadada campanha que se desenvolve e a forma como é conduzida tem manifestamente como um dos seus objectivos levar o Partido a desviar as suas atenções e esforços das suas tarefas fundamentais, a levar o Partido a voltar-se para dentro, a afrouxar a ligação com os trabalhadores e as massas populares.

Não cairemos em tal armadilha. Trabalhando para o reforço do Partido, **manteremos o Partido voltado para fora**, para continuar (com os trabalhadores, com as massas populares, com os democratas que queiram acompanhar-nos) a luta contra o Governo de direita, a luta em defesa dos interesses do povo e do país, a luta pela solução dos graves problemas nacionais, a luta em defesa da democracia e da independência nacional.

A situação política, económica e social exige que o nosso Partido se não enconche na sua vida interna, antes, dando naturalmente aos seus problemas internos a devida atenção, volte decididamente para fora, para as massas trabalhadoras e populares, para os seus problemas e as suas lutas, para a defesa da democracia e da independência nacional, o grosso das capacidades e energias das organizações e militantes.

Na nossa luta de patriotas portugueses mantemos também bem vivos na nossa consciência política, nas nossas convicções e na nossa acção os sentimentos e as responsabilidades internacionalistas.

Com tais sentimentos e responsabilidades **somos activamente solidários com o povo de Timor-Leste**, hoje como sempre, mesmo quando alguns outros o esqueciam ou se inclinavam para o reconhecimento da sua anexação pela Indonésia. Assim também somos solidários para com os comunistas, as forças progressistas, os trabalhadores e os povos dos outros países.

Estamos determinados a corresponder à confiança que no nosso Partido depositam os trabalhadores e outros largos sectores da população, e também à confiança que nos expressam diariamente partidos e forças progressistas de todo o mundo.

Não somos daqueles que desanimam, vergam, capitulam nos grandes momentos de refluxo, de dificuldades e de perigos. Somos combatentes do povo nas horas boas e nas horas más, nas horas de bonança e nas horas de tempestade.

Vivemos um momento de refluxo revolucionário mundial. Mas as transformações progressistas da sociedade, a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos retomarão o seu curso ascendente.

Há razões para lutar e para ter confiança no futuro.

E somos assim, porque somos comunistas, porque somos militantes deste partido do qual nos orgulhamos - o Partido Comunista Português.


Viva o Partido Comunista Português!

TRABALHADORES

Reafirmados os grandes princípios da CGTP-IN

Conferência Sindical Nacional contra a contenção, por um crescimento mais rápido dos salários

CONFERÊNCIA
SINDICAL NACIONAL
13 - 14 DEZEMBRO 1991




A Conferência Sindical Nacional reafirmou os grandes princípios por que se orienta a CGTP, definiu linhas de orientação para importantes áreas de intervenção, adiantou ideias para a discussão preparatória do 7º Congresso da central e apontou direcções de luta fundamentais neste período em que o Governo insiste em que sejam os trabalhadores a pagar os custos da sua política

A Conferência Sindical Nacional realizou-se a 13 e 14 de Dezembro, em Lisboa, tendo como objectivo melhorar a capacidade de intervenção da CGTP face às novas realidades sociais, económicas e políticas, a nível nacional e internacional, particularmente no que se prende com problemas práticos e imediatos no campo da **acção reivindicativa**, da **organização sindical** e da **intervenção da central no quadro da CEE**. Foi precisamente nestes três temas que se centraram os documentos-base da iniciativa, colocados previamente em discussão nos sindicatos, federações e uniões, e durante dois dias discutidos e aprovados na conferência, em que participaram 405 delegados de 133 sindicatos (filiados e não filiados na CGTP), 21 uniões e 17 federações, da Interjovem e da Inter-Reformados e do Conselho Nacional, e ainda uma centena de convidados.

Debate vivo e franco

A manhã do primeiro dia foi preenchida com a intervenção de abertura de Carvalho da Silva (a que fazemos referência nesta página). Depois, o debate repartiu-se por três secções (conforme os temas). No sábado foi retomada a discussão em plenário, iniciada com informações dos relatores da



Comissão Executiva que dirigiram a elaboração dos documentos (José Ernesto Cartaxo, Américo Nunes e José Luís Judas) sobre o trabalho nas secções. Aqui foram também postas à apreciação dos delegados uma resolução final da conferência, outra sobre o trabalho com a juventude e uma terceira sobre a acção para promover a igualdade real dos direitos de homens e mulheres.

O debate prolongou-se até ao fim da tarde, com mais de meia centena de intervenções.

Representantes da Interjovem criticaram a estrutura da central (aos vários níveis) por falta de empenho no apoio àquela estrutura e reclama-

ram a aplicação do salário mínimo nacional como o limite salarial mais baixo também para os menores de 18 anos.

As questões ligadas à intervenção da CGTP no quadro da CEE motivaram um grande número de intervenções e deram origem aos momentos de polémica mais intensa, quer quanto à necessidade de completar o texto (explicitando, por exemplo, as consequências económicas e sociais da adesão plena, para além do aumento dos fundos estruturais), quer quanto ao modo como se processou a discussão (atraso na distribuição do documento aos delegados, apuramento do trabalho na secção) quer quanto à necessidade de mais informação e de um debate mais alargado sobre as matérias comunitárias.

As maiores divergências tiveram a ver com a apreciação das motivações que estiveram na base das alterações operadas na URSS e no Leste europeu (as quais, «se por um lado tiveram presente o desejo de democracia e liberdade dos seus povos, tiveram nesses países evoluções preocupantes ano nível de conquistas sociais dos trabalhadores

e, por outro lado, vieram alterar de forma perigosa a correntação de forças a favor do capital, aumentando a ofensiva contra os trabalhadores, suprimindo conquistas e dando nova vida a forças de direita e neo-fascistas em todo o território europeu» - afirma-se no documento submetido à votação).

Os problemas da organização, quase sempre referidos em estreita ligação com a acção reivindicativa, começaram por ser referidos por um dirigente têxtil da União dos Sindicatos de Aveiro, destacando o aumento, em 3 anos, do número de sócios do sindicato de 6 mil para 27 mil. Outros delegados falaram ainda sobre questões como a construção da unidade de todos os trabalhadores, o financiamento do movimento sindical, a importância de aumentar a sindicalização, eleger delegados sindicais e renovar os quadros e dirigentes.

Um dirigente sindical da Função Pública do Sul e Açores, abordando a acção reivindicativa no sector, recordou que em 1991 «não foi o envolvimento por cima, no CPCPS, que nos levou aos 13,5 por cento de aumentos», enquanto o dirigente da federação Carlos Mamede realçou a

necessidade de uma «posição forte de toda a CGTP contra a contenção salarial».

Foi exigida a adequação dos salários à qualificação dos trabalhadores, realçada a necessidade de prosseguir a luta contra a aplicação do *pacote* laboral e pela efectiva redução do horário máximo de trabalho em 1992.

Vários delegados pronunciaram-se acerca da resolução final e da resolução sobre a igualdade de direitos de homens e mulheres - temática que será certamente um ponto central da 3ª Conferência Nacional de Mulheres da CGTP, marcada para Abril do ano que vem.

A resolução final da conferência, apresentada por Carvalho da Silva como «uma referência para os aspectos da acção num prazo curto» (e que publicamos nestas páginas), foi aprovada com 3 abstenções. A resolução sobre o trabalho com a juventude foi aprovada por unanimidade, enquanto a resolução sobre a igualdade foi aprovada com 2 abstenções.

Deixando para a comissão

Carvalho da Silva na abertura

Na intervenção com que abriu os trabalhos da conferência, Manuel Carvalho da Silva sublinhou a necessidade de opor uma resistência eficaz à ofensiva neoliberal contra os direitos dos trabalhadores

O coordenador da CGTP começou por analisar o quadro em que se insere a acção do movimento sindical, tanto no plano nacional (marcado pela reedição da maioria absoluta do PSD), como a nível internacional, em particular no quadro da CEE.

A par de mudanças económicas, sociais e políticas muito rápidas, que o capital tem aproveitado e controlado para reforçar a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, Carvalho da Silva chamou a atenção para as limitações à eficácia da intervenção da central que têm por base atrasos acumulados pelo movimento sindical no acompanhamento e análise da realidade.

As perspectivas neo-liberais, alertou o coordenador da *Inter*, «a imporem-se, traduzir-se-iam na condenação ao subdesenvolvimento e à miséria de crescentes camadas da população, a par da riqueza ostentatória e, por vezes, até parasitária de um reduzido estrato social, pese embora um melhor nível de vida passageiro de parte relativa da nossa sociedade». Admitindo que «o desenvolvimento económico só se

pode processar em condições que permitam às empresas produzir em condições de concorrência face a um mercado mundial cada vez mais aberto e competitivo», ressaltou que «a crise de sistemas ou o desaparecimento de modelos em que milhões e milhões de trabalhadores depositaram esperanças não eliminam situações de injustiça e opressão».

Para Carvalho da Silva, «a eficácia, do ponto de vista da produtividade, que o capitalismo apresenta, com custos que não se sabe se serão suportáveis no futuro, continua, entretanto, a não subtrair o trabalho da condição de mercadoria, diminuindo as possibilidades de realizá-lo com dignidade», pelo que, «nesta engrenagem do capitalismo, o homem é, cada vez mais, o consumidor-produtor» que vê limitado «o seu desabrochamento humano, solidário, moral e cultural».

Realçando a democracia económica e social como questão central no presente momento histórico, o coordenador da CGTP sublinhou que «face a este cavalgar

incontrolado do capitalismo, face à ofensiva neoliberal contra os direitos dos trabalhadores, devemos opor uma resistência eficaz», tanto para defender o que já foi conquistado, como para prever a evolução dos

acontecimentos e os novos problemas.

Reafirmando a abordagem colectiva e a responsabilização colectiva como «condições indispensáveis para garantir a eficácia da

intervenção sindical», Carvalho da Silva realçou a importância de os problemas serem sentidos e debatidos em toda a organização. «Para responder à ofensiva patronal temos que ser mais eficazes, temos que

Resistência eficaz



TRABALHADORES

A acção reivindicativa

Como área nobre da actividade da CGTP, a acção reivindicativa mereceu durante a conferência uma atenção especial, reflectida nos documentos e nas intervenções - justificando que na secção onde se debateu este tema o relator da Comissão Executiva da central tenha apresentado uma intervenção escrita chamando a atenção para algumas prioridades do trabalho mais imediato referidas nos materiais em discussão.

José Ernesto Cartaxo sublinhou a importância da negociação e da contratação colectivas como «poderosos instrumentos de progresso social, já que a sua função essencial é fixar normas mais favoráveis que os mínimos gerais da legislação de trabalho, ao estabelecer novos direitos dos trabalhadores». Recordou que as dificuldades e obstáculos ao desenvolvimento da acção reivindicativa «devem-se, sobretudo, a razões que radicam na situação do mercado de emprego e aos comportamentos do Governo e do patronato para enfraquecer a negociação colectiva». Aquele dirigente lembrou, como linhas de força subjacentes às grandes reivindicações da CGTP, que a central entende não haver desenvolvimento económico sem progresso social e que

os direitos dos trabalhadores não têm preço.

As reivindicações com expressão no local de trabalho devem ser completadas, a nível de empresa, sector e País, com justas reclamações em áreas tão importantes para as condições de vida e o bem-estar dos trabalhadores, como a habitação, os transportes, a educação, a saúde, a segurança social, o ambiente e os tempos livres. José Ernesto Cartaxo destacou as reivindicações na empresa como estratégicas, pois «do reforço da acção sindical neste nível dependerá o êxito da intervenção nos restantes níveis», e reafirmou a determinação da CGTP de exercer o direito de participação a todos os níveis.

Mais uma vez, destacou a importância da acção reivindicativa na administração pública, tanto mais «na véspera de um Orçamento anunciado como restritivo e em que se pretende uma política de contenção salarial».

Depois de referir a intervenção, o envolvimento e a participação dos trabalhadores como a melhor garantia de eficácia da acção reivindicativa, considerou que a conferência, além de «ponto de chegada de um aprofundado debate», deve ser «um ponto de partida para melhorarmos o nosso trabalho».



de redacção (constituída pelos três relatores, o coordenador da central e os dirigentes Manuel Lopes e Ruben Rolo) os acertos de questões pontuais que não foram incluídas nas listas de alterações aceites mas mereceram consenso, foram postos à votação os materiais da conferência. Na votação de cada um dos temas apenas se registaram votos contra (86) no caso do capítulo sobre a acção no quadro da CEE. No global, o documento da conferência foi aprovado com 20 abstenções.

Acontecimento de relevo

A Conferência Sindical Nacional foi considerada um «acontecimento de relevo na vida sindical» por Manuel Carvalho da Silva. Intervindo no encerramento da iniciativa, o coordenador da CGTP considerou-a como «um salto em frente» na constatação da importância da central para os trabalhadores e a democracia, sublinhando que em relação a muitas das matérias

«temos que continuar a discutir».

No caminho que há a percorrer para dar conteúdo à democracia económica e social, Carvalho da Silva lembrou a necessidade de ter em linha de conta a importância de ideias expressas na conferência, como manter a coesão na aplicação dos cinco grandes princípios da CGTP «que foram aqui reafirmados», fazer frente aos problemas actuais dos trabalhadores e dar «respostas concretas a situações concretas», lutar pela transformação da sociedade a partir de uma análise correcta, impor a organização sindical nas empresas, aumentar a informação, o conhecimento e a formação.

Carvalho da Silva condenou mais uma vez a política de contenção salarial que o Governo pretende pôr em prática, realçando que a **decisão da inflação não depende essencialmente da política de rendimentos**. Recordou, a propósito, que em 1991 registaram-se aumentos contratuais superiores, em média, a 14 por cento,

o que não impediu que a inflação baixasse cerca de 2 pontos. O coordenador da CGTP-IN voltou a sublinhar que «é possível e justo um crescimento mais rápido dos salários, mantendo o nível de emprego». Dirigiu um apelo especial à solidariedade para com os trabalhadores da administração pública, especialmente visados na política de restrições do Governo.

No calendário da CGTP-IN, e tendo por pano de fundo as negociações salariais do início do ano e a realização do 7º Congresso da central, a conferência do passado fim-de-semana marca um importante virar de página. Outras datas, entretanto, devem ser tidas em conta: **hoje**, dia 19, reúne o Conselho Nacional, que deverá apreciar o plano de actividades para 1992; **amanhã** é debatida na Assembleia da República a petição dos trabalhadores do sector empresarial do Estado; para **Março** está marcada a 1ª Conferência da Interjovem; em **Abril** realizar-se-á a 3ª Conferência das Mulheres Trabalhadoras.



A CGTP-IN considera a acção reivindicativa a nível de empresa como estratégica (na foto um pormenor do plenário realizado na Sorefame, com paralisação do trabalho durante todo o dia, na sexta-feira passada)

à ofensiva neoliberal

combater a rotina e os procedimentos burocráticos, temos que alargar a discussão, temos que avaliar tantas e tantas ideias feitas e processos que a realidade não tem comprovado como certos» - disse.

Participar reivindicando

Algumas ideias centrais que o debate preparatório da conferência permitiram desde já apurar foram depois referidas por Carvalho da Silva relativamente a cada um dos temas.

A **acção reivindicativa**, considerada «a mola real da vida sindical e a sua função mais nobre», tem como grande virtualidade a participação directa dos trabalhadores na fixação das condições da sua prestação de trabalho e dos seus direitos, dentro e fora das empresas. A constatação de que os trabalhadores são, assim, os protagonistas em questões essenciais para o mundo do trabalho e para a sociedade «impõe, desde logo, o reforço do envolvimento e da participação dos trabalhadores». Para a CGTP, sublinhou Carvalho da Silva, «uma proposta reivindicativa boa é aquela que os trabalhadores assumem como sua».

Tal concepção de trabalho implica também, no entender do coordenador da Intersindical Nacional, que o empenho e a participação dos trabalhadores sejam considerados «condição decisiva para manter a unidade, a disposição de luta e para impulsionar a convergência entre as organizações sindicais intervenientes no processo reivindicativo». Carvalho da Silva afirmou que «neste plano deve ser assumida, sem complexos, uma postura proponente e de envolvimento, onde cabe, em condições concretas que o justifiquem, a convergência na acção entre organizações sindicais, baseada em plataformas reivindicativas aprovadas pelos trabalhadores que definam com clareza os seus conteúdos e as formas de luta a desenvolver, sem prejuízo da autonomia de cada organização e da sua consequente responsabilização perante os trabalhadores face ao evoluir do processo negocial».

Carvalho da Silva referiu os principais problema que se colocam nesta frente e que «radicam, fundamentalmente, em razões que se prendem com o mercado de emprego e com os comportamentos arbitrários e abusivos do patronato e da actuação do Governo» e apontou

«as nossas próprias dificuldades», frisando que «devemos melhorar a nossa intervenção junto das instituições, bem como nos órgãos e organismos onde a CGTP-IN exerce o seu direito de participação», nomeadamente no Conselho Permanente de Concertação Social.

A Europa aqui tão perto

À apreciação dos participantes na conferência foram colocadas por Carvalho da Silva três importantes conclusões genéricas do debate sobre a **intervenção sindical no quadro da CEE**: a tomada de consciência dos quadros sindicais do seu insuficiente conhecimento da problemática europeia, a assunção dos temas comunitários como parte integrante e condicionante do conjunto da actividade sindical, e a necessidade de exigir do Governo português uma prática de informação e de debate regular e em tempo útil sobre as questões da integração europeia. O coordenador da CGTP lembrou que no semestre da presidência portuguesa vão ser analisadas matérias importantes, em particular a revisão das perspectivas financeiras para

1993-97, a Carta comunitária dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores e respectiva legislação.

As razões apontadas no 6º Congresso da CGTP para a sua filiação na Confederação Europeia de Sindicatos «estão hoje mais fortes», afirmou o coordenador da central, referindo os passos dados nesse sentido e a situação presente: «Estamos na fase de trabalhar para a concretização da filiação, estando neste momento assegurado um estatuto de associação à actividade da CES no decorrer da presidência portuguesa e durante 1992».

Para análise do 7º Congresso da CGTP foi deixada a situação do movimento sindical internacional, a viver também grandes mudanças.

Dar vida à base

Carvalho da Silva começou por apontar o grande objectivo colocado na discussão da **organização sindical**: dar vida à base. Isto, disse, devido às dificuldades acrescidas que se colocam à organização e à sindicalização dos trabalhadores, agravadas pela repressão e violação dos direi-

tos sindicais nas empresas. «A organização sindical tem de estar presente onde está cada trabalhador, qualquer que seja a sua situação laboral, o seu vínculo à empresa ou o seu estatuto profissional», sublinhou.

Respondendo a esta necessidade, a CGTP vai preparar uma campanha de sindicalização, a iniciar em Janeiro de 1992 e que se prolongará até à data do congresso. Também foi apontada a importância de proceder a uma renovação da rede de dirigentes e delegados sindicais. «Um dos maiores desafios organizativos» nos próximos tempos é a eleição dos representantes dos trabalhadores nas comissões de higiene e segurança das empresas. Outra tarefa de vulto nos primeiros meses de 1992 será a realização de uma campanha pela aplicação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores. Destacando a importância da qualidade e quantidade dos quadros para a unidade e coesão orgânica da central e para o dinamismo e eficácia da sua direcção, Carvalho da Silva apelou ao reforço da solidariedade para com os dirigentes e activistas, tendo sempre presente «o quadro sindical em toda a sua dimensão humana».

TRABALHADORES

Acção reivindicativa

«A acção reivindicativa e as prioridades de acção»

é o título de um documento posto à discussão na primeira secção dos trabalhos da Conferência Sindical da CGTP.

Começa-se por definir que é o «desenvolvimento da acção reivindicativa, no seu sentido mais lato», a «razão de ser do Movimento Sindical». «Por uma acção reivindicativa participada e eficaz» é o primeiro título deste documento, onde se realça a importância da negociação e da contratação colectiva, «poderosos instrumentos de progresso social» sendo a participação directa dos trabalhadores na fixação das condições de prestação de trabalho a sua «grande virtualidade».

Como principais problemas e obstáculos à acção reivindicativa, a CGTP aponta a situação no mercado de emprego, os comportamentos do Governo e do patronato para enfraquecer a negociação colectiva mas, também, alguma deficiência de intervenção sindical e mesmo ausência de acção e de organização nos locais de trabalho.

A tendência para a intensificação da exploração e ritmos de trabalho, a individualização das relações laborais dividindo trabalhadores, a precarização do emprego, a estratégia patronal de desvalorização das convenções colectivas visando o seu desrespeito, a desregulamentação dos horários de trabalho, os despedimentos permitidos pelos pacotes laborais do Governo PSD, as deficiências de formação profissional transpostas para a definição de carreiras, a elevada sinistralidade laboral e as deficientes condições de segurança, são todos eles factores de aumento de dificuldade da acção reivindicativa, recensados no documento aprovado nesta Conferência.

Melhorar salários

Outro capítulo deste texto refere-se aos conteúdos reivindicativos da acção sindical: melhorar os salários e

lutar contra os baixos salários (até porque existem condições económicas e financeiras para um forte crescimento salarial); a luta pelo emprego, sua estabilidade e segurança; a reestruturação e modernização dos sectores e empresas, «uma exigência do próprio desenvolvimento económico e social»; a luta, dentro e fora dos locais de trabalho, para assegurar e valorizar os direitos dos trabalhadores; aumentar a qualificação da força de trabalho; assegurar uma formação profissional contínua; a estabilidade do salário e o combate ao desconto abusivo dos prémios; a redução da duração do trabalho, limitando horários penosos e determi-

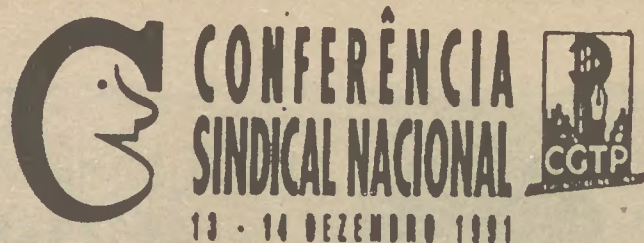
nando os horários de trabalho tendo em conta as necessidades dos trabalhadores; melhorar a segurança, saúde e ambiente do trabalho e o sistema de segurança social são, genericamente, os grandes objectivos definidos pela *Inter* para a luta reivindicativa dos próximos tempos.

Sobre «estrutura e níveis de negociação», foram definidos os seguintes princípios fundamentais a seguir pela CGTP, federações, uniões, sindicatos e organizações no local de trabalho: assumir que os conteúdos negociados a nível superior têm carácter mínimo; assegurar o direito à participação; possibilitar o acesso à informação que permita uma negociação séria;

elaboração de propostas e actuação preservando sempre a autonomia sindical; articulação e convergência na acção sindical.

Luta institucional

Quanto ao papel da acção reivindicativa e a participação nas e junto das instituições, a CGTP afirma que ele deve ser «suportada de forma coordenada, valorizando sempre a luta de massas» devendo «exercer-se por forma a impulsionar os demais níveis de participação e negociação». Sublinha-se o direito das estruturas sindicais de participar nas instituições, a todos os níveis. Especifica-



13 - 14 DEZEMBRO 1991

mente sobre o Conselho Permanente de Concertação Social, refere-se que a participação nele não deve servir para «esvaziar as competências de órgãos de soberania, como a Assembleia da República e, sobretudo, para pôr em causa o direito de participação dos trabalhadores na elaboração de legislação de trabalho e os demais direitos de participação».

Realçada é também a importância e a especificidade da acção reivindicativa na administração pública, fazendo-se o balanço dos seus principais problemas, condicionalismos e obstáculos e defendendo-se o reforço do direito à negociação colectiva,

adaptando-a às novas realidades.

Um último capítulo deste documento refere-se à democracia sindical: ela deve estar em todas as fases dos processos reivindicativos com o reforço do envolvimento e da participação dos trabalhadores.

Determinação das formas de luta face à relação de forças em cada momento concreto, diversificação das formas de intervenção, a preparação dos processos reivindicativos, o papel da informação, a valorização dos resultados da acção sindical e a necessidade de apoio técnico à acção reivindicativa são outros assuntos abordados neste documento.

A organização sindical

A concretização das orientações aprovadas pelo sexto congresso da *Inter* no que diz respeito à organização sindical está globalmente atrasada, e do debate na Conferência sobressai a necessidade de inverter a situação.

Revitalizar e «melhorar a eficácia da intervenção sindical em todos os níveis: a sindicalização/organização de base; os órgãos sindicais e a política de quadros, a reestruturação sindical; a organização administrativa e financeira; a aplicação prática dos princípios de organização e a acção da CGTP-IN» são objectivos a alcançar.

É o que consta no chamado «Tema 2» do documento aprovado na Conferência Sindical Nacional. «A Organização Sindical» seria discutida numa secção específica que faz um balanço da evolução e perspectivas da sindicalização no nosso país.

A aplicação de uma «política que se traduz no generalizado e constante ataque contra os direitos dos (as) trabalhadores (as), contra as suas conquistas sociais e no persistente objectivo de reduzir a influência, dificultar a acção e fragilizar a organização do Movimento Sindical Unitário a partir das empresas» tem, genericamente, constituído o principal obstáculo à sindicalização e organização de base.

Neste momento, a CGTP avalia em mais de dois milhões e meio o número de trabalhadores por sindicalizar, e isto só no chamado emprego estruturado. Pretende a *Inter* que a intervenção dos sindicatos vá mais longe e chegue também ao trabalho precário, colectados e mesmo reformados.

Para motivar a sindicalização há que melhorar a intervenção dos sindicatos em

tudo o que tem a ver com a «melhoria das condições de vida e do trabalho» bem como a «aplicação e alargamento de direitos» e a «protecção e apoio individual e colectivo aos trabalhadores (as)» especificando o documento iniciativas concretas a seguir pelas estruturas sindicais neste domínio.

O trabalho dos delegados e delegadas sindicais, das comissões sindicais e intersindicais é detalhadamente analisado no concreto, no sentido de ser mais «combativo e eficaz».

Próximo dos trabalhadores

Outro destaque é dado à futura eleição dos representantes dos trabalhadores para as Comissões de Higiene e Trabalho, obrigatória em to-

das as empresas: «constitui um dos maiores desafios organizativos postos aos sindicatos nos próximos tempos», diz a *Inter* que se propõe eleger representantes em todas as empresas, ligando-os à organização e à acção sindical «numa perspectiva de reforço do sindicato no local de trabalho».

Dinamizar a eleição das comissões de trabalhadores, reforçar a sua cooperação com os sindicatos e exercer os direitos sindicais no local de trabalho são outros objectivos da CGTP que destaca o papel determinante da informação e propaganda sindical, apontando medidas concretas para a actividade nesta área melhorar rapidamente nos locais de trabalho.

«Maior participação dos trabalhadores no estudo e definição dos seus problemas, prioridades e orientações para a acção sindical» é

uma das orientações gerais para a composição, competências e funcionamento dos órgãos sindicais, a par dos objectivos de «maior coesão interna do Movimento Sindical Unitário; melhor aplicação prática das deliberações, maior eficácia da acção sindical, maior eficiência na relação custos-benefícios».

Quadros

Sobre política de quadros, após uma referência ao papel dos representantes sindicais nas instituições, o documento assinala uma tendência de recessão no número de quadros sindicais, apesar de ser ainda muito significativo. Pretende-se promover o recrutamento de novos quadros, com atenção particular aos jovens e mulheres, garantindo a sua formação considerando a sua natureza militante, combatendo a discriminação dos activistas nos

RESOLUÇÃO DA CONFERÊNCIA SINDICAL NACIONAL

A realização da Conferência Sindical Nacional constituiu um acontecimento de relevo na nossa vida sindical.

A importância dos temas tratados e a oportunidade da sua discussão ficaram bem patentes no decorrer dos trabalhos.

O confronto saudável das ideias, das concepções e práticas da acção sindical, a profunda reflexão feita sobre a actividade desenvolvida para perspectivar e apontar os caminhos futuros deram a exacta medida de riqueza dos debates produzidos.

A Conferência reuniu posições, agrupou forças e consolidou convicções e vontades que irão reforçar a capacidade de intervenção da CGTP-IN, a todos os níveis da sua estrutura.

A Conferência considera que a apreciação dos problemas dos trabalhadores portugueses e do nosso país, e o apontar das respectivas soluções, terá de se desenvolver tendo presente a ofensiva patronal e governamental contra os direitos dos trabalhadores e o quadro de relacionamento com os outros países e, em particular, com a Europa Comunitária.

Tendo em conta as particularidades e especificidades da situação portuguesa, a Conferência ressalta a influência crescente da Comunidade Económica, designadamente a partir dos resultados da Cimeira de Maastricht, sobre a evolução socioeconómica do nosso país.

Não ignorando os efeitos positivos e negativos dessa influência, a Conferência considera que a resolução dos problemas nacionais passa, em primeiro lugar e fundamen-

talmente, pela vontade e pela capacidade dos portugueses para conduzirem, definitivamente, o nosso país no caminho do desenvolvimento e do progresso social.

Os trabalhadores e o seu movimento sindical assumem plenamente as suas responsabilidades face aos grandes desafios com que Portugal está confrontado.

Os trabalhadores entendem que o défice social do país lhes dá razões acrescidas para exigir alterações imediatas e substanciais para melhorar as suas condições de trabalho e a sua qualidade de vida.

Porém, as suas legítimas aspirações e anseios chocam-se com concepções retrógradas e conservadoras que continuam a pretender resolver os problemas do atraso económico português à custa da sobreexploração dos trabalhadores e da deterioração das suas condições de trabalho.

Impõe-se, assim, que os trabalhadores continuem a bater-se pelos seus direitos e interesses.

As conclusões da Conferência apontam novas orientações e instrumentos para reforçar a capacidade da acção do movimento sindical nas suas tarefas imediatas e perspectivavam soluções face à previsível evolução socioeconómica e laboral.

Do debate realizado, a Conferência retirou as seguintes conclusões:

1. A Conferência sublinha a necessidade de lutar para que a presidência portuguesa da CEE represente uma inversão da situação do bloqueamento da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais e um avanço na elevação do nível de vida dos trabalhadores.

2. A Conferência aponta para uma maior intervenção de toda a estrutura da CGTP-IN e, em particular, das uniões distritais e das regiões autónomas no processo de desenvolvimento regional e na aplicação dos fundos comunitários.

3. A Conferência confirma a justeza da posição definida nos Congressos da CGTP-IN, no sentido da adesão à Confederação Europeia de Sindicatos, como forma de contribuir para o reforço do movimento sindical europeu e da intervenção e luta dos trabalhadores portugueses.

4. A Conferência aponta como grandes prioridades de acção imediata no plano de organização sindical — sem prejuízo do tratamento das múltiplas questões de organização, particularmente dos processos de reestruturação sindical, da descentralização da estrutura, meios, órgãos e actividade sindical e dos acertos ou alterações nos órgãos sindicais quanto à sua dimensão, competências, estruturação e funcionamento internos — as seguintes tarefas:

— o trabalho de sindicalização, com especial atenção aos jovens, impulsionado por nova e grande campanha nacional, a decorrer até ao VII Congresso da CGTP-IN;

— a eleição de novos delegados, de delegados jovens e a renovação geral da rede de delegados sindicais;

— a promoção e organização em todas as empresas, da eleição dos representantes dos trabalhadores para a higiene e segurança, ligando-os aos sindicatos, numa perspectiva de reforço da implantação sindical nos locais de trabalho;

— o desenvolvimento e execução das orientações estabelecidas para uma efectiva política de quadros e a adapta-

TRABALHADORES



«A acção reivindicativa e as prioridades de acção», «a organização sindical» e «a intervenção sindical no quadro da CEE» foram os temas centrais da Conferência Sindical Nacional

locais de trabalho, garantindo a reposição de eventuais prejuízos sociais e financeiros e a sua ligação às empresas e sindicatos, reduzindo a participação simultânea em vários órgãos executivos de diferentes estruturas sindicais, evitando e combatendo a centralização excessiva de poder, criando órgãos e mecanismos que executem a política de quadros.

Uma constante formação sindical, considerada «questão estratégica na actividade global do movimento sindical» é realçada neste documento que, por exemplo, prevê o reforço do papel de monitores/animadores de formação sindical e a concretização de uma escola de formação sindical.

Uma reflexão profunda sobre toda a estrutura da CGTP-IN, seja nas organizações de base, seja nas estruturas sectoriais, regionais e nacionais é apontada como necessária, o que poderá levar a modificações profundas em sindicatos, federações e uniões. Também modificações na estrutura e organização administrativa e financeira são defendidas neste documento, de forma a conseguir uma actividade sindical de qualidade superior à realizada no presente.

Intervenção no quadro da CEE

«A intervenção sindical no quadro da CEE» foi o terceiro tema a merecer debate aprofundado nesta Conferência Sindical da CGTP. A Inter considera que existe uma subalternização da vertente social na política comunitária pelo que exige a si própria um atento acompanhamento da situação, «debate e formulando posições e orientações para a sua actuação». É o caso da União Política: a CGTP defende que ela não deve pôr em causa os valores nacionais nos domínios «políticos, culturais, de segurança e territoriais» e que os poderes de instituições da CEE só deverão ser reforçados «nos casos em que os objectivos desejados por cada país possam ser assim melhor alcançados do que prosseguidos individualmente pelos próprios Estados membros».

«Reforço das limitações à soberania» nacional com destaque para a política monetária, orçamentos e defesa exigem, segundo a CGTP, de todos os órgãos de soberania e de actuação política e social «uma intervenção mais activa» no sentido de salvaguardar os grandes interesses nacionais.

Sobre a União Económica e Monetária, a CGTP defende que ela «não deve ser entendida como um fim em si mesma, mas tão-só como um meio para melhorar a vida dos cidadãos» e

que o «inevitável» «quadro macro-económico global» não se pode traduzir em políticas nacionais idênticas «ou mesmo decididas por Bruxelas».

Só a luta!

«A luta dos trabalhadores visando concretizar os princípios da Coesão Económica e Social, a dimensão social e a Carta Social é que poderá decidir o sentido do balanço da integração» atendendo às «inevitáveis e profundas alterações» que a abolição de fronteiras vão trazer.

«Dimensão Social do Mercado Interno» foi outro subtema especificamente abordado, registando-se o «apoio crítico» da CGTP à aprovação, apesar de tudo «com lacunas e insuficiências», da Carta dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, reclamando da Assembleia da República e do Governo uma actualização da legislação portuguesa nos aspectos em que a Carta é mais favorável aos trabalhadores.

Da presidência portuguesa da CEE, que se avizinha, a CGTP pensa que o Governo deve aproveitar para garantir uma «inversão da situação de bloqueamento da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais», assegurar o reforço dos fundos estruturais e a participação dos representantes das

regiões e dos parceiros sociais na programação e na execução dos projectos financiados. A CGTP constata uma deficiente utilização de fundos comunitários «que não tem servido para uma efectiva modernização do aparelho produtivo» defendendo uma redução da comparticipação portuguesa para a existência desses fundos.

Sobre a Cimeira de Maastricht, independentemente de posterior análise, a Inter pensa que no plano social as novas disposições comunitárias são ainda deficientes.

Âmbito europeu

«A Conferência considera que a crescente dimensão europeia das empresas ou do âmbito europeu das suas relações, conduzirá à criação dum espaço e conteúdo europeu de negociação colectiva, ainda hoje por definir e que deve merecer a melhor atenção de todas as estruturas» e «a Conferência considera também necessário que o movimento sindical aprofunde as condições e implicações de um novo nível de negociação colectiva de âmbito europeu, conduzindo à necessidade de coordenação da acção dos trabalhadores das empresas nos diferentes países» são duas afirmações deste documento que sublinha, no entanto, que «tal espaço e conteúdo da negocia-

ção europeia só pode ser exercido com a participação de todas as componentes sindicais nacionais, designadamente as mais representativas e não pode substituir o carácter específico ou prévio e essencial da negociação directa aos diversos níveis nacionais, continuando a ser as respectivas estruturas sindicais a decidir sobre as suas reivindicações e os factores em que as baseiam».

Adesão à CES

No que diz respeito a «Acção e Intervenção Sindical e CEE» a Conferência deu prioridade à acção no plano nacional junto dos órgãos do Estado e do patronato sobre questões comunitárias mas «constata a necessidade» de um maior alargamento a instituições europeias.

Finalmente a CGTP reafirma a sua intenção de aderir à Confederação Europeia de Sindicatos (CES) já decidida em anteriores congressos da Inter, agora reforçada pelas alterações em toda a Europa (incluindo Leste europeu) e na própria estrutura da CES, a que acresce o desenvolvimento de fenómenos como o racismo, a xenofobia, crise social e internacionalização capitalista, a por em causa direitos dos trabalhadores europeus.

ção dos órgãos às necessidades actuais de intervenção sindical.

5. A Conferência considera como objectivo da intervenção sindical o aumento do emprego, a luta contra os despedimentos e a promoção da estabilidade e da segurança no emprego, condições indispensáveis para o necessário aumento da qualificação do trabalho, num quadro que se exige de modernização do aparelho produtivo.

6. A Conferência sublinha a importância dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, que constituem uma das componentes fundamentais da dignificação do trabalho.

7. A Conferência considera a necessidade de continuar o combate aos aspectos negativos do pacote laboral. Neste contexto, a contratação colectiva assume uma importância acrescida, quer pelo que impede na aplicação directa de algumas normas, quer pelas limitações que possam vir a ser convencionadas.

8. A Conferência reafirma a necessidade de continuar a luta pela defesa do Sector Empresarial do Estado, tendo presente a sua importância estratégica para uma política de desenvolvimento económico e social.

9. A Conferência entende que, havendo progressos na redução da duração do trabalho, em resultados da acção desenvolvida, importa aprofundar a luta pela realização da meta das 40 horas semanais, atendendo aos compromissos assumidos pelo Governo e ao facto de ainda existir um elevado número de trabalhadores com horários superiores a esta duração.

10. A Conferência afirma que o reforço da intervenção sindical no plano reivindicativo é determinante no momento em que o Governo procura impor uma política de contenção salarial, em que a precariedade aumenta, os despedimentos se multiplicam, se agravam discriminações e se procura por em causa direitos dos trabalhadores.

A Conferência condena veementemente a intenção governamental de procurar impor uma política de contenção salarial.

É possível aumentar os salários reais e, simultaneamente, descer a inflação, tal como se verifica este ano.

É possível corresponder a justos e sentidos anseios dos trabalhadores e de vastas camadas da população, é possível elevar os salários cujo nível médio é ainda muito baixo, é possível aproximar, progressivamente, os salários da média dos da CEE.

Não se compreende que, havendo crescimento económico, os salários e os rendimentos mínimos fossem sacrificados.

Por isso, a Conferência aponta como objectivos de luta:

a) obter um crescimento real significativo dos salários em 1992, opondo-se frontalmente à política de contenção salarial que o Governo pretende impor;

b) exigir um maior crescimento do salário mínimo (50 000\$00), das pensões e prestações sociais, que se estão a distanciar do crescimento médio dos salários; o valor do salário mínimo nas regiões autónomas deve ser acrescido de um complemento de custos de insularidade;

c) exigir uma resposta urgente e positiva do Governo às

propostas apresentadas pelos sindicatos da Administração Pública;

d) a redução do horário de trabalho para o máximo legal das 40 horas semanais.

A Conferência constata a disponibilidade manifestada pelo movimento sindical para dar maior vigor e dimensão às lutas em curso.

A Conferência aponta a necessidade de coordenar os objectivos e as formas de luta, de forma a potencializar o movimento de massas capaz de garantir a satisfação das reivindicações específicas nos vários sectores e empresas.

No momento actual em que o Governo pretende impor a contenção salarial, desde logo ao nível da Administração Pública, os resultados alcançados em cada sector influenciarão positiva ou negativamente as lutas subsequentes.

A potencialização da luta em cada empresa e sector de actividade e o reforço da solidariedade entre os trabalhadores são os caminhos que temos de percorrer para possibilitar avanços no desenvolvimento global da nossa acção e, assim, garantir a satisfação das justas reivindicações por que se batem os trabalhadores.

A Conferência recomenda à direcção da CGTP-IN que, face ao evoluir da luta sindical, defina as orientações e medidas adequadas para assegurar a eficácia e o êxito da luta reivindicativa do conjunto do movimento sindical.

Lisboa, 14 Dezembro 1991

A Conferência Sindical Nacional

Área Metropolitana em debate no Porto

Encontrar respostas para os problemas das grandes urbes

«As Áreas Metropolitanas não se podem substituir aos Municípios e as Juntas Metropolitanas, constituídas por presidentes de Câmara, não podem ser mais um instrumento de presidencialismo, no inverso da democraticidade e colegialidade», disse, na passada sexta-feira, no Porto, Luís Sá, deputado eleito por este círculo e membro da Comissão Política do CC do PCP.

A Sessão, promovida pelo sector de autarquias da DORP do PCP, realizou-se no Salão da Junta de Freguesia de Cedofeita e foi dirigida por uma mesa presidida por Avelino Gonçalves e constituída por Ilda Figueiredo e Luís Sá.

Referindo-se ainda a uma possível utilização presidencialista das futuras Juntas Metropolitanas, Luís Sá garantiu que, «se alguém sonha com essa utilização, pode contar com a nossa oposição».

Começando por referir que há quem considere a questão das áreas metropolitanas como um dos problemas mais importantes da nossa época, o deputado comunista disse que, no ano 2000, «mais de metade da população do mundo viverá em cidades».

Luís Sá caracterizou fenómenos de outro tipo, resultantes desta situação nova, que apelidou de «verdadeiramente explosiva», em que «o desmedido e o caos» são as dimensões. A realização de direitos sociais, a solidão e a ruptura de laços afectivos foram aspectos focados pelo interveniente que definiu a necessidade de pequenos espaços para a concretização de uma «democracia com qualidade». O desaparecimento do sentimento de pertença a uma realidade concreta passa a ser comum a muitos dos desenraizados que vivem nas grandes metrópoles urbanas. No entender do deputado comunista, «é um pouco a tudo isto que há que dar resposta».

No presente, mas também num perspectiva de desenvolvimento futuro, disse Luís Sá, há que encontrar as instituições administrativas para dar resposta às novas situações e ver como preservar e valorizar os pequenos espaços. Manter a freguesia e o município e encontrar resposta institucional a outra escala é o desafio.

Depois de abordar soluções já adoptadas noutras cidades europeias, Luís Sá lembrou que, durante anos e anos, os comunistas encontraram as portas fechadas sempre que tentaram avançar

com soluções. «Sentimo-nos a falar sozinhos», disse.

Sobre a aprovação da lei 44/91, de 2 de Agosto, que institui as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, o deputado comunista frisou que «foi o consenso possível na altura, antes das eleições, em que o PSD teve que dar saída».

As atribuições e competências e o financiamento das novas instituições, bem como a sua legitimação pelo voto, eram as diferenças, em substância, do projecto comunista.

PDMs por aprovar

Na sua intervenção, Luís Sá referiu ainda a situação caótica em que se encontra a elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM), 90 por cento dos quais estão por aprovar, quando o prazo termina a 31 de Dezembro. «A responsabilidade não é principalmente dos municípios, mas da Administração Central», afirmou o deputado.

Aproveitar os lugares na Área Metropolitana do Porto como «mais uma trincheira da luta» foi a mensagem do membro da Comissão Política do PCP aos autarcas comunistas presentes da sessão. Luta na AMP, nas autarquias e na Assembleia da República para resolver os problemas concretos da população do Distrito do Porto foi, aliás, a tónica da intervenção.

«O Ministro vai tentar que a «paciência» caiba às autarquias e populações», disse Luís Sá, a propósito da apresentação, na AR, de um programa especial para resolução do saneamento básico na Área Metropolitana do Porto, e prometeu: «nós vamos lutar para que o financiamento corresponda às reivindicações, mas também por uma dotação financeira especial para um programa de emergência».

A questão da habitação, em que «a orgia de promessas eleitorais redundou num desmascaramento claro», com a subtilidade da substituição do que constava no programa eleitoral do PSD - «extinguir as barracas» - transformado, no programa do governo, em - «apoiar os municípios para extinguir as barracas», bem como a dos transportes, «em que se fala muito e se faz pouco», são preocupações dos comunistas que se traduzirão numa «actuação construtiva em torno dos problemas do quotidiano dos trabalhadores e das populações».

Continuar a lutar com muita confiança foi a promessa

do deputado comunista que afirmou ainda: «Há muita coisa que vamos conseguindo pela clareza e firmeza das posições que assumimos».

A abrir a sessão, Ilda Figueiredo referiu que só dois planos (Matosinhos e Porto) poderão estar em condições de serem aprovados e que não foi iniciado na AMP nenhum plano de ordenamento metropolitano.

No distrito do Porto, apenas 32 por cento da população é servida por rede de esgotos, contra 76 por cento para a população de distrito de Lisboa, e apenas 4 por cento da população do distrito do Porto é servida por Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), contra 60 por cento no distrito de Lisboa, informou Ilda Figueiredo.

Na intervenção com que pretendeu introduzir a questão em debate, Ilda Figueiredo considerou um «problema sério» a falta de clarificação quanto à transferência de verbas que, disse, «pode bloquear o funcionamento da Área Metropolitana e informou sobre as competências dos diferentes órgãos da instituição recém-criada, referindo que, também aí, há ambiguidades que importa esclarecer.

Depois da intervenção de Oliveira Dias, vereador comunista da Câmara do Porto, que se referiu as questões do abastecimento público, pe-louro que dirige, e à «capacidade diminuta do poder autárquico no controlo das «grandes superfícies» que proliferam sem planificação e nem sempre beneficiam as populações», deixou no ar a proposta: «porque não fazer o Plano Director de Mercados da Área Metropolitana?», foi a vez de intervir a deputada municipal do Porto, Teresa Ponce Leão.

As questões da articulação e do assegurar da articulação e o seu relacionamento com ordenamento, planeamento e desenvolvimento; o financiamento e apoios logísticos e a resposta da Administração Central e dos outros serviços, foram alguns dos aspectos focados.

Concentração de pessoas e edifícios, fenómenos de especulação fundiária, tráfego, transportes, foram problemas referidos como sujeitos e agravamento a nível da Área Metropolitana. A necessidade de uma visão de conjunto para minorar deseconomias, foi levantada por Teresa Ponce Leão.

Questões sociais

Alberto Andrade, deputa-

do municipal de Gaia, independente eleito pela CDU, referiu questões sociais, que Luís Sá viria, como referimos, a retomar na sua intervenção, e lembrou o Encontro que, em 1989, a CDU promoveu no Porto e em que avançou com propostas concretas.

Uma abordagem muito aprofundada na área da identidade socio cultural foi feita pela vereadora comunista Eduarda Ferreira, da Câmara de Valongo, que começou por referir a dupla vertente - romântica e científica - de uma realidade abordada por Teófilo Braga.

Levantamento etnográfico no âmbito da Área Metropolitana, intercâmbio de bibliotecas, formação de funcionários ao nível das bibliotecas, museus, e áreas de animação cultural, bibliotecas itinerantes, exposições de artistas dos concelhos, grupos corais e de dança, foram alguns dos aspectos focados por Eduarda Ferreira que analisou ainda a questão da preservação de zonas de património arqueológico ou construído.

A última intervenção, de António Luís Pimenta Dias, vereador comunista da CM de Gondomar, virou-se essencialmente para as questões do ambiente. Um milhão e 300 mil habitantes da Área Metropolitana traduzem, disse, uma concentração de cidadãos e complexos industriais com consequências efectivas no ambiente.

A situação dos rios e dos lixos (resíduos industriais e lixos hospitalares), o tratamento dos efluentes domésticos e da rede de esgotos, o abastecimento e tarifário da água (não há dois concelhos com o mesmo tarifário) foram aspectos focados por Pimenta Dias que referiu ainda a necessidade da criação da Região com centro no Porto para combater as assimetrias regionais.

Dos outros convidados presentes, surgiram apenas duas intervenções, que a hora já ia adiantada. Um protesto contra a taxa municipal é preocupação com a possibilidade de agravamento entre zonas ricas e pobres com a diluição possível do poder e características dos municípios.

Continuação do aprofundamento do estudo e intensificação da actividade dos comunistas para a criação de uma «cidade do Homem, à medida do Homem foi a conclusão de Avelino Gonçalves que frisou que a Área Metropolitana do Porto «não é questão de cargos».

Carvalhas em Évora

Somos protagonistas da dignificação de quem trabalha

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, participou no passado sábado, num encontro de Quadros do PCP, realizado em Évora. Da intervenção produzida na altura, publicamos de seguida os extractos mais significativos.

(...) Os acontecimentos nos países socialistas da Europa central e de leste e na União Soviética não significam a morte do socialismo ou o triunfo do capitalismo e da social-democracia como alguns desejaríamos.

Significam sim a derrota de um modelo. A derrota de um modelo que foi acentuando a centralização do poder político, cada vez mais divorciado da intervenção activa e criadora do poder popular, afastado das aspirações, prioridades e vontade dos cidadãos. Em que a democracia política foi substituída pela acentuação do carácter repressivo do Estado e pela ilegalidade. Em que a economia era comandada administrativamente com a estatização praticamente absoluta e a eliminação de outras formas de propriedade e de gestão e do papel do mercado, desincentivando o interesse, o empenho e a produtividade dos trabalhadores. Em que se fundiu o Estado e o Partido e dogmatizou e estiolou a teoria. O que foi posto em causa foi este modelo que se afastou do ideal dos comunistas, quer no que respeita à essência do poder, do Estado, da democracia, da organização económica.

Naturalmente que o «naufrágio» verificado na construção do socialismo nestes países colocou aos comunistas e a muitos homens de esquerda interrogações, dúvidas e mágoas. Mas estes acontecimentos que nos interpelam encerram também em si experiências e muitas lições e são um estímulo para a busca de novos caminhos e soluções.

Para nós, os acontecimentos contemporâneos colocam e sublinham ainda com mais vigor o significado do socialismo que se propõe como meta emancipar o ser humano de todas as formas de opressão e exploração, realizar na prática o «livre desenvolvimento de cada um, como condição de livre desenvolvimento de todos». O socialismo é, no nosso ideal de comunistas, feito para o homem, para a satisfação das suas necessidades naturais e culturais.

Mas, o que é certo, camaradas, é que há quem, perante a pressão dos acontecimentos e a pressão ideológica, tenha mudado de campo. Considere que a luta se deve situar não na alternativa ao capitalismo, mas na alternativa dentro do seu seio.

Por isso sem explicitar o seu pensamento refugiaram-se na abstracção da luta por mais justiça social e mais liberdade.

Mais justiça social e mais liberdade é também uma divisa inscrita no programa eleitoral do PSD, é reclamada pelo PS e até pelo CDS.

Mas uma coisa são as palavras outra são os factos.

Será que a justiça social não tem nada a ver com a reestruturação fundiária, com a reforma agrária, que não tem nada a ver com a propriedade dos principais meios de produção?

Será que o poder do grande capital sobre a economia portuguesa não determina o domínio do poder político pelo poder económico com as inevitáveis consequências no domínio das liberdades, direitos e regalias dos trabalhadores e na concentração da riqueza?

E esta não tem como consequência o agravamento das dificuldades para milhares de cidadãos que se vêem excluídos dum nível de vida digno, do acesso à habitação, à saúde, à justiça, ao ensino e à cultura?

Sem negarmos importância às políticas redistributivas é preciso não perder de vista que estas intervêm *post festum*, após a lógica do sistema que produz as desigualdades.

Quando todo o objectivo estratégico é a alternância, então tudo se resume no essencial à luta do poder pelo poder, aos grandes duelos e agressões verbais sobre o secundário e à perfeita harmonia quanto ao essencial.

Não é por isso de estranhar que alguns teóricos coloquem hoje a questão: em que tipo de capitalismo quereis vós viver?

Para um grande patrão francês, Michel Albert, por exemplo, o aprofundamento do comunismo põe em evidência a oposição entre dois modelos de capitalismo. Um o «bom», uma espécie de casamento do capitalismo com a social democracia e a ética cristã, outro o «mau», fundado sobre o sucesso individual, o lucro a curto prazo, a economia de casino!

Não confundimos capitalismo neo-liberal e as práticas do chamado «Estado providência», mas cremos que não é nestes dois pólos que se resumem as alternativas. Isto sem deixarmos de terem conta a luta por objectivos políticos económicos, sociais e culturais imediatos.

Os acontecimentos de leste obrigam-nos a uma profunda reflexão.

Mas perante estes acontecimentos deverá a «esquerda» num assomo de falsa modernidade, de acompanhamento da moda, prescindir da propriedade social dos principais meios de produção?

É certo que a experiência mostra que a propriedade social dos principais meios de produção, só por si, não conduz ao progresso económico e social, nem elimina todos os aspectos negativos da consciência humana acumulados durante séculos. Mas reafirmamos que sem essa condição a «esquerda», o «socialismo», por muito atraentes que sejam as suas roupagens teóricas e a sua retórica, ficará unicamente na imaginação e nos belos discursos dos seus criadores. E é na retórica da pseudo-esquerda, no verbalismo da «nova esquerda» que se situam as práticas, das promessas esquecidas, das esperanças traídas, dos problemas deixados sem solução, abrindo o campo à direita, no cemitério das ilusões perdidas.

O nosso Partido tem continuado a aprofundar estas questões e tirado as lições das experiências e fracassos dos países da Europa de leste. Dessas lições sai mais reforçado o nosso ideal de que a democracia é simultaneamente política, económica, social e cultural; que a democracia política e as liberdades são parte integrante do sistema; que o poder do povo, a intervenção dos cidadãos deve ser institucionalizada, assegurada e estimulada. (...)

4.º Encontro distrital da JCP define prioridades para 92

Com a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, realizou-se no passado domingo, na escola António Arroio, o 4º Encontro distrital de Lisboa da JCP, que elegeu a nova direcção distrital, composta por 28 membros. A reunião traçou e aprovou as grandes linhas de acção da JCP para o próximo ano, decidindo dinamizar a acção e a luta dos jovens, para o que tem especial importância o fortalecimento, a activação e a autonomia do movimento juvenil. O reforço da organização e o incremento da formação política e ideológica dos jovens comunistas são ainda orientações a seguir em 1992. Para tal, foram definidas várias de iniciativas a promover, em que se destaca um seminário sobre a Carta Social Europeia, que terá lugar em Maio, no âmbito da Coordenadora da Juventude Democrática, estrutura de coordenação ao nível da CEE das organizações de juventudes comunistas e revolucionárias.

Na sua intervenção, Miguel Santinho, do executivo distrital de Lisboa e do executivo da DN da JCP, afirmou que «a arma que temos na mão para fazer frente à máquina do Governo, à demagogia e à actual situação alienante é a organização para a acção e para a luta, é a nossa capacidade de analisar os problemas, de propor soluções e lutar por elas».

Timor

O 4º Encontro do distrito de Lisboa da JCP aprovou ainda, por unanimidade, uma moção sobre Timor, em que se afirma que o genocídio que dura há 16 anos já teve 200 mil vítimas, numa população que não ultrapassa os 600 mil



Álvaro Cunhal participou nos trabalhos do 4º Encontro distrital de Lisboa da JCP

habitantes. Referindo os grandes interesses económicos que estiveram na base do apoio dos EUA e da Austrália à Indonésia, o texto afirma que foi preciso o massacre do cemitério de Santa Cruz, em Dili, para que a máscara da hipocrisia dos pseudodefensores dos direitos humanos caísse. A moção exige o embargo internacional de venda de armas e a reposição do bloqueio económico internacional à Indonésia, a retirada total e imediata dos ocupantes do território de Timor, o reconhecimento internacional do direito do povo maubere à auto-determinação e independência, o apoio político e material às suas forças representativas, nomeadamente o apoio logístico à resistência. A JCP exige ainda uma acção mais consequente por parte do Governo português e apela aos jovens de Lisboa para que continuem a sua luta em prol da causa do povo de Timor.

Quadros reúnem em Santarém

Também em Santarém decorreu no passado domingo, um encontro de Quadros dos jovens comunistas, sob o lema «Com a JCP - transformar o amanhã». Em foco esteve a análise da situação

social da juventude ribatejana e a intervenção da JCP. Foi definido o plano de actividades para 1992 e eleita a comissão distrital, que conta agora com 15 camaradas, com idades compreendidas entre os 17 e os 25 anos.

Na sua intervenção, Jorge Amador, do Secretariado da JCP, abordou a situação da juventude em Portugal, as propostas da JCP e a necessidade de reforçar a actividade dos jovens comunistas nas várias frentes do movimento juvenil e simultaneamente, privilegiar a acção própria da JCP no sentido de superar as dificuldades que enfrenta no distrito.

Os jovens reunidos concluíram ser necessário voltar a sua intervenção para a dinamização do movimento estudantil, e orientar preferencialmente a actividade local para a juventude trabalhadora, prevendo-se iniciativas de convívio e debate. O plano de actividades refere a realização de um torneio de futebol com início em Janeiro, em

Março um convívio distrital e, em Abril, para além das comemorações do aniversário da revolução, um plenário de jovens trabalhadores.

Trabalhadores da RN são transferidos

A solidariedade com a luta dos trabalhadores da Rodoviária Nacional na defesa dos seus postos de trabalho foi manifestada na reunião de militantes do PCP que decorreu este fim-de-semana, no Centro de Trabalho concelhio de Setúbal e que contou com a presença de Domingos Abrantes.

O desmembramento da RN na óptica governamental das reprivatizações conduziu os trabalhadores das oficinas de Azeitão desta empresa a uma situação injusta e insuportável, esclarecedora dos objectivos de classe do go-

Rogério de Brito no Parlamento Europeu

Rogério de Brito, actualmente deputado à Assembleia da República, foi designado pelo PCP para exercer as funções de deputado no Parlamento Europeu.

Rogério de Brito, de 45 anos, engenheiro-técnico agrário, é deputado à AR desde 1980, eleito pelo círculo de Setúbal.

Foi Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas e, na anterior legislatura, membro da Comissão de Assuntos Europeus.

É membro das Assembleias Parlamentares do Conselho da Europa e da União da Europa Ocidental, Presidente do Grupo Político da Esquerda Unitária Europeia no Conselho da Europa e membro do Bureau Político da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

16.12.1991
O Gabinete de Imprensa do PCP

verno de Cavaco Silva.

Efectivamente, pretende-se transferi-los, em número de 38, para as instalações da Ameixoeira, no distrito de Lisboa, a pretexto de que, no quadro de distribuições de novas funções que orienta a RNIP (Rodoviária Nacional-Investimentos e Participações), a sede de Azeitão deixaria de ter «vocaçao oficial». A deslocação diária dos trabalhadores, obrigados a percorrer dezenas de quilómetros sem contrapartidas razoáveis, já de si gravosa para os interesses dos mesmos, confronta-se agora

com a resistência dos responsáveis da exploração da zona de Lisboa em aceitar a sua admissão no quadro de pessoal que lhe é adstrito.

Os comunistas do concelho de Setúbal repudiam esta manobra de desgaste que mais não pretende que obrigar os trabalhadores a abandonar a empresa e assim camuflar um autêntico despedimento.

A reunião no Centro de Trabalho do PCP tratou ainda dos aspectos essenciais da actual situação política internacional e nacional e as tarefas do Partido.

Comunicado da Comissão Concelhia de Olhão

A Comissão Concelhia de Olhão divulgou na passada segunda-feira o seguinte comunicado:

A Comissão Concelhia de Olhão do Partido Comunista Português tem acompanhado, atenta e serenamente, o desenrolar de acontecimentos ocorridos em Olhão, inseridos na actividade de um grupo fraccionista largamente difundido pelos diversos órgãos de comunicação social, pelo que considera necessário tomar uma posição pública sobre tais factos.

1 - A pretexto da decisão da Direcção do PCP em aplicar a sanção disciplinar prevista nos Estatutos - expulsão do Partido - a três elementos fraccionistas, foi desencadeada uma acção coordenada com este grupo visando ganhar apoios e solidariedades entre militantes da Organização Concelhia de Olhão do PCP, tendo para o efeito recolhido 50 assinaturas.

2 - A Comissão Concelhia de Olhão do PCP está em condições de poder afirmar que, entre as assinaturas, algumas não são de membros do Partido e que a generalidade delas foi obtida por processos pouco claros, quer por se apresentar o abaixo-assinado como um documento do Partido, quer por se utilizar argumentações desenquadradas do texto, o que levou a que muitos tivessem assinado sem sequer conhecer o seu real teor.

3 - Por tal facto, muitos camaradas, sujeitos a esta manobra desleal, declararam posteriormente ao Partido a sua demarcação desta acção fraccionista tentada em Olhão e continuam a sua actividade militante do mesmo modo que antes o faziam, participando nas reuniões e nas tarefas partidárias.

4 - Só Filipe Ramires, ao manter a ideia da «auto-suspensão», figura que mais uma vez se afirma não constar nos Estatutos do PCP, e ao declarar demitir-se, se colocou assim, fora do Partido, não restando portanto à Comissão Concelhia de Olhão outra alternativa que não fosse a de considerar a sua demissão. Esta atitude, de Filipe Ramires, conduziu à retirada da confiança política no cargo de vereador da Câmara Municipal de Olhão, em representação do PCP, cuja substituição se fará oportunamente. Deste modo, Filipe Ramires já não pode representar o PCP e falar em nome do Partido.

5 - Entretanto, a vinda de Barros Moura a Olhão, que não obteve a propagandeada adesão dos subscritores do abaixo-assinado, teve o mérito de tornar mais clara a justeza da decisão tomada pela Direcção do PCP, pois o mesmo reafirmou que o seu regresso ao Partido «é coisa que não se coloca» e que o seu projecto político aponta, para já, para «criação de um MOVIMENTO», como embrião de uma nova força partidária.

6 - A Comissão Concelhia de Olhão mais uma vez reafirma o seu empenho no contínuo aprofundamento das regras democráticas de funcionamento do Partido que conferem a todos os militantes o inalienável direito de darem a sua opinião, apresentarem as suas sugestões, fazerem as críticas que considerem justas e necessárias ou a exporem as divergências que porventura possam ter.

ESCLARECIMENTO

1. Contrariamente ao que é referido por vários órgãos de informação, esclarece-se que Filipe Ramires não foi expulso do PCP.

Foi sim comunicado a Filipe Ramires que, na sequência da posição por este assumida de se considerar auto-suspensão de membro do Partido até ao Congresso, a DORAL do PCP e a Comissão Concelhia de Olhão consideraram tal posição uma demissão efectiva do PCP, dado que aquela posição não tem qualquer cobertura estatutária e que os comportamentos recentemente assumidos por Filipe Ramires configuravam um voluntário afastamento do Partido.

2. Tal posição da DORAL e da Comissão Concelhia de Olhão foi comunicada verbalmente por Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Executiva Nacional do PCP e responsável da DORAL, a Filipe Ramires que a aceitou com naturalidade.

3. Na mesma altura, Filipe Ramires comprometeu-se ainda a pedir a renúncia do seu mandato de vereador da Câmara Municipal de Olhão, onde é eleito pela CDU.

Despedimentos nas Lajes ofendem soberania

A insistência do EUA em manter o despedimento ilegal de trabalhadores portugueses das Bases das Lajes, já só pode ser entendida como uma ofensa à soberania nacional, devendo ser assim tratada pelo Governo português, afirma em comunicado a direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP.

Os EUA, além de desrespeitarem a dignidade dos trabalhadores e das suas organizações representativas, estão a fazer tábua rasa das posições do Comando português e da lei, comportando-se como donos e senhores do território estrangeiro. O PCP/Açores exige que o Governo tome atitudes mais firmes e imediatas, paralelamente ao prosseguimento do processo jurídico

de anulação dos despedimentos.

Na ausência de reacções do Executivo de Cavaco Silva, os comunistas açorianos consideram legítimo desconfiar que é sua intenção resolver a situação de acordo com a publicação da nova lei dos despedimentos, inserida no pacote laboral, que despoletou a destruição de inúmeros postos de trabalho e encerramentos de empresas, tanto no sector público como privado.

O PCP solidarizou-se com os trabalhadores ameaçados e exorta o ministro da República a intensificar os seus esforços junto do Governo, exigindo deste que tome as medidas necessárias no campo diplomático, com vista a repor a legalidade violada pelos EUA em território português.

ELEITOS DA CDU REUNIRAM EM OVAR

Por iniciativa da DORAV do PCP, cerca de duas dezenas de eleitos da CDU em órgãos autárquicos do distrito de Aveiro estiveram reunidos no passado dia 12 em Ovar. A reunião teve como objectivo principal discutir problemas locais, sendo dada especial atenção aos planos directores municipais. Os participantes registaram o atraso generalizado na sua aprovação e constataram que alguns deles não estão a ser elaborados de forma fundamentada, «antes correspondem a «PDMs-tipo» aplicados sem critério a alguns concelhos da região».

Os autarcas da CDU discutiram as formas da sua intervenção próxima no debate dos planos directores, concluindo que «é necessário conseguir uma maior participação, individual e colectiva dos munícipes e dos órgãos autárquicos, designadamente das juntas e assembleias de freguesia».

CRIADA NOVA FACULDADE NO PORTO

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP congratulou-se com a decisão do Senado Universitário de aprovar a criação, no quadro da Universidade do Porto, da Faculdade de Direito. Esta decisão, segundo comenta a DORP, «constituiu um importante passo no sentido da satisfação de uma justa e antiga aspiração da Academia Portuense e da população da região, por cuja concretização o PCP desde sempre se tem batido, que através da iniciativa legislativa, quer na discussão do Orçamento Geral do Estado de cada ano».

REUNIÃO C. CONCELHIA DE ALMADA

Realizou-se, no passado sábado, uma reunião da Comissão Concelhia de Almada, que analisou a situação social e política do concelho, bem como questões autárquicas e de funcionamento regular do Partido. Entre as decisões mais relevantes, destaca-se a marcação para 23 de Maio do próximo ano da Assembleia de Organização Concelhia e a realização de uma iniciativa subordinada ao tema «Almada, anos 90», ainda sem data nem local definidos.

Na sequência da necessidade observada de uma maior intervenção do Partido junto da população, quer em assuntos de âmbito concelhio quer de carácter geral, foi decidido reforçar o trabalho de informação e de propaganda. Por outro lado, apontou-se para a promoção de debates públicos sobre Timór-Leste, as cimeiras de paz para o Médio Oriente, as posições do PCP sobre a União Económica Europeia, o marxismo-leninismo e o mundo contemporâneo.

Foi igualmente examinado o processo de aprovação do Plano e Orçamento para a CM de Almada, no qual a posição do PS foi considerada como «extremamente negativa», já que em vez de «tentar contribuir para que o Plano de Actividade e o Orçamento fosse o melhor e mais bem elaborado possível, tudo fez para o boicotar, votando três vezes contra a sua aprovação». O PCP qualifica ainda como «incompreensível» a atitude dos socialistas «a não ser num quadro meramente eleitoralista» que vai contra os interesses da população, os quais

se comprometeram a servir ao assumirem os seus mandatos.

TRABALHO AUTÁRQUICO DEBATIDO EM MIRANDELA

Activistas e eleitos da CDU do concelho de Mirandela estiveram reunidos, no passado sábado, para discutir o trabalho autárquico local. Na reunião foi feito um balanço da actuação dos eleitos da CDU, nomeadamente na Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia de Carvalhais, Frechas, Mirandela e Vale Salgueiro. No debate das perspectivas de actividade futura foi decidido procurar melhorar a intervenção dos eleitos da CDU nas autarquias locais do concelho de Mirandela e manifestar a oposição e o protesto da Coligação contra as intenções do Governo e do conselho de gerência da CP de encerrarem o troço entre Mirandela e Bragança da linha férrea do Tua.

PCP RECLAMA INQUÉRITO NA EPUL

A Direcção da Cidade de Lisboa do PCP divulgou recentemente uma nota sobre a situação da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, em que considera «urgente definição e aplicação de uma linha estratégica para que concretize as funções que estatutariamente lhe estão atribuídas, como instrumento actuante ao serviço do Município». Por outro lado, o PCP exige a nomeação de um novo conselho de administração para a EPUL, «que reúna as condições indispensáveis para, através da recuperação e relançamento da empresa, levar à prática a linha estratégica definida pelo Município». Para total esclarecimento de todas as situações relativas à gestão da empresa e apuramento de eventuais irregularidades, os comunistas vêem como indispensável a abertura de um inquérito.

Entretanto, numa outra nota, este organismo do PCP considera errada a opção do Governo de construir três faixas no troço Estádio-Lisboa, «pois esta obra continua a não resolver o estrangulamento do tráfego na entrada de Lisboa». «Os automobilistas», afirma-se no texto, «vão chegar cada vez mais rapidamente à fila de trânsito que se forma e aumentará à entrada da capital».

Continuam as falsificações no Orçamento da Madeira

Em conferência de imprensa, realizada na passada segunda-feira, a DORAM divulgou uma breve análise da proposta de Plano e Orçamento da Região Autónoma da Madeira, numa altura em que a Assembleia Regional se prepara para a discutir e aprovar.

O PCP recordou alguns aspectos do «Parecer» do Tribunal de Contas relativamente ao Orçamento de 1989, o único até ao momento analisado por aquele órgão. No parecer, considerou-se que o «princípio de especificação», que exige que todas as receitas e despesas estejam suficientemente discriminadas, não foi respeitado no Orçamento de 89. O PCP afirma que relativamente a 1992 continua a não haver a informação necessária, recordando que todos os anos são gastos milhões de contos em subsídios a particulares sem que se saiba quem foram os felizes contemplados.

Política de avestruz

Um outro princípio não respeitado é o do «equilíbrio», que exige que todas as despesas tenham exacta correspondência com a previsão das receitas. Esta foi mais uma norma violada em 1989, inventando-se receitas fictícias, dado que se previa um hipotético empréstimo quando a Região não estava autorizada a aumentar o seu endividamento.

A situação em 1992 repetese. Figura novamente um empréstimo que todos sabem ser mera ficção, de tal forma que quer para 1991, quer para 1992 se prevê o mesmo montante de quatro milhões de contos. O Governo Regional nem sequer se dá ao trabalho de mudar os números de ano para ano.

Além disso, também se indicam 6 milhões de contos

sem qualquer nota sobre a sua origem, como se alguém espere que eles caiam do céu.

O PCP denuncia igualmente que, «para além destas receitas totalmente imaginárias, a proposta de Orçamento para 1992 inclui claras, evidentes e escandalosas sobrevalorizações na previsão de receitas de alguns impostos ou quanto aos valores a receber da CEE».

Neste capítulo, no que toca ao IRS, este ano foram arrecadados, até 31 de Outubro, 8,5 milhões de contos, não sendo possível que este valor atinja mais de 10 ou no máximo 12 milhões de contos. Prevendo-se um aumento de 25 por cento desta receita em 1992, o montante não ultrapassaria os 15 milhões de contos. Contudo, a proposta de Orçamento para 1992 aponta uma verba de 19,75 milhões de contos, como se fosse possível a cobrança do imposto aumentar quase para o dobro!

O mesmo se poderia dizer do IRC, que com uma cobrança, até 31 de Outubro, de 2,3 milhões de contos, não ultrapassará provavelmente os 3 milhões até final do ano, pelo que um aumento em 1992 de 25 por cento significaria uma previsão de 3,75 milhões. Porém, a proposta indica 5,85 milhões de contos.

Em relação a 1991, como o PCP então denunciou, no próprio Orçamento do Estado se fazia uma previsão de cobrança de impostos para a Região muito inferior à que consta no Orçamento Regional para 1991. Esta deliberação falsificação destina-se a criar receitas fictícias que possam mascarar o enorme buraco orçamental em que o Governo Regional se meteu. A prová-lo está o facto de, em 1989, o Governo só ter recebido 47 por cento dos valores que tinha «previsto» receber.

Instabilidade social no distrito da Guarda

A política agrícola do Governo manifesta-se incapaz de resolver os graves problemas que atingem o distrito da Guarda, concluiu a Direcção da Organização Regional da Guarda, na sua reunião realizada a semana passada. A falta de escoamento do vinho, a descida do preço do gado pago ao produtor, a insuficiência de pastos devido aos incêndios e a subida dos factores de produção, estão a criar situações críticas para muitos agricultores.

Por outro lado, a nova legislação laboral aumentou a instabilidade em muitas empresas, caso da EDP/Seia e da REICAB/Guarda, onde as chefias estão a chamar os trabalhadores para aceitarem despedimentos.

Manteigas

A Organização do Concelho de Manteigas do PCP está mais activa, assegurando há vários meses a abertura diária do centro de trabalho local, onde funciona um bar. Realça-se a contribuição dada pelos jovens que têm sido os grandes animadores, nomeadamente do magusto-convívio, que juntou 30 participantes. De registar também uma reunião com 15 jovens para balanço da actividade e a análise da situação política, em que esteve o camarada Armando Morais. A organização decidiu iniciar contactos com todos os militantes, e num momento em que o centro de trabalho é financeiramente auto-suficiente, avança-se para novas iniciativas como a passagem de um vídeo gigante e uma festa de passagem de ano. Em Janeiro, os comunistas de Manteigas realizam um colóquio sobre o ensino, que incidirá em especial, na promessa do Governo de construir a C+S no concelho.

Como consequência desta política de «avestruz» fica por realizar grande parte dos investimentos do plano e vai-se agravando cada vez mais a dívida regional. A verdade é que as receitas correntes geradas na Região nem sequer chegam para cobrir as despesas correntes. A diferença foi de mais de dez milhões de contos em 1989 e mais de 17 milhões em 1990.

Milhões malparados

Mas apesar de todas as dificuldades financeiras, o Governo Regional ofereceu, em 1989, a empresas particulares e individuais mais de um milhão de contos, além de 90 mil contos que teve de suportar por avales que tinha concedido e que os beneficiários não pagaram, sendo de referir que, neste montante, 56 mil contos eram juros devido ao atraso no pagamento. Embora o Tribunal de Contas chame a atenção de que o Governo devia instaurar processos contra estes devedores para reaver o dinheiro que pagou, desconhece-se a existência de qualquer iniciativa nesse sentido. Até Dezembro de 89, já existiam mais de seis milhões de contos em avales concedidos e que o Governo se arrisca a pagar.

Por outro lado, não há qualquer informação sobre quem foram os beneficiados, em 1989, com um milhão e seiscentos mil contos.

CAMARADAS FALECIDOS

SÁ MARQUES

Faleceu, no passado dia 11, na sequência de internamento hospitalar, decorrente de um acidente ocorrido há dez meses, o músico José Machado Sá Marques, militante na célula dos músicos de Lisboa.

Nascido em Lisboa, em 1945, Sá Marques era neto de Bernardino Machado de quem herdou ideais de igualdade e fraternidade que o levaram a militar no PCP. Espírito aberto, vivo, generoso, cooperou com outros camaradas da célula, depois do 25 de Abril, na difusão do «Avante!» e manteve sempre actividade partidária.

Trabalhou na Orquestra Sinfónica do Porto desde a sua formação, na Orquestra Sinfónica de Lisboa (ex-RDP), como violetista, até à data em que se reformou, e ainda na Fundação Musical dos Amigos das Crianças e no instituto de cegos Branco Rodrigues, onde foi professor.

O seu corpo foi cremado no sábado passado, no Alto de S. João, tendo o funeral sido acompanhado por dezenas de músicos, amigos e familiares. Na altura, usou da palavra, em sua homenagem, António Abreu, do Comité Central do PCP.

FRANCISCO MASSANO

Faleceu, no passado dia 26 de Novembro, com 51 anos, Francisco Massano, natural de Ferreira do Alentejo. Fazia parte do organismo do sector Norte dos Olivais - Quinta do Morgado e que, apesar da sua saúde há muito debilitada, exercia como militância a cobrança de quotas e a distribuição de documentos do Partido.

JOÃO PEREIRA

Faleceu com 61 anos João Rodrigues Pereira militante activo e de longa data da Organização Concelhia de Matosinhos do PCP. Era actualmente presidente da Associação de Banda de Matosinhos/Leça.

JOSÉ PEREIRA

Faleceu na sua residência, em Fiandal - Alenquer, no passado dia 16 de Dezembro, José Ventura Pereira, com 69 anos de idade. Militante dedicado, serviu de apoio a muitos camaradas na luta clandestina.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

I
Alguns aspectos
da situação
internacional

II
Novos
desenvolvimentos
no processo
de integração na CEE

III
Objectivos
estratégicos do PSD
e da política de direita

**O PCP
NA RESISTÊNCIA
E NA LUTA
CONTRA A NOVA OFENSIVA
DA DIREITA**

IV
Áreas essenciais
da ofensiva da direita
e grandes linhas
da resistência e da luta

— Ofensiva contra
as condições de vida
e os direitos sociais

— Uma política
económica contra
as camadas laboriosas
e os interesses nacionais

— Ofensiva contra
a democracia política

— Grandes linhas
da resistência e da luta

V
Reforço do Partido,
d direcções de trabalho
prioritárias

VI
XIV Congresso

O PCP NA RESISTÊNCIA E NA LUTA CONTRA A NOVA OFENSIVA DA DIREITA

Na sua reunião plenária de 16 e 17 de Dezembro, o Comité Central analisou aspectos da situação internacional, debateu a situação política nacional e definiu as orientações e tarefas prioritárias do Partido para os tempos próximos.

O Comité Central procedeu à convocação do XIV Congresso para o 2º Semestre de 1992, aprovando as linhas fundamentais para o arranque e desenvolvimento do respectivo trabalho preparatório.

Alguns aspectos da situação internacional

1. O Comité Central do PCP examinou alguns aspectos de maior actualidade da situação internacional.

2. O Comité Central do PCP debruçou-se em particular sobre a evolução da situação na URSS (assim como na Europa do Leste) e as suas graves repercussões na situação internacional; a política do imperialismo, e em particular dos EUA e as suas pretensões para impor ao mundo uma «nova ordem internacional» por si hegemónica; a multiplicação dos factores de instabilidade e de crise nos países capitalistas desenvolvidos em que avulta a recessão económica nos EUA e em muitos outros países; a dramática e explosiva situação na generalidade dos países do chamado Terceiro Mundo; a resistência e a luta conduzida pelos trabalhadores e os povos da Europa e do mundo.

3. O Comité Central expressa a sua mais profunda preocupação pelo processo de desmantelamento da URSS, as suas graves consequências para os trabalhadores e os povos deste imenso país, as suas repercussões negativas na luta dos trabalhadores e dos povos e em toda a situação internacional.

A aguda luta pelo poder nas cúpulas; o vazio e arbítrio institucional e jurídico com generalizado aviltamento das normas e práticas democráticas; a organização e actuação de forças criminosas e fascistas; os persistentes conflitos étnicos e nacionalistas; a brutal degradação da situação económica e das condições de vida das massas a par do rápido florescimento de uma nova classe capitalista parasitária; as pressões e ingerências do imperialismo, - tudo isto torna particularmente perigoso e imprevisível o evoluir dos acontecimentos. Entretanto, em contradição com a vontade expressa pela esmagadora maioria do seu povo no referendo de 17 de Março, a URSS de facto já não existe como «União das Repúblicas Socialistas Soviéticas».

O Comité Central considera que o desenvolvimento da situação na URSS confirma no essencial as apreciações contidas na Resolução do Comité Central de 29 de Agosto.

O que está em curso é um processo antidemocrático que se desenvolve à margem dos trabalhadores e das massas, marcado por clamorosas violações da legalidade constitucional e caracterizado por constantes golpes de força em que desde logo avultam pela sua extraordinária gravidade e consequências a ilegalização do PCUS e o desmantelamento de estruturas fundamentais do Estado Soviético. É inseparável do acesso a posições dominantes, designadamente a nível do poder central e da Federação Russa, de forças anti-socialistas que, sob a capa da «democratização», da passagem a uma «economia de mercado» e da «inserção na economia mundial», tem como objectivo a restauração do capitalismo.

O Comité Central formula votos para que se encontrem soluções que impeçam um trágico desfecho da perigosa situação política e social que está em desenvolvimento na União Soviética, e confirma a

fraternal solidariedade dos comunistas portugueses aos trabalhadores e ao povo soviéticos, aos comunistas sinceros e devotados à causa do socialismo, a todas as forças efectivamente democráticas e progressistas que lutam para defender conquistas essenciais do socialismo e combatem políticas e práticas ditatoriais.

4. O Comité Central considerou também a evolução da situação nos países do Centro e Leste da Europa pondo em evidência, por um lado, a orientação anti-socialista dominante a nível do poder político (embora com situações diferenciadas), medidas de revanche e perseguição anticomunista e brutal degradação da situação económica e das condições de vida das massas daí resultantes e, por outro lado, a generalizada desilusão e crescentes expressões de descontentamento, resistência e luta das massas em defesa dos seus interesses vitais.

5. O Comité Central expressou a sua preocupação pelo aumento dos factores de conflito militar na Europa (designadamente os decorrentes da situação na Jugoslávia) e noutras regiões do mundo, condena o reforço dos blocos económico-político-militares imperialistas (bem patente na Cimeira da NATO) e a acentuação das tendências intervencionistas nos assuntos internos dos povos. Sublinhou a necessidade de dar um novo impulso à luta anti-imperialista, ao movimento mundial pela paz, o desarmamento e a cooperação internacional; pela superação da lógica dos blocos político-militares, fortalecimento do processo CSCE pela completa liquidação das armas nucleares, por uma nova ordem económica internacional mais equitativa e mais justa.

6. O Comité Central alerta para o ressurgimento e avanço de tendências e forças racistas e fascistas em vários países da Europa. Trata-se de um perigo que não deve ser subestimado. A experiência histórica mostra que o fascismo, o racismo e a xenofobia são expressão da degradação social e se prestam à instrumentalização pelo grande capital contra o movimento operário, contra a democracia política, contra as conquistas sociais e culturais dos trabalhadores e dos povos, contra a paz.

7. O Comité Central valorizou altamente a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos que prossegue em todo o mundo pelos seus interesses vitais, contra o imperialismo, pela democracia, a independência, o progresso social e o socialismo. Destacou em particular o significado das greves que nos últimos meses tiveram lugar em vários países da Europa; da luta corajosa do povo da África do Sul pela liquidação do *apartheid* e de outros povos da África, Ásia e América Latina; das numerosas expressões de descontentamento e luta na URSS e países da Europa de Leste.

A determinação reafirmada por Cuba de defender o socialismo e resistir ao bloqueio imperialista, a confirmação da opção socialista por outros países e a normalização das relações entre a China e o Vietname, revestem-se na actual situação de grande significado.

8. O Comité Central apreciou aspectos da actividade internacional mais recente do Partido em que são de assinalar numerosos contactos e encontros bilaterais e a participação de delegações nos Congressos do Partido dos Trabalhadores do Brasil, do Partido Comunista da África do Sul, do Movimento de Fundação Comunista da Itália e do Partido Comunista da Grécia.

O Comité Central considera necessário o reforço da solidariedade internacionalista entre os povos e as forças progressistas. A solidariedade para com o povo de Cuba assim como para com os povos sul-africano, palestiniano e todos os povos que enfrentam o imperialismo, é uma exigência da hora presente. Sublinhou a importância do fortalecimento da cooperação bilateral e multilateral entre os Partidos Comunistas e a necessidade de iniciativas coordenadas visando o aprofundamento do exame de problemas comuns e o desenvolvimento de acções concertadas.

9. O Comité Central sublinhou a grande importância e significado do vigoroso movimento de solidariedade desenvolvido por todo o país para com o martirizado povo de Timor-Leste e no qual a juventude, com a sua participação massiva, generosa e criativa, confirmou o seu papel imprescindível na luta pelas grandes causas da liberdade e do progresso social. Confirma à resistência e ao povo timorense a fraternal e empenhada solidariedade de sempre dos comunistas portugueses para com a sua heróica luta contra o ocupante indonésio, pela autodeterminação e a independência.



II

Novos desenvolvimentos no processo de integração na CEE

O Comité Central procedeu a uma apreciação geral dos resultados da Cimeira de Maastricht.

1. As decisões tomadas no Conselho Europeu significam um salto qualitativo no processo de aprofundamento da integração comunitária.

As questões monetárias dominaram as decisões sobre os novos tratados, nomeadamente com a fixação de uma data-limite para a passagem à 3ª fase da União Económica e Monetária (1/1/1999) e a consagração da criação de uma moeda única e de um banco central europeu.

Confirmando a orientação neo-liberal do processo de integração comunitária, a dimensão social foi, mais uma vez e com a concordância do Governo português, subalternizada nas decisões dos Doze.

Entretanto, tomaram-se decisões - que importa ter em conta - no sentido da consideração do princípio da coesão económica e social, designadamente com a criação do Fundo de Coesão (restringido às matérias relativas ao ambiente e às redes transeuropeias de transportes) e com o protocolo relativo à intenção de reforço, concentração e flexibilização dos fundos estruturais, do alargamento das áreas da sua aplicação, do aumento da taxa de participação comunitária com a modulação dos recursos da CEE em função da riqueza de cada país.

2. Apesar de na Cimeira de 9 e 10 de Dezembro não terem tido vencimento as teses dos que defendiam a imediata consagração de uma comunidade federal, e de ser necessária uma posterior e cuidada análise quanto ao exacto significado, âmbito e processo das decisões relativas à estrutura da Comunidade, à política externa e de segurança comum, à política comum de defesa e à aplicação do princípio da subsidiariedade, entre outras, a verdade é que foram dados novos e importantes passos no sentido do reforço da supranacionalidade, afectando correspondentemente a soberania dos países menos desenvolvidos.

3. Pesem embora alguns passos no âmbito da consideração da coesão económica e social, registe-se que a sua efectiva concretização - quer quanto ao nível futuro dos fundos comunitários e à sua distribuição, quer quanto às orientações das políticas sectoriais comuns - ficou excessivamente dependente de propostas futuras da Comissão e correspondentes decisões dos doze Chefes de Estado e de Governo.

É igualmente causa de preocupação o facto de os avanços registados na «União Europeia» aumenta-

rem os riscos do chamado «défice democrático», em especial com o perigo de uma ainda maior marginalização dos Parlamentos nacionais na definição e controlo de orientações e decisões da maior importância para os povos respectivos.

É preocupante para Portugal que todos os critérios de convergência para a passagem à 3ª fase da UEM se circunscrevam ao âmbito da convergência nominal e não tenham em consideração os efectivos níveis de desenvolvimento económico e social.

Nestas circunstâncias, a fixação de uma data-limite irrevogável para o início da fase final da União Monetária coloca a iminência de, a partir de Janeiro de 1999, se consagrar uma Comunidade a duas velocidades, ou mesmo a três velocidades tendo em conta a possibilidade de não integração concedida ao Reino Unido.

4. Os resultados foram mais substanciais quanto à UEM que quanto à União Política. De sublinhar, designadamente, a não consagração de uma «defesa comum» defendida pelo eixo franco-alemão. Mas os compromissos a que se chegou no âmbito da política externa, da segurança e da defesa, se reflectem conflitos e contradições entre as grandes potências da CEE e entre estas e os EUA, tendem a inscrever-se numa lógica de bloco político-militar a que o PCP se opõe.

5. Reiterando a sua crítica pela inadmissível governamentalização do processo que culminou em Maastricht, o Comité Central do PCP reclama do Governo a abertura de um amplo debate público sobre as implicações para Portugal e os portugueses dos resultados da Cimeira. Tal debate de matérias que implicam com o futuro do país e com a própria soberania nacional deve, necessariamente, preceder o exame pela Assembleia da República da proposta de ratificação dos tratados, e mesmo da sua assinatura pelos Chefes de Estado e de Governo.

6. Na sequência das decisões da Cimeira de Maastricht, a Presidência portuguesa das Comunidades no próximo semestre adquire especiais responsabilidades e, nomeadamente, pelas suas incidências para o País, as que dizem respeito às decisões concretas que visam a coesão económica e social e a aplicação do calendário relativo à concretização da Carta Social Europeia.

Identicamente, a Presidência portuguesa terá enormes responsabilidades na concretização de uma reforma da Política Agrícola Comum que se oriente

para a defesa dos interesses dos países do Sul e que permita, no sector agrícola, a efectiva aplicação do princípio da coesão económica e social, rejeitando-se a actual proposta que é inaceitável para o país e para os agricultores portugueses e o papel passivo e a reboque dos acontecimentos que caracterizam a posição do Governo face ao processo de reforma em curso.

O PCP considera também que o Governo deve proceder ao debate público, nomeadamente na Assembleia da República, do programa para a Presidência portuguesa, no que concerne às prioridades a eleger e aos objectivos a prosseguir.

7. Nesta oportunidade, e antes da assinatura e ratificação dos novos tratados, o PCP entende necessário reafirmar alguns princípios que considera imperiosos no posicionamento de Portugal face ao processo de aprofundamento da integração comunitária:

- esse aprofundamento deve pautar-se pelo respeito da soberania e independência das nações e pela democratização dos processos de decisão, quer a nível comunitário quer a nível nacional;

- a política externa portuguesa deve constituir um instrumento de defesa da independência nacional e da afirmação de Portugal no mundo;

- a necessidade de rápida edificação de uma base económica nacional modernizada, mais diversificada e melhor inserida nas tendências mais avançadas dos processos produtivos, em que seja preservado o controlo nacional em centros fundamentais da decisão económica, que suporte um desenvolvimento económico não subordinado nem secundarizado e que promova a melhoria permanente das condições de vida do povo português;

- o previsível aumento substancial dos fundos estruturais após 1993 (que o PCP sempre defendeu e mostrou ser possível), reforça a exigência da sua criteriosa, transparente e mais eficaz aplicação, tendo em conta as efectivas prioridades de uma estratégia nacional de desenvolvimento, a necessidade de reestruturação dos sectores produtivos mais vulneráveis e carenciados, e a facilidade de acesso dos pequenos e médios empresários, dos agricultores e do sector cooperativo;

- a opção nacional tem de ser por uma economia forte que possa gerar e sustentar a estabilidade monetária, e não por uma estabilidade financeira assente na perpetuação de uma economia dependente e periférica.

III

Objectivos estratégicos do PSD e da política de direita

1. Face à renovação da maioria parlamentar do PSD nas últimas eleições legislativas e à possibilidade que tal resultado representa da sua manutenção no Governo durante mais quatro anos, o Comité Central do PCP salienta ser indispensável que os trabalhadores, os democratas, amplas camadas do povo português tomem plena consciência da real natureza e dos verdadeiros objectivos da política que o PSD se propõe prosseguir bem como das perigosas consequências que a sua realização implicaria para o povo, para o país e para o regime democrático-constitucional.

2. No desenvolvimento de orientações fundamentais da política de direita de há muito impostas ao país por sucessivos governos (de composição diversificada) e particularmente agravada pelo anterior Governo PSD/Cavaco Silva, o Programa do novo Governo

desvenda claramente que os grandes **objectivos estratégicos do PSD** são:

- a **reestruturação e reconstituição acelerada do capitalismo monopolista e a restauração do poder do grande capital sobre a economia nacional**, designadamente através do avanço de um processo radical de privatizações de empresas e bens do Estado, conduzindo à entrega de sectores-chave da economia nacional ao grande capital nacional e a grupos estrangeiros, impulsionando uma veloz concentração de riqueza e poder económico, não como resultado das «leis de mercado» ou da «concorrência» mas da intervenção do Estado através das leis e decisões da maioria parlamentar e do Governo, privando o país de um valioso património e de instrumentos muito importan-

tes para a condução de uma política económica guiada pelo interesse público e pelo interesse nacional;

- a **profunda restrição ou liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores**, ao serviço de uma política de reforço da sua exploração e do objectivo de alterar drasticamente a correlação de forças no plano social e nas empresas em favor do patronato e de que, entre outros, são instrumentos fundamentais quer as alterações da legislação laboral quer a expansão de formas directas e indirectas de coacção e pressão sobre os trabalhadores, sobre a sua luta e sobre o exercício dos seus direitos;

- o **abandono por parte do Estado de obrigações fundamentais no domínio social** (saúde, habitação, educação, segurança social, ambiente)

acompanhada da crescente transformação de áreas de satisfação de necessidades sociais em campo de oportunidades para negócios privados, com o correspondente agravamento da desprotecção e das desigualdades e a intolerável acentuação e alastramento de fenómenos de marginalização e exclusão sociais;

- a profunda desfiguração e mutilação da democracia política consagrada na Constituição, designadamente através de modificações antidemocráticas das leis eleitorais visando garantir a eternização do PSD no poder; da governamentalização do regime e das instituições e do desrespeito pelas competências e da tentativa de esvaziamento de outros órgãos de soberania; da partidarização da Administração Pública; do controlo dos principais meios de comunicação social; da sabotagem das formas de democracia participativa; da ofensiva centralista contra a autonomia do poder local democrático e a resistência ao processo de regionalização.

3. Trata-se de um conjunto indissociável de objectivos estratégicos que esvaziam de conteúdo prático e afrontam claramente as grandes orientações programáticas consagradas na Constituição e o projecto de democracia política, económica, social e cultural nela definido.

O PCP NA RESISTÊNCIA E NA LUTA CONTRA A NOVA OFENSIVA DA DIREITA

A serem alcançados, representariam simultaneamente tanto a destruição de importantes e valiosas realidades políticas, sociais e económicas do Portugal democrático como o comprometimento por largo prazo das mudanças, reformas, transformações e avanços que correspondem à satisfação de profundas aspirações populares e de notórias necessidades nacionais.

4. O avanço da ofensiva do PSD conduziria à criação de um sistema de poder antidemocraticamente protegido das mudanças de opção eleitoral dos cidadãos, à ampliação e sofisticação de formas de coacção

e condicionamento de carácter económico, social e ideológico, ao controlo pelo grande capital da economia e de outras áreas decisivas da vida nacional e à sua crescente influência sobre o poder político, à manutenção em Portugal de um modelo periférico de desenvolvimento assente nos baixos salários e numa frágil especialização produtiva com a subordinação dos interesses nacionais aos interesses dos países mais desenvolvidos da CEE.

A realização com êxito dos objectivos estratégicos do PSD e da política de direita teriam como principal resultado global a edificação de uma sociedade onde se teriam consolidado factores estruturantes de profundas desigualdades, injustiças e discriminações, de uma sociedade bloqueada e fechada às mudanças e transformações progressistas, de uma sociedade asfixiada pelo domínio de um único partido e sem perspectivas de concretização de alternativas de política e de governo.

5. Não é um tal projecto de sociedade, que em aspectos fundamentais contraria e inverte o caminho percorrido pela sociedade portuguesa depois do 25 de Abril, que responde às aspirações do povo português ou corresponde às exigências de liberdade, democracia, justiça social, progresso e desenvolvimento do nosso país no limiar do séc. XXI.

É necessário, é imperioso e é possível derrotá-lo.

IV

Áreas essenciais da ofensiva da direita e grandes linhas da resistência e da luta

Na concretização dos grandes objectivos estratégicos do PSD e da política de direita, o Governo de Cavaco Silva desenvolve uma intensa ofensiva contra a democracia política e ofensivas idênticas nas áreas económica e social.

O Comité Central considera que a justa caracterização dessas ofensivas no seu conteúdo, contornos, formas de intervenção e consequências é uma importante contribuição para que se concretizem as orientações e as iniciativas mais adequadas para lhes dar combate.

Grandes linhas da resistência e da luta

1. A derrota dos objectivos estratégicos do PSD e a contenção dos aspectos mais graves da política que se propõe prosseguir só serão possíveis na base de um vasto, persistente e combativo movimento de resistência e de luta popular e democrática que se afirme com vigor, determinação e confiança, designadamente no plano social, político e institucional.

2. Neste quadro, são grandes direcções da resistência e da luta:

- a luta de massas, expressando quer o descontentamento, o protesto e a intervenção activa das diversas classes, camadas e grupos sociais em defesa dos seus próprios interesses e direitos lesados pela política do Governo quer a intervenção de amplos sectores sociais em defesa de objectivos democráticos de carácter social, económico e político;

- o reforço e dinamização das mais diversas organizações, movimentos e estruturas de carácter unitário, que são chamados a desempenhar um papel determinante na resposta decidida aos esforços da direita para instalar um clima de conformismo, apatia e resignação, na defesa dos interesses populares, na organização e desenvolvimento da luta social;

- a acção e a intervenção nas e junto das instituições democráticas, com destaque para o imprescindível combate à governamentalização do Estado e à marginalização dos órgãos de soberania não controlados pelo PSD, para a acção na Assembleia da República, para a actividade e trabalho

realizado no poder local democrático ao serviço das populações;

- a luta pela unidade dos trabalhadores e pela cooperação, convergência e unidade de acção dos democratas nos mais diversos planos da vida nacional, factor que pode ser determinante para o êxito da resistência à política de direita e ao êxito da luta popular.

3. Consciente das suas responsabilidades nacionais e do seu papel como força democrática mais consequente na luta contra a política de direita e por uma política e um governo democráticos, o PCP empenhará os seus esforços e energias no quadro destas grandes linhas de resistência e de luta.

Ofensiva contra as condições de vida e os direitos sociais

1. O Comité Central alerta para que está em desenvolvimento uma brutal ofensiva contra as condições de vida das massas populares e em particular dos trabalhadores, contra as suas condições de trabalho e importantes direitos.

2. A comunicação do Primeiro-Ministro sobre «Perspectivas Económicas e Política de Rendimentos para 1992», feita no passado dia 4, no Conselho Permanente de Concertação Social, bem como as declarações do ministro das Finanças no passado dia 13, tornaram absolutamente claro que o Governo, passadas as eleições, metidas na gaveta as promessas eleitorais de mais bem-estar e de uma aproximação aos padrões de vida europeus, se prepara para fazer os trabalhadores, os reformados, pensionistas, deficientes e largas camadas sociais pagarem a factura da sua própria política.

Avançando previsões de taxas de inflação irrealistas, o Governo prepara-se para prosseguir e agravar a política de contenção salarial como uma linha mestra da sua chamada política de rendimentos e preços. O Governo sabe que os baixos salários dos trabalhadores não são responsáveis pela sua incapacidade em fazer baixar significativamente a inflação. O factor trabalho no Rendimento Nacional tem diminuído apesar do aumento da produtividade.

No concreto, o Governo prepara-se para conter os

salários, para aumentar o desemprego, fazer cortes em serviços de grande impacte social e para limitar direitos, continuando a fechar os olhos ao trabalho infantil e minimizando a gravidade dos níveis de sinistralidade.

3. Depois de alguma contenção, o problema dos salários em atraso conhece novo agravamento. Os despedimentos em curso em várias empresas e a ameaça que pesa sobre muitas outras e sobre os trabalhadores da Função Pública, põem em causa muitos milhares de postos de trabalho. Aumenta a precarização do emprego, cresce o desemprego e intensifica-se o ambiente repressivo nas empresas. O Governo não só não cumpre com a prometida redução do horário de trabalho, como se assiste a tentativas em vários sectores para o aumentar. O patronato procura aplicar na prática a legislação constante do Pacote Laboral (despedimentos individuais, pré-reforma, nova organização da duração do trabalho), pondo em perigo de forma muito séria importantes direitos dos trabalhadores. Em nome da alegada defesa da liberdade dos cidadãos, o Governo ameaça limitar gravemente o direito à greve.

4. Outras camadas laboriosas estão e vão de forma crescente ser atingidas nos seus interesses pela política do Governo. Entre aquelas devem salientarse os pequenos e médios agricultores, os pequenos e médios empresários, a braços com perdas de rendimento e maiores dificuldades na obtenção de fundos para a modernização das suas empresas. A estratégia económica de Cavaco Silva, em matérias como a taxa de juro, a inflação, o défice orçamental, a taxa de câmbio do escudo, as perdas de mercado pela competição dos produtos importados e pela presença cada vez mais dominante no mercado nacional de grandes superfícies comerciais e centrais de compra, a acrescida selectividade no acesso aos Fundos Comunitários afirmada no Programa do Governo, funciona como um enorme rolo compressor dessas camadas, com um conhecido e relevante peso económico e social para a vida do país.

5. Ao contrário do prometido por Cavaco Silva e o PSD, os aumentos insignificantes das pensões e reformas, e regredindo mesmo em relação a anos anteriores, não só não garantem a melhoria das condições de

vida destas camadas sociais extraordinariamente carentes, como as condena a uma vida mais difícil.

6. A proposta do Primeiro-Ministro de reeditar a assinatura de um novo «Acordo Económico e Social» lesivo para os trabalhadores apresenta-se como uma nova peça de grande envergadura para cobrir a política governamental de contenção salarial, de ataques aos direitos dos trabalhadores procurando convencer as organizações sindicais e os trabalhadores que é do seu interesse serem sacrificados em nome da prometida modernização da economia portuguesa.

7. As declaradas intenções do Governo PSD/Cavaco Silva de aumentar significativamente as taxas moderadoras nos hospitais e centros de saúde, de proceder a novos aumentos nos medicamentos e à redução significativa das respectivas comparticipações terão graves consequências de carácter social. A decisão de avançar na privatização de importantes unidades de serviços de saúde constitui um novo passo na descaracterização do Serviço Nacional de Saúde, um gravíssimo atentado ao direito à saúde dos portugueses consagrado na Constituição e um novo passo na escalada do PSD no sentido de transformar o direito à saúde num chorudo negócio, no aprofundamento da sua famosa consigna de que «quem quer saúde, paga-a».

8. Esta ofensiva do Governo PSD no plano social, tem ainda grave expressão no avolumar das carências e degradação do ensino, dos problemas urbanos, dos transportes e na maior dificuldade no acesso à habitação. A decisão de passar a Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres para a tutela do Ministério do Emprego e Segurança Social reduz e limita o campo da sua intervenção na defesa dos direitos das mulheres.

9. É preciso, é possível conter e derrotar esta ofensiva antilaboral e anti-social contra os direitos e as condições de vida dos trabalhadores e das massas populares.

O Comité Central apela aos trabalhadores e às massas populares para expressarem o seu descontentamento, resistirem e darem combate às medidas gravosas para os seus interesses, nomeadamente a legislação recentemente publicada e inserida no pacote laboral, a ameaça de limitar o direito à greve, assim como para intensificarem a luta contra a política de contenção salarial, por melhores salários, elevar os rendimentos mínimos, lutando pela redução do horário de trabalho, contra os despedimentos e a precariedade do emprego, exigindo que a modernização das empresas e sectores se faça respeitando os interesses dos trabalhadores.

Uma política económica contra as camadas laboriosas e os interesses nacionais

1. O Governo PSD/Cavaco Silva retomou logo após a tomada de posse a ofensiva contra o Sector Empresarial do Estado e vem manifestando claras intenções de privatizar sectores e serviços até hoje fundamentalmente do âmbito do Estado.

O anúncio da privatização de empresas básicas e estratégicas, como a Petrolgal, a Siderurgia, a Cimpor, a Portucel, a TAP, a continuação do desmembramento e «venda às fatias» da Quimigal, IPE, EDP (Central do Pego), os avanços nos projectos de venda de partes rentáveis da ex-Rodoviária Nacional e da CP (as outras ficam a aguardar uma rentabilização à custa do Orçamento do Estado e da redução do serviço público), a declaração da total privatização do sector financeiro (BPA, BESCL, CPP, UBP, Mundial Confiança, etc.), correspondem a uma política frontalmente contrária ao necessário desenvolvimento económico do País e põem em causa princípios constitucionais, como a existência de um «sector público de propriedade dos meios de produção» e a «subordinação do poder económico ao poder político democrático».

Simultaneamente, e aliás em conformidade com o Programa do Governo, crescem as declarações e medidas governamentais relativamente à privatização nas áreas da saúde, do abastecimento de água, das infra-estruturas aeroportuárias e portuárias, das tele-

comunicações, etc., enquanto se multiplicam as pressões públicas de sectores interessados do grande capital. Assim se caminha para uma crescente desresponsabilização do Estado na prestação de bens sociais, necessários à satisfação de direitos constitucionais dos portugueses e se prepara a entrega ao capital privado de serviços estratégicos para a economia e o País.

2. A forte desaceleração do crescimento da produção nacional para uma taxa cerca de metade da registada nos anos mais recentes, em resultado da desaceleração do investimento e da preocupante redução, em termos reais, das exportações nacionais, é mais uma demonstração da inadequação da política económica do Governo à realidade e aos interesses nacionais.

O comportamento negativo das exportações resulta, em grande medida, da política cambial do Governo que conduziu a uma irresponsável revalorização do escudo orientada para a desaceleração não sustentada da inflação, criando graves dificuldades à actividade produtiva, quer na indústria quer na agricultura, e diminuindo a competitividade da produção nacional.

3. A política de elevadas taxas de juro do crédito que tem beneficiado o sector financeiro com lucros exorbitantes em prejuízo da actividade produtiva, igualmente gera acrescidas dificuldades à generalidade das empresas não financeiras e ao necessário crescimento acelerado do investimento e produção nacionais. Dificuldades que, nomeadamente, têm agravado a crise que atinge sectores produtivos com peso relevante na economia nacional, como os sectores agrícola, têxtil, do calçado, etc.

4. A meta para a inflação apontada pelo Primeiro-Ministro para o próximo ano (e que, aliás, é contrária pelas previsões da CEE e da OCDE) só poderia ser conseguida com elevados custos para a actividade produtiva nacional e para os rendimentos dos trabalhadores e outras camadas laboriosas, pondo em causa o necessário desenvolvimento da economia portuguesa a níveis bastante superiores aos da média da CEE e impedindo a legítima e imprescindível melhoria do nível de vida da população portuguesa.

Se se tiver presente que a taxa de inflação verificada em 1991 é idêntica à registada em 1986, apesar das favoráveis condições externas de que nesse período o país beneficiou, mais claro se torna o excessivo nível de custos sociais e económicos que resultariam de uma política virada prioritariamente para a redução em 4 pontos percentuais da taxa de inflação em 1992.

5. É igualmente contrária aos interesses do País e dos portugueses a intenção do Governo de reduzir abruptamente o défice orçamental à custa da diminuição real dos salários dos trabalhadores da função pública em 1992, da contenção das despesas de carácter social (em especial na educação e na saúde) e do aumento dos impostos, designadamente através da eliminação da taxa zero do IVA (de que actualmente beneficia, nomeadamente, a generalidade dos bens alimentares).

6. O PCP considera necessária a redução da inflação e do défice orçamental, do mesmo modo que tem como imprescindível o crescimento a níveis elevados do investimento produtivo e da actividade económica.

Mas o PCP rejeita e condena a estratégia do Governo de gestão da economia de acordo com calendários eleitorais, promovendo políticas de austeridade e de fraco crescimento económico em 1992 e 1993 e um «desapertar do cinto» nos anos eleitorais de 1994 e 1995.

Identicamente, o PCP recusa que a redução da inflação seja suportada por pesados sacrifícios dos trabalhadores, antes devendo ser conseguida através de uma política activa de modernização da estrutura produtiva e do aumento da produtividade real das empresas portuguesas.

Finalmente, o Comité Central reafirma a oposição do PCP ao prosseguimento do actual processo de privatizações, e manifesta a sua disposição de continuar a luta (para a qual exorta os trabalhadores portugueses) para impedir o prosseguimento da nefasta política do Governo de leilão do SEE e entrega ao capital privado de serviços públicos essenciais, com a transferência para o grande capital estrangeiro de

sectores fundamentais da decisão económica nacional.

Ofensiva contra a democracia política

1. O Comité Central salienta que o destaque dado no Programa do Governo e na sua apresentação à Assembleia da República pelo Primeiro-Ministro à revisão da legislação eleitoral e da Lei dos Partidos Políticos é revelador da prioridade conferida à ofensiva contra a democracia política pela governação do PSD, na nova fase que se seguiu à confirmação da maioria absoluta.

A ofensiva comporta muitas das características que vinham de trás, mas centra-se, agora, especialmente, na revisão de todas as leis eleitorais, através da apresentação da proposta de lei de um novo código eleitoral.

2. As alterações mais graves incidem nas leis eleitorais para a Assembleia da República, para o Presidente da República e para as Autarquias Locais e no propósito de uma revisão antecipada da Constituição com o mesmo objectivo. São as seguintes:

- **Lei Eleitoral para a Assembleia da República.** A criação de um círculo nacional e o desmembramento dos círculos com mais de 10 deputados. Esta alteração a ser aprovada afectaria o sistema de representação proporcional, directamente, através do desmembramento dos grandes círculos e, indirectamente, pela redução dos círculos mais pequenos em consequência da criação do círculo nacional. A proposta de lei do anterior Governo de Cavaco Silva chumbada na Assembleia da República contemplava idênticas alterações e beneficiava consideravelmente o PSD, como foi provado.

- **Lei Eleitoral para a Presidência da República.** A alteração anunciada consiste na introdução do voto dos emigrantes na eleição do Presidente da República e corresponde a uma antiga reivindicação da direita. Esta faculdade eleitoral concedida aos emigrantes combinada com a Lei da Cidadania, poderia, se fosse aprovada, entregar a decisão da eleição presidencial a portugueses que há muito não residem no País nem acompanham os seus problemas e até a alguns que nele não nasceram, nem nunca residiram e que não falam sequer a nossa língua.

- **Lei Eleitoral para as Autarquias.** As alterações consistem: na admissão do concurso de listas de cidadãos aos órgãos municipais; na limitação do número de mandatos consecutivos de presidentes e vereadores das Câmaras Municipais; na introdução de mecanismos de bonificação que transformam as maiorias relativas em maiorias absolutas. São, essencialmente, as famosas propostas do Pontal que não passaram na legislatura anterior da Assembleia da República por manifesta inconstitucionalidade, declarada inclusivamente pelo Tribunal Constitucional. Com o conjunto das três alterações o PSD pretende retomar a posição maioritária no conjunto dos municípios que perdeu clamorosamente nas eleições de 1989.

- **Revisão antecipada da Constituição.** Ao adiantar a sua necessidade, Cavaco Silva reconhece que uma boa parte das alterações, que propõe são inconstitucionais. Algumas até já declaradas como tal pelo Tribunal Constitucional. Além da gravidade que uma revisão antecipada representaria com a matéria em apreço, é preciso alertar que atrás desta matéria eleitoral poderia vir outra. O Governo anunciou, por exemplo, a intenção de rever a Lei da Greve. Ora as propostas conhecidas do PSD, neste domínio, são inconstitucionais, não passaram na última revisão da Constituição.

3. Estas tentativas de alteração da legislação eleitoral não comportam em si mesmas grande novidade. Praticamente todas elas foram já tentadas pela direita e derrotadas nas duas revisões da Constituição (voto dos emigrantes), ou no processo legislativo corrente na anterior legislatura da Assembleia da República (alteração dos círculos eleitorais por não ter obtido maioria de dois terços), ou por declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional (limita-

ção do número de mandatos dos Presidentes dos municípios).

O que é completamente novo é o propósito explicitamente declarado por Cavaco Silva de fazer aprovar este conjunto de alterações (com a inevitável revisão antecipada da Constituição) numa parada única.

O que é novo também é o desafio lançado, nesse sentido, pelo Primeiro-Ministro ao PS e a resposta deste, através do seu Secretário-Geral, Jorge Sampaio, de grande abertura para colaborar na operação.

4. O PS está colocado perante uma pesadíssima responsabilidade. O golpe do PSD contra a legislação eleitoral só pode passar com o seu acordo. Só com o seu acordo haverá 2/3 para modificar os círculos eleitorais e 4/5 para fazer a revisão antecipada da Constituição necessária às outras alterações mais importantes, voto dos emigrantes e alterações à lei eleitoral para as autarquias.

O PS não pode ignorar que a ser viabilizado o golpe do PSD na legislação eleitoral ele representaria uma profunda desfiguração dos princípios que têm enformado o direito eleitoral no Portugal de Abril e que isso teria consequências directas na configuração do sistema partidário.

Se aceder ao desafio de Cavaco Silva, o PS torna-se aliado do partido do Governo e cúmplice das suas concepções redutoras da democracia, numa operação que visa o esmagamento e a eliminação da representação parlamentar e institucional dos demais partidos.

O golpe do PSD na legislação eleitoral, podendo traduzir-se em algumas pequenas vantagens para o PS, favorece leoninamente as grandes massas eleitorais e nessas o PSD leva à partida uma grande vantagem (mais de 20 pontos percentuais sobre o PS nas eleições de 6 de Outubro).

5. Na operação cavaquista o grande objectivo é facilitar ao PSD a realização do velho sonho da direita, acalentado desde os tempos da AD, de controlar todo o poder político - o Governo, a maioria parlamentar, a Presidência da República. Agora ainda acrescido do objectivo de dominar na significativa maioria dos municípios do País.

O PCP NA RESISTÊNCIA E NA LUTA CONTRA A NOVA OFENSIVA DA DIREITA

6. A revisão de todas as leis eleitorais é um aspecto central, mas apenas um aspecto na vasta ofensiva contra a democracia política que compreende também a crescente governamentalização do regime e das instituições democráticas; a manipulação e a instrumentalização da comunicação social pública ao serviço do Governo e a entrega por este ao grande capital, com descarada preferência pelos grupos clientelares do PSD, dos grandes órgãos da imprensa escrita, as frequências regionais da rádio, e, em breve, os novos canais de televisão; a persistente ingerência no Poder Local que é ao mesmo tempo sobrecarregado com novos encargos sem a correspondente contrapartida de meios; o ataque aos direitos dos trabalhadores e o desrespeito completo pelos direitos sindicais nas empresas; o congelamento das formas da democracia participativa; os propósitos de ingerência e tutela do Governo sobre a administração da Justiça; as práticas inconstitucionais, a arrogância, o autoritarismo, o abuso do poder de que o Governo e o partido do Governo fazem uso nas suas relações com a oposição e a sociedade.

7. A linha de afrontamento com o Presidente da República ostensivamente retomada pelo PSD, bem como os planos cavaquistas para um maior silenciamento e esvaziamento da Assembleia da República, representam uma nova escalada na concretização do

projecto de absolutização do poder pelo Governo de Cavaco Silva, reduzindo as instituições e a vida democrática a uma mera formalidade.

8. Atitudes recentes do Governo revelam a sua intenção de persistir numa linha de ataque à autonomia administrativa e financeira do poder local, designadamente fixando um valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro a transferir para as autarquias que se traduzirá na continuada redução da capacidade financeiras destas, acompanhada da reedição da tentativa de divisão dos municípios em torno da questão dos critérios de distribuição. De igual modo, o recente pacote legislativo em matéria de trabalhadores da Administração Local não só atenta gravemente contra direitos dos trabalhadores, como constitui uma séria ingerência na autonomia do poder local, com consequências para a sua própria capacidade de prestação de serviços à população.

9. A ofensiva governamental contra a democracia, e as ofensivas semelhantes que se desenrolam no plano económico e social conduzem a uma profunda desfiguração do regime democrático nascido do 25 de Abril e das características básicas fixadas na Constituição. A recusa deste processo de degeneração e preversão da democracia política não pode deixar de constituir um dos imperativos centrais que se colocam às forças democráticas.

10. O PCP admite a necessidade de reformas e reformulações do nosso sistema político, incluindo da legislação eleitoral. Para os comunistas, essas reformas devem ser dirigidas à necessidade de dar melhor expressão à vontade dos portugueses na pluralidade das correntes em que se assume, o que significa ainda maior rigor na aplicação do sistema de representação proporcional (e não a sua adulteração). Significa a assunção pelos órgãos de soberania da plenitude das suas competências e prerrogativas (e não a governamentalização). Significa a verdadeira descentralização administrativa indispensável à modernização do País e à mobilização dos recursos nacionais e, portanto, o avanço da Regionalização (e não o seu bloqueio).

V

Reforço do Partido Direcções de trabalho prioritárias

1. Com o objectivo de desenvolver um trabalho aprofundado para o reforço geral do Partido, na sequência das decisões do Comité Central realizaram-se, logo após as últimas eleições, numerosas reuniões nas diversas organizações do Partido.

Nelas se debateram os resultados eleitorais e tiraram-se experiências em relação às campanhas realizadas.

Procurou-se, ainda, melhorar o conhecimento da situação existente nas respectivas áreas, tratar problemas de direcção, quadros e organização, elevar os fundos recolhidos e a difusão da imprensa partidária e aprofundar a ligação às massas no sentido do seu esclarecimento, da sua organização e da sua luta.

2. Subsistindo entretanto sérias deficiências, atrasos e dificuldades em áreas e sectores significativos da actividade partidária e de grande importância para o reforço do Partido, sua influência e ligação às massas (células de empresa, organizações sociais de massas...)

No sentido de actualizar e aprofundar o conhecimento da organização e o estudo de soluções e medidas para o seu reforço, realizar-se-ão de 15 de Fevereiro a 15 de Março reuniões e plenários por toda a estrutura orgânica, com esse objectivo. No final deste período analisar-se-ão as questões importantes que forem levantadas e preparar-se-á, então, uma reunião do Comité Central dedicada aos problemas da organização e seu funcionamento.

Deve ser preocupação de todos os organismos dirigentes ganhar o maior número possível de camaradas para participarem e contribuírem com a sua

experiência e os suas opiniões para os debates que se têm de fazer, para o fortalecimento orgânico do Partido, para uma sua maior implantação e influência na luta de massas e nas instituições, na actividade geral do país.

3. A campanha contra o Partido levada a cabo por órgãos de comunicação social a pretexto da expulsão de elementos do Partido de há muito envolvidos em actividades fraccionárias redobrou e atingiu níveis dificilmente ultrapassáveis de deturpação, intriga e mistificação alimentada pela combinação da actividade contra o Partido desses e de outros elementos.

O Comité Central salienta que as acções e declarações ulteriores desses elementos vêm comprovar claramente a necessidade e justeza das medidas que foram adoptadas.

Sem prejuízo da verificação de discordâncias, reservas, dúvidas e preocupações que aliás assumem fundamentação diversificada, o debate realizado em muitas reuniões em torno das sanções decididas pela Comissão Central de Controlo e Quadros (e ratificadas pelo Comité Central) testemunhou uma elevada compreensão da necessidade das medidas adoptadas e um firme empenho da grande maioria dos militantes em defender um funcionamento do Partido de acordo com os princípios estatutários e a manutenção na vida do Partido de um indispensável clima de confiança, solidariedade e lealdade.

O Comité Central reafirma a importância de prosseguir e desenvolver os esforços e as iniciativas para, combatendo a cristalização de opiniões e as atitudes de críspação, procurar superar problemas existentes

pela via do debate político e ideológico, do esclarecimento e do diálogo, da consideração atenta das opiniões divergentes, da inserção no trabalho partidário.

Mas o Comité Central entende também que o Partido não pode tolerar acções individuais ou colectivas de continuado e assumido desrespeito das normas estatutárias e o prosseguimento de actividades divisionistas e fraccionárias.

A defesa do Partido dos ataques insidiosos por parte de alguns meios da comunicação social, de alguns ex-membros do Partido e de outros elementos tornou-se um objectivo importante que não pode pôr de lado a necessidade de continuar o trabalho pela superação das nossas debilidades e deficiências, pelo aprofundamento da vida democrática interna e por uma renovação que tenha em conta as mudanças na sociedade e no mundo.

4. O Comité Central salientou o esforço que está a ser feito para melhorar a imprensa do Partido, nomeadamente o «Avante!» e «O Militante» e considera necessário que as organizações se empenhem de forma mais dinâmica na sua divulgação.

5. O Comité Central considerou que, a par dos esforços para conseguir o reforço orgânico do Partido e o empenhamento das organizações partidárias no desenvolvimento da luta de massas contra a política cavaquista, se impõe uma enérgica acção para a divulgação e popularização das posições e propostas do Partido para a solução dos problemas do povo e do país, bem como do seu Programa, ideais e projecto de sociedade, o que implica designadamente o reforço do trabalho de informação e propaganda do Partido.

6. O Comité Central chama a atenção para a necessidade de se preparar o calendário de actividades para o próximo ano, tendo em conta as tarefas já definidas e a indispensável articulação entre as iniciativas regionais e centrais e a preparação do XIV Congresso do Partido.

As comemorações do 71º Aniversário do Partido, assumindo no contexto actual uma particular relevância na batalha político-ideológica, devem merecer cuidada atenção.

O Comité Central fixou a data da realização da Festa do «Avante!» para os dias 4, 5 e 6 de Setembro.

Direcções de trabalho prioritárias

1. Dando continuidade à análise anteriormente encetada quanto ao andamento e desenvolvimento das tarefas relativas às diferentes direcções de trabalho consideradas como prioritárias com vista ao reforço da intervenção do Partido em diferentes áreas da vida nacional e do desenvolvimento da acção das massas em defesa dos seus interesses, o Comité Central insiste que deve ser dada particular atenção às seguintes direcções de trabalho, tomando as correspondentes medidas organizativas em conformidade com as orientações definidas.

2. Quanto à actividade do **Grupo Parlamentar**, o Comité Central destaca-a como uma frente muito importante do trabalho do Partido, especialmente na área institucional, e salienta como direcções de trabalho fundamentais:

- contrariar e combater as tentativas de esvaziamento e marginalização da Assembleia da República, designadamente através da redução de funcionamento do Plenário e da recusa de agendamento de importantes matérias propostas pelo PCP;

- apresentar propostas construtivas para a solução dos problemas do país e das situações mais agudas que afligem o nosso povo;

- dar melhor divulgação às propostas, projectos de lei e iniciativas apresentadas;

- tomar as iniciativas adequadas de fiscalização e de denúncia da política do Governo;

- desenvolver iniciativas em que possa alcançar-se a convergência dos partidos da oposição, especialmente da oposição democrática, na resistência à governamentalização da Assembleia da República e combater atitudes do PS de recusa de solidariedade com as forças da oposição democrática proferindo fazê-la com o PSD e o Governo.

3. Em relação à **frente autárquica**, o Comité Central regista o desenvolvimento de uma intensa actividade na frente de trabalho do PCP na área do Poder Local. Têm sido preocupações fundamentais, de acordo com as orientações definidas pelo CC, reforçar a ligação às populações e às organizações populares, procurando formas novas de assegurar em complemento das tradicionais; assegurar uma mais intensa informação acerca do trabalho realizado e a participação directa das populações em todas as decisões fundamentais; melhorar o atendimento, a resposta às pretensões dos cidadãos e combater a burocratização; valorizar a contribuição dos trabalhadores das autarquias e melhorar a articulação com eles e com as suas estruturas representativas.

O Comité Central considera que se impõe um reforço do trabalho de direcção, da melhoria da informação, troca e generalização de experiências entre eleitos autárquicos e entre organizações do Partido e um esforço generalizado no sentido de, num espírito confiante e construtivo, dinamizar o trabalho nas autarquias na perspectiva de o resto do actual mandato representar a confirmação do estilo superior de gestão dos comunistas, da sua democraticidade, competência e eficiência.

4. Para a intervenção nas instituições democráticas, nomeadamente na Assembleia da República e nas autarquias, representa importante papel a **política de unidade e convergência democráticas**. O Comité Central salienta o carácter imperativo da luta pelo entendimento, cooperação e convergência dos democratas portugueses para contrariar a política

do Governo PSD e favorecer a criação das condições necessárias para uma alternativa democrática.

Nesta matéria, constituem importantes tarefas:

- o reforço da cooperação no quadro das forças que constituem a CDU, com a reactivação da Comissão Coordenadora da CDU (autárquicas);
- a execução dos acordos de acção parlamentar com o PEV, a ID e a UDP;

- a dinamização da actividade com democratas independentes, quer no quadro da CDU, quer em variadas iniciativas concretas;

- os esforços para que o diálogo e a convergência entre comunistas e socialistas se possa tornar uma realidade no interesse do regime democrático, do nosso povo e do nosso país, persistindo entretanto na crítica frontal às posições do PS, ultimamente agravadas.

5. Em relação à **frente sindical**, o Comité Central analisou alguns aspectos e tendências do desenvolvimento do movimento sindical no momento presente e os resultados da Conferência Sindical Nacional da CGTP-IN bem como questões relativas à orientação e actividade dos comunistas no movimento sindical, com vista a contribuir para o reforço da sua organização, unidade e democraticidade, melhor ligação aos trabalhadores, tendo definido como tarefas imediatas:

- prosseguir a discussão em todo o Partido relativamente à intervenção e às formas de organização dos militantes do Partido para esta frente de trabalho partidária. Às células de empresa deverá caber um importante papel no desenvolvimento do trabalho sindical e na sua cooperação com as comissões de trabalhadores;

- participar activamente na concretização das principais decisões e orientações saídas da Conferência Sindical Nacional, nomeadamente no que toca ao reforço da organização sindical nas empresas, à dinamização da campanha de sindicalização, do desenvolvimento da luta reivindicativa, do reforço da unidade sindical e dos trabalhadores;

- prestar particular atenção ao relacionamento e cooperação dos comunistas com outras correntes de opinião que intervêm no movimento sindical;

- dar maior atenção ao estudo e aprofundamento dos novos e complexos problemas que hoje se colocam aos trabalhadores, às estruturas sindicais, ao movimento sindical internacional e intervir activamente no debate de ideias.

6. Em relação à **juventude**, o Comité Central regista importantes desenvolvimentos da acção e da luta juvenil, particularmente as movimentações dos estudantes do ensino superior e a elevada expressão juvenil do movimento de solidariedade com Timor-Leste, sendo também de destacar, na sequência da grande participação dos jovens na campanha eleitoral da CDU, a dinamização e o fortalecimento da JCP, procurando ultrapassar reais dificuldades e insuficiências, com reforço de direcção, realização de encontros, reuniões, iniciativas de convívio e debate, assumindo particular significado a adesão à JCP de mais de 200 jovens nos últimos três meses.

O Comité Central considera como orientações para a acção dos comunistas na área da juventude nos próximos tempos:

- o prosseguimento da análise e uma maior atenção à situação, aos problemas, às aspirações e às formas de intervenção da juventude e à política, actividade e estruturas governamentais (centrais e regionais); o reforço do trabalho partidário junto da juventude, com o empenho das organizações do Partido e nomeadamente dos professores comunistas e dos membros do Partido nos sindicatos, nas CTs, nas autarquias e nas associações populares;

- a continuação do apoio activo ao exame pela JCP da sua organização, orientação e acção e a adopção de medidas para o fortalecimento da direcção; criação e dinamização de colectivos; estímulo à acção junto dos jovens trabalhadores e à sua integração efectiva na organização; reforço da intervenção autónoma do Secundário e Superior nas escolas; promoção de iniciativas de convívio, afirmação e posição própria; alargamen-

to de adesões; acompanhamento de quadros; formação política e ideológica; acção institucional, nomeadamente na Assembleia da República; apoio à preparação de iniciativas nacionais e regionais, nomeadamente do ensino secundário, do trabalho local e à V Conferência Nacional do Ensino Superior a realizar a 11 e 12 de Abril de 1992;

- o estímulo à iniciativa, à acção e à luta juvenil em torno de problemas particularmente sentidos: concretização dos direitos dos jovens trabalhadores; emprego estável; resolução das carências das escolas e garantia de ensino de qualidade; fim da PGA e implementação de um novo sistema de acesso ao ensino superior que elimine o «numerus clausus»; cumprimento das responsabilidades do Estado no financiamento do ensino superior público; mais e melhor apoio social; combate a projectos de financiamento do ensino superior público com base no aumento das propinas; acesso à habitação; garantia dos direitos dos jovens no Serviço Militar Obrigatório, segurança na instrução;

- a activação e reforço da unidade do movimento juvenil a todos os níveis, nomeadamente: promoção de listas de unidade para as eleições das Direcções de Associações de Estudantes do ensino secundário, superior e órgãos de gestão; constituição de associações de trabalhadores estudantes e dinamização de listas para as suas eleições; fortalecimento da Interjovem e apoio à análise dos seus objectivos, estrutura, estilo e meios de intervenção no contributo para o êxito da I Conferência da Interjovem a realizar a 28 e 29 de Março de 1992.

7. No que se refere às **mulheres**, o Comité Central sublinha que, constituindo a luta das mulheres em torno dos seus direitos específicos um importante contributo para o desenvolvimento das acções de massas, em defesa da democracia, pelo fim das desigualdades, pelo cumprimento das leis, se torna necessário conseguir de todo o Partido um maior envolvimento no aprofundamento dos múltiplos aspectos de que se reveste esta luta.

É igualmente indispensável dar maior atenção ao estudo da situação da mulher hoje em Portugal, à luta emancipadora das mulheres e ao apoio e dinamização dos diferentes movimentos de mulheres.

No imediato, consideram-se como fundamentais as seguintes orientações e tarefas:

- melhorar o trabalho de informação sobre os direitos das mulheres e desenvolver acções concretas pelo seu cumprimento, inserindo-as e articulando-as com a luta geral;

- dinamizar iniciativas das organizações femininas, de diferentes estruturas e outras formas de expressão capazes de unir as mulheres em torno de reivindicações concretas;

- estudar a realização de iniciativas susceptíveis de proporcionar uma maior intervenção política do Partido e das mulheres comunistas nesta área;

- tornar mais regular e fundamentada a discussão no Partido sobre os problemas das mulheres e as questões ideológicas da problemática feminina;

- reforçar o apoio do trabalho central às organizações regionais, bem como às mulheres membros do Partido com intervenção nas organizações e movimentos de mulheres;

- dar uma particular atenção e apoio à realização em 1992 do IV Congresso do Movimento Democrático das Mulheres e à Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora que constituirão momentos importantes no reforço da mobilização das mulheres em defesa dos seus direitos.

8. Quanto ao trabalho partidário na área da **intelectualidade**, e sem prejuízo do seu ulterior e mais aprofundado exame, o Comité Central considerou as seguintes linhas de intervenção imediatas:

- promover um conjunto de contactos para recolha de opiniões de membros do Partido e de personalidades independentes com vista a actualizar e aprofundar a compreensão das profundas alterações que têm vindo a verificar-se na intelectualidade portuguesa;

- dedicar uma atenção muito especial ao contacto, ao conhecimento dos valores e das aspira-

ções de elementos das jovens gerações de intelectuais;

- dinamizar intervenções ou a promoção de iniciativas em torno de questões sectoriais ou específicas que permitam avançar no conhecimento dos problemas e no reforço da ligação efectiva do Partido a realidades e pessoas desta área;

- considerar medidas de direcção capazes de, no plano concreto, fazer avançar o trabalho proposto.

O PCP NA RESISTÊNCIA E NA LUTA CONTRA A NOVA OFENSIVA DA DIREITA

VI

XIV Congresso

1. O Comité Central decidiu convocar a realização do XIV Congresso do Partido para o segundo semestre do ano próximo, em Novembro ou Dezembro, em data a fixar ulteriormente.

2. Dadas as profundas alterações verificadas na situação internacional e na situação nacional desde a realização do XII Congresso em Dezembro de 1988 (último Congresso ordinário realizado) e tendo em conta as conclusões do XIII Congresso (extraordinário) em Maio de 1990, o XIV Congresso é chamado a proceder a novas análises, definir orientações e tomar decisões da mais alta importância para a actividade ulterior e o futuro do Partido.

3. O Comité Central definirá oportunamente a data, a ordem de trabalhos, o Regulamento da fase preparatória e a proposta de Regulamento do Congresso.

4. O Comité Central decidiu iniciar a partir do mês de Janeiro o processo de preparação do Congresso, envolvendo as organizações e militantes no debate dos principais problemas políticos, económicos, sociais, culturais e ideológicos da actualidade.

5. Para a preparação do Congresso colocam-se desde já na agenda do trabalho geral do Partido como grandes áreas de problemas a debater, designadamente:

- **A evolução da situação mundial** (as grandes mudanças e mutações no findar do século XX; capitalismo, imperialismo, socialismo, terceiro mundo; desenvolvimento, progresso social e independência das nações; sistemas de integração e supranacionalidade; a revolução tecnológica; a internacionalização da mão de obra; o racismo e a xenofobia; problemas ecológicos; problemas da cooperação, da paz e da segurança; a nova ordem internacional; movimento comunista; forças revolucionárias e progressistas);

- **A economia portuguesa** (estruturas socioeconómicas; reestruturação e restauração do capitalismo monopolista; o capital estrangeiro; desenvolvimento; alterações do aparelho produtivo (sectores e ramos) e da organização do trabalho; assimetrias regionais; a educação e a formação profissional; ciência e tecnologia; questões ambientais; a economia portuguesa no quadro da CEE);

- **Situação social** (formas de exploração dos trabalhadores; mutações na composição social da população; interesses e aspirações das diferentes classes e camadas; interesses e aspirações das mulheres e da juventude; situação dos reformados e dos deficientes; habitação, saúde, ensino e outros graves problemas sociais; questões do movimento operário e sindical, do movimento popular e das organizações de massas);

- **O regime democrático** (o Estado democrático; o Estado de direito; órgãos de soberania e poder local; direitos e liberdades dos cidadãos; eleições democráticas; informação e democracia; democracia representativa e participativa; as vertentes política, económica, social e cultural da democracia);

- **Independência nacional, democracia e progresso** (Portugal na CEE; integração económica, política e militar; coesão económica e coesão social; política de defesa nacional; Portugal, a NATO e a UEO; uma política nacional no quadro da CEE);

- **Formas de intervenção e de luta** (alianças sociais e políticas; política de alianças; formas de luta; luta institucional e luta de massas; objectivos imediatos e objectivos a curto, médio e longo prazos);

- **O PCP no presente e no futuro do país** (o Partido de que os trabalhadores, o povo, a democracia e Portugal precisam; características fundamentais; objectivos programáticos; socialismo e democracia).

6. O trabalho preparatório do XIV Congresso, como parte integrante do mesmo, será desenvolvido em três fases: na primeira a realização de iniciativas diversas promovidas pelas organizações do Partido sobre temas desde já sujeitos a debate; na segunda a elaboração pelo Comité Central, através de grupos de trabalho e reuniões e consultas consideradas necessárias, e tendo em conta a contribuição resultante da abordagem, nas iniciativas do Partido, das teses a submeter ao Congresso; na terceira a discussão, em todo o Partido, das Teses propostas pelo Comité Central e a introdução de propostas das organizações e dos militantes, com vista às propostas finais a levar ao Congresso para discussão e aprovação.

A primeira fase deverá estar concluída em Julho de 1992. A segunda começando em Julho, nos meses de Agosto e Setembro ou parte de Setembro. A terceira terá lugar nos meses de Outubro e Novembro. A delimitação mais precisa do período destas duas últimas fases dependerá da data do Congresso, a fixar ulteriormente.

7. As Direcções das Organizações Regionais, das Regiões Autónomas e das frentes de trabalho tomarão as iniciativas que considerem mais adequadas (reuniões de quadros, encontros, seminários, etc.) para que, no âmbito das organizações respectivas, aqueles temas (ou alguns deles, em função da sua selecção) sejam debatidos na 1ª fase e a contribuição resultante dos debates seja enviada ao Comité Central. Até meados de Janeiro, serão enviadas à Comissão

9. Tendo em conta a extraordinária importância do muito amplo e diversificado movimento popular de massas e que se verificam retrocessos no trabalho desta frente, o Comité Central considerou ser indispensável e urgente a tomada de medidas pelas organizações partidárias tendo em vista ultrapassar deficiências e mesmo subestimações e assegurar um melhor acompanhamento e intervenção dos comunistas em diferentes organizações de massas, dedicando maior atenção aos problemas destas organizações e actuando para assegurar o seu dinamismo e reforço.

Política as propostas de iniciativas e da sua calendarização para servirem de base à calendarização nacional, de forma a que a dinâmica do Congresso se inicie praticamente desde princípios de 1992.

8. A calendarização daquelas iniciativas a nível regional e sectorial deverá ser articulada e calendarizada tendo em conta a realização de Assembleias das organizações que estão previstas, as iniciativas promovidas a nível nacional, a realização de grandes festas, nomeadamente a Festa do «Avante!», e a realização das eleições legislativas regionais nos Açores e Madeira.

9. A Comissão Política do CC, em estreita ligação com o Secretariado, a Comissão Central de Controlo e Quadros e a Comissão Executiva Nacional, terá a responsabilidade de dar andamento ao cumprimento deste plano de trabalho.

10. O «Avante!» e «O Militante» deverão ter importante papel na informação e no debate sobre os temas em exame e na dinamização do trabalho preparatório do Congresso.

11. Na base e no quadro do plano a estabelecer, poderão realizar-se reuniões do Comité Central tendo como ordem de trabalhos temas específicos.

12. O Comité Central apela, desde já, a todas as organizações e militantes para que, no quadro da vida orgânica do Partido, participem com o seu conhecimento, a sua criatividade, as suas críticas e propostas, o seu empenhamento responsável no trabalho colectivo de preparação do Congresso.

13. Os trabalhos preparatórios do XIV Congresso não devem contrariar, antes devem acompanhar e ser acompanhados pelo desenvolvimento da actividade geral do Partido em todas as frentes, considerando que, nesta fase da vida nacional, o Partido tem de voltar para a intervenção na vida social e política do país o fundamental das suas atenções, energias e actividade.

Lisboa, 17 de Dezembro de 1991

O Comité Central
do Partido Comunista Português



Acordo histórico entre as duas Coreias

Coreias assinam tratado de reconciliação e debatem desnuclearização da península

Os chefes dos governos da Coreia do Norte e da Coreia do Sul assinaram no passado dia 13 um pacto de não agressão, de 25 pontos, que põe fim a 40 anos de guerra-fria entre os dois países. O tratado, designado oficialmente de «reconciliação, não agressão, intercâmbio e cooperação», foi assinado pelo primeiro-ministro norte-coreano, Yon Hyong-Muk, e pelo seu homólogo sul-coreano, Chung Won-Sik, após a divulgação de uma declaração conjunta em que ambos os países se comprometem a conjugar esforços para fazer da península coreana uma zona livre de armas nucleares.

As conversações para o presente acordo, que levaram a Coreia do Norte a reconhecer oficialmente pela primeira vez a Coreia do Sul, iniciaram-se há cerca de ano e meio e devem prosseguir para o debate conjunto de outras matérias. Para já, as duas Coreias voltam a reunir-se em 18 de Fevereiro para trocar documentos finais após a sua ratificação pelos respectivos parlamentos.

O acordo, que consta de 25 pontos, prevê a substituição do armistício de 1953 que pôs termo às hostilidades da guerra, por um tratado de paz entre os dois países. As partes obrigam-se ainda a deixar de interferir nos assuntos internos recíprocos, a respeitar os respectivos sistemas políticos e a renunciar ao uso da força na resolução dos seus diferendos.

Ainda segundo os documentos aprovados, as duas Coreias comprometem-se a pôr termo às campanhas de denegrimiento recíprocas e a estabelecer intercâmbios entre os seus órgãos de comunicação social e linhas directas entre as respectivas autoridades militares.

Recorda-se que a separação das duas Coreias resultou da derrota militar do Japão na Segunda Guerra Mundial e da política de influências dos EUA e da URSS. O Japão dominou a península de 1905 a 1945, ano em que as tropas soviéticas e norte-americanas entram no país, respectivamente ao norte e ao sul. A separação ocorre meses depois, tendo como linha de

demarcação o paralelo 38. Em Fevereiro de 1947 é proclamada a norte a República Democrática da Coreia e, a sul, em Agosto do mesmo ano, a República Coreana. A guerra da Coreia inicia-se em 25 de Junho de 1950, só vindo a terminar com a assinatura do armistício em Julho de 1953, continuando as duas Coreias separadas pelo 38º paralelo. As tropas norte-americanas continuam até hoje na Coreia do Sul.

O acordo bilateral agora estabelecido entre Pyongyang, capital do Norte, e Seul, capital do Sul, é o primeiro desde a divisão da península e abre caminho, entre outras coisas, à desnuclearização das duas Coreias.

De há muito que a Coreia do Norte vinha exigindo o fim do armazenamento de armas nucleares no Sul e de passagem ou permanência temporária na península de navios, aviões ou submarinos com armamento nuclear. Assim, o anúncio, em 8 de Novembro, da renúncia das autoridades de Seul à manutenção e uso de armas nucleares, acrescido da proposta

inédita de inspecções mútuas, incluindo o acesso a instalações civis e militares, designadamente às bases norte-americanas, abriu o caminho para importantes acordos na matéria.

A aproximação entre as duas Coreias foi recebida de forma cautelosa pelos EUA, que no entanto classificam o acordo como «um passo importante para a redução das tensões e do risco de guerra na península». Segundo o departamento de Estado norte-americano, a decisão de adiar a retirada de 6000 militares norte-americanos da Coreia do Sul a partir do final de 1992 deve-se ao facto de os EUA estarem convencidos de que a Coreia do Norte está a desenvolver a capacidade para construir armas nucleares. Para os norte-americanos, a assinatura do acordo entre as duas Coreias não isenta a Coreia do Norte das suas responsabilidades decorrentes do tratado de não proliferação de armas atómicas e da sua obrigação de permitir a inspecção internacional ao seu programa nuclear.

URSS

Repúblicas asiáticas defendem um acordo amigável

A evolução da situação política no território soviético processa-se de forma acelerada, num quadro de contornos mal definidos.

No passado dia 13, as cinco Repúblicas asiáticas — Cazáquistão, Uzbequistão, Quirguízia, Tajiquistão e Turquemenistão — declararam-se dispostas a participar na Comunidade de Estados Independentes (CEI), entretanto criada pela Bielorrússia, Rússia e Ucrânia, numa iniciativa realizada à margem do conjunto dos Estados soviéticos.

No documento final da cimeira das Repúblicas asiáticas, os cinco presidentes advogam que «o controlo unido das armas nucleares, bem como um comando único para as forças estratégicas de dissuasão e para a marinha devem ser mantidos».

«Todos os Estados membros que formam este acordo amigável devem ser reconhecidos como membros fundadores e isto deve ser precisado no texto do acordo» — sublinha-se na declaração, em que também se considera que «a coordenação de esforços vi-

sando estabelecer um acordo amigável de Estados independentes é necessária».

Os signatários da declaração defendem, por outro lado, que tal acordo amigável se deve fazer numa base jurídica que assegure a garantia de um papel igual para cada membro, durante o processo de elaboração de decisões e aprovação de documentos da CEI.

Os dirigentes das cinco Repúblicas da Ásia Central reunirão, até ao fim de Dezembro, com os três dirigentes eslavos da CEI, para discutir o projecto de criação da Comunidade Euroasiática de Estados independentes, numa reunião que deverá decorrer em Alma-Ata, capital do Cazáquistão.

Na opinião do presidente Mikhail Gorbatchov, a nova comunidade, na medida em que «se estende a todos os membros da antiga União Soviética», permite «incorporar nela todos os sucessores eventuais da URSS».

Assim, e em termos numéricos, podem somar-se, aos 210 milhões de habitantes das Repúblicas eslavas

(em 290 milhões de toda a URSS), os 50 milhões das Repúblicas asiáticas. Criando o possível quadro geográfico-humano, de uma possível nova entidade política.

Em anterior encontro com a imprensa, Gorbatchov havia declarado que, se os órgãos representativos das Repúblicas aprovarem a formação de uma nova comunidade de Estados, aceitará essa opção e empenhar-se-á no processo.

Importa que o processo de formação da nova comunidade favoreça a superação da crise que o país enfrenta, sublinhou Gorbatchov, que, continuou entretanto a defender a ideia da criação de uma confederação, manifestando dúvidas de que esta possa ser construída com base nos acordos de Brest, que levaram à formação da nova estrutura.

O presidente soviético admitiu que o processo de Brest possa conduzir à formação de uma União «de baixo para cima», e manifestou a sua opinião de que os acordos firmados na Bielorrússia sofrerão modifica-

ções à medida que outras Repúblicas aderirem à comunidade.

«Quero que a sociedade faça uma opção consciente. Até ao momento, porém, tenho a impressão de que o nosso Estado se está a desintegrar», disse Gorbatchov que, durante toda a conversa que manteve com a imprensa, deixou claro que tudo fará para que o povo faça a sua opção dentro dos moldes constitucionais.

Esta mesma ambiguidade fundamental na formação da CEI (uma decisão unilateral tomada à margem de outros Estados, e mais ainda, sem qualquer forma de consulta dos diferentes povos) foi salientada pelo Comité de controlo constitucional, que considerou «sem força jurídica» a extinção da URSS, admitindo-a como «avaliação política da situação».

O Comité afirma que, «como Estados soberanos», as Repúblicas podem celebrar uniões políticas, mas «sozinhas não podem decidir as questões que tocam nos direitos e interesses de outras (Repúblicas)».

PCP saúda Congresso do PC do Guadalupe

Por ocasião do 10.º Congresso do Partido Comunista Guadalupeano, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou aos comunistas de Guadalupe a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

Ao saudarmos os delegados ao 10.º Congresso do Partido Comunista Guadalupeano, e por seu intermédio todos os membros do vosso Partido, expressamos a solidariedade dos comunistas portugueses à vossa luta, ao lado do povo guadalupeano, contra a degradação da situação económica e social no vosso país e por uma política cultural que reforce a consciência nacional, contribuindo para o avanço do processo de independência nacional com orientação socialista.

O vosso Congresso realiza-se numa conjuntura internacional marcada por graves derrotas do socialismo na URSS e na Europa de Leste e pela tentativa do imperialismo impor a sua hegemonia no plano mundial. Perante novas e maiores dificuldades colocadas aos partidos comunistas, o reforço da solidariedade recíproca torna-se uma exigência inadiável. O contributo dos comunistas, em cooperação com as outras forças do progresso social, é indispensável para o desenvolvimento da luta pela independência nacional, o progresso social, a paz e o socialismo.

O PCP, afirmando com convicção a sua identidade comunista, intervém activamente em defesa dos interesses da classe operária e do povo português, lutando contra a política de direita do actual governo que visa a restauração do poder dos monopólios, e por uma democracia avançada, simultaneamente política, económica, social e cultural.

Com os melhores votos de sucesso aos trabalhos do vosso 10.º Congresso, confirmamos o nosso desejo de desenvolver as relações fraternais entre os nossos dois partidos.

JUGOSLÁVIA

O secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, reafirmou a necessidade de se evitar o reconhecimento prematuro e selectivo de certas Repúblicas jugoslavas.

Em carta enviada ao ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, Cuellar afirma que um reconhecimento prematuro poderia «entravar os seus esforços e do seu emissário (Cyrus Vance) para promover as condições necessárias para o envio de uma força de manutenção de paz para a Jugoslávia».

O secretário-geral da ONU respondeu a uma carta de Genscher enviada um dia antes da reunião do Conselho de Segurança, que deve examinar um projecto de resolução reomendando a todos os Estados que se abstenham de qualquer «acção política» susceptível de aumentar a tensão na Jugoslávia.

O projecto de resolução prevê o envio de uma missão de observadores para a Jugoslávia, destinada a preparar um eventual estacionamento de «capacetes azuis» no país, e exige a aplicação efectiva do embargo de armas.

MARROCOS

Um total de 23 organizações políticas, sindicais, culturais e humanitárias marroquinas iniciaram em Casablanca uma campanha para a recolha de um milhão de assinaturas apelando à libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados.

O Comité de Coordenação nacional para a libertação dos presos políticos e sindicais e para o regresso dos exilados foi impedido pelas autoridades de levar a cabo uma campanha de sensibilização no complexo cultural de Maarif, em Casablanca.

Um forte dispositivo policial rodeou as instalações da sede em Casablanca da central sindical socialista onde acabou por se realizar a sessão, não tendo porém ocorrido incidentes.

Entretanto, o diário «Al-Bayane», de Casablanca, afirmou que 26 detidos na cadeia de Oukacha estão em greve de fome ilimitada desde 26 de Novembro, segundo os seus familiares.

Estes detidos foram condenados em 1986 a penas de até 20 anos de prisão por «distúrbios públicos» e por pertencerem a organização clandestina «Ilal Amam».

Direitos que devemos ter

A participação e intervenção dos cidadãos através do voto está longe de esgotar as possibilidades e necessidades de exercício dos seus direitos e de aprofundamento da democracia participativa. É no compromisso entre uma representação política aperfeiçoada e a participação intensa, individual e colectiva, que assenta a «democracia avançada no limiar do século XXI», a que se refere o Programa do PCP.

O património de luta historicamente construído pelo PCP é indissociável, aliás, da luta pela conquista, exercício e aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias e de uma compreensão alargada do seu elenco e conteúdo.

É no quadro de uma intensa valorização dos direitos dos cidadãos e da democracia participativa que se insere a recente entrega na Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar do PCP, de um lote de projectos de lei, que visa contribuir para colmatar o fosso entre o rico catálogo de direitos constitucionalmente consagrados e a sua efectivação prática. A própria consagração legal é muito insuficiente, configurando situações de verdadeira inconstitucionalidade por omissão. São projectos, recorde-se, que versam essencialmente a consagração do direito de acção popular, viabilizando a intervenção de cada cidadão junto da Administração Pública e dos Tribunais para preservação do ambiente, da saúde pública, do património natural e cultural não na base exclusiva de interesses pessoais, mas sim para defesa de interesses gerais; a consagração de mecanismos para efectivar uma Administração Pública aberta, através da garantia a todos do acesso aos documentos da Administração; a Carta dos Direitos dos Cidadãos face à Administração Pública que abrange matérias como o direito à informação, à justa decisão, ao atendimento, à participação, à reserva e ao sigilo, à fiscalização cívica e popular; o direito de iniciativa de grupos de cidadãos em matéria de consultas populares locais; o reforço da protecção a vítimas de crimes; e o reconhecimento do direito de

indemnização a cidadãos privados de liberdade em condições ilegais ou em condições legais, mas em que à prisão preventiva não se segue uma sentença condenatória, desde que daí tenham resultado graves prejuízos.

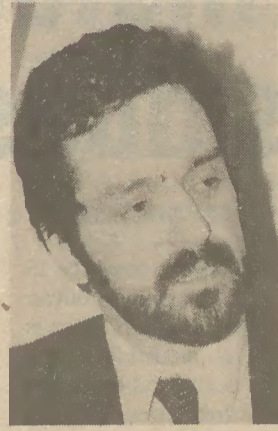
Ao apresentar (ou reapresentar, conforme os casos) este conjunto de projectos de diplomas, o Grupo Parlamentar do PCP vai ao encontro não só do Programa do Partido, mas também de inúmeros alertas que se têm ouvido ultimamente na sociedade portuguesa sobre estas matérias, com destaque para os do Presidente da República, do Provedor de Justiça, da Associação Portuguesa dos Direitos dos Cidadãos, do Forum Justiça e Liberdades, de muitas outras vozes individuais e colectivas. Apresentar projectos de lei não resolve por si as inúmeras situações, bem exemplificadas no relatório intercalar do Provedor de Justiça de Janeiro a Setembro (em que avulta a violação de direitos dos trabalhadores e das suas organizações), no próprio facto da sua renúncia e nos inúmeros problemas que conhecemos pelo país fora, em particular de preterição de direitos dos trabalhadores nas empresas, públicas e privadas, as dificuldades no acesso ao direito e à justiça, na relação da Administração Pública com o «utente» - designação habitual que não deveria esquecer que o que está em causa são homens e mulheres concretos, com direitos que têm que ser respeitados e concretizados.

Alguns dirão que os tempos não vão para o reforço de intervenção cívica dos cidadãos, face aos acontecimentos internacionais e à recente vitória da direita em Portugal. Parece nítido, porém, para quem esteja atento, que se multiplicam lutas a todos os níveis pelos mais diferentes objectivos e que os instrumentos que foram criados, como o direito de petição, apesar das suas insuficiências, estão a ser crescentemente utilizados como formas de as populações e os cidadãos defenderem os seus interesses e assegurarem a sua discussão na Assembleia da República.

É incontestável, portanto, que vale a pena criar instrumentos de exercício de direitos e criar novos direitos que alarguem a participação e intervenção popular e assegurem mais justiça e bem-estar.

As ideias fundamentais em que se baseiam as iniciativas do PCP (mais direitos e exercício efectivo deles e aprofundamento da democracia participativa) são as mesmas que estão na base da defesa da regionalização, da descentralização administrativa, da procura da participação popular a todos os níveis. São as ideias que orientam a procura de sugestões, contacto com os cidadãos, prestação de contas, debate colectivo, que caracterizam e têm que caracterizar cada vez mais a gestão autárquica da CDU; que conduzem ao esforço de mobilização das populações para defesa dos seus direitos e interesses.

Estes projectos apresentaram-se como uma verdadeira pedrada no charco essencialmente porque vão contra tendências muito nítidas na sociedade portuguesa, quer ao nível do funcionamento do sistema político, quer ao nível de uma das suas componentes essenciais, a medida da participação e do exercício de direitos e liberdades por parte dos cidadãos. Contrastam, também, com o tipo de «reforma do sistema político» que o PSD projecta, designadamente com as leis eleitorais e a concentração de poder e com as medidas que tem vindo a executar, com a ostensiva desvalorização da Assembleia da República, agravada com o aprofundamento da integração comunitária europeia, em termos que desvalo-



LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

É no quadro de uma intensa valorização dos direitos dos cidadãos e da democracia participativa que se insere a recente entrega na Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar do PCP, de um lote de projectos de lei, que visa contribuir para colmatar o fosso entre o rico catálogo de direitos constitucionalmente consagrados e a sua efectivação prática

rizam os parlamentos nacionais, sem valorizar sequer o Parlamento Europeu. Como se viu na recente cimeira de Maastricht, uns e outro ficaram preteridos ou na sombra, em benefício do «protagonismo» dos governos representados no Conselho Europeu, que de tudo decidiram, mesmo em matérias que são de competência parlamentar, ficando reservado para os parlamentos um mero direito a serem informados e de ratificação «a posteriori» dos tratados. Por outro lado, tem vindo a ser valorizado o papel de estruturas de «concertação social», em que o Governo aceita aspectos essenciais da sua política com representantes do patronato e da UGT, quer com incidência orçamental, quer legislativa, desvalorizando, também por essa via, o papel próprio da Assembleia da República.

O abuso das autorizações legislativas e uma postura subserviente do Grupo Parlamentar do PSD perante o Governo conduzem ao facto de a Assembleia da República não ganhar em capacidade de fiscalização e controlo o que perde em capacidade legislativa e de debate público dos problemas nacionais (pense-se na redução no número de plenários da AR). No conjunto, vive-se uma verdadeira crise da instituição parlamentar e das formas de controlo do poder. Um outro projecto de lei do PCP, sobre inquéritos parlamentares, visa, aliás, atacar um dos aspectos essenciais desse importante problema.

O problema das tendências de concentração do poder não tem apenas a ver com a Assembleia da República. Recordem-se alguns factos recentes: enquanto que o PSD tenta calar o Presidente da República e a Alta Autoridade para a Comunicação Social se desacredita por servilismo partidário, o Provedor de Justiça, apesar de ser militante do PSD, renuncia porque não transige com o apagamento e desprezo pelo seu estatuto; ao mesmo tempo progride a dependência partidária da Administração Pública e dos seus quadros e reforçam-se as tentativas de impor ao Poder Local opções e critérios que são do Governo, como acontece com a questão da política a executar em relação ao pessoal.

O caso do Provedor de Justiça é particularmente nítido num plano: na sua base está a afirmação, contrária à Lei nº 9/91 (Estatuto do Provedor de Justiça) de que o Provedor não é também um «Provedor militar» e de que há instituições que estão acima da sua intervenção. O caso é tanto mais de sublinhar quanto está em causa uma situação como a ocorrida durante a instrução realizada no Campo de Tiro de Alcochete pelo Regimento de Comandos da Amadora, em que cinco soldados recrutados tiveram que ser transportados em helicóptero para o Hospital de Santa Maria, e um deles, Ricardo Reis Brás, chegou mesmo a falecer.

Em conclusão: é necessário aprofundar a democracia participativa e os direitos dos cidadãos em todas as direcções, a relação entre eleitos e eleitores, em particular os mecanismos de recolha e tratamento de reclamações e sugestões e de prestação de contas, abrir a administração, democratizá-la e aproximá-la dos cidadãos. As autarquias de maioria CDU têm aqui um exemplo a dar e uma direcção fundamental de trabalho.

O PCP apresentou agora algumas propostas. Continuará a apresentar outras, fiel à concepção de uma democracia mais e mais autêntica e profunda e de uma sociedade em que os direitos se alargam, enriquecem e podem ser exercidos.

O elenco de direitos fundamentais na concepção constitucional (e do Programa do PCP) inclui, aliás, a obrigação de garantir o exercício efectivo de direitos como o direito ao emprego e outros direitos dos trabalhadores, o direito à habitação, à saúde, à educação, a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. É também por isso que as políticas orçamentais restritivas (de «poupança e paciência»), de fuga do Estado às suas responsabilidades e de forte compressão dos gastos e dos efectivos da Administração Pública têm que ser condenadas como orientações que contrariam as obrigações de aproximar a realização desses direitos.

São outros os caminhos por que teremos de lutar.



A cimeira de Maastrich Responsabilidades acrescidas para a presidência portuguesa

Os resultados obtidos na Cimeira de Maastricht significam, sem margem para dúvidas, uma alteração substancial no quadro em que se desenvolverá o aprofundamento do processo de integração comunitária no próximo futuro.

Do nosso ponto de vista, seria praticamente irrelevante que os compromissos assumidos nos passados dias 9 e 10 de Dezembro fossem neste momento analisados na perspectiva de quem ganhou e quem perdeu. No discurso público, e nas declarações dos doze chefes de Estado e de Governo isso é evidente, todos aparecem a dizer que saíram vencedores. Afinal, parece que ninguém foi vencido com a não inclusão nos novos tratados da expressa referência à «votação federal» da União ou que ninguém advogava a consagração imediata de uma «defesa comum» para os doze países comunitários. Por acréscimo, todos parecem esquecer que os compromissos assumidos representam a perda de novas parcelas das soberanias nacionais, embora em menor dimensão do que era desejado e reivindicado por muitos que agora se proclamam vencedores.

Mas, repito, julgamos que esse tipo de análise não tem agora interesse relevante.

O que agora releva para o nosso país é a análise séria e detalhada dos compromissos assumidos e das cedências feitas pelo Governo, das suas consequências possíveis para o nosso futuro, e do tempo e do modo mais adequados para potenciar as vantagens que poderemos obter e para minimizar os custos que se repercutirão sobre a economia portuguesa.

Para nós, essa análise e debate aprofundados deverão realizar-se necessariamente antes da ratificação dos novos tratados pela Assembleia da República, e mesmo antes da sua assinatura pelo Governo de Portugal.

O inaceitável défice democrático com que, por exclusiva responsabilidade do Governo e do PSD, foi preparada a posição oficial do nosso país para a Cimeira de Maastricht não pode permanecer e prolongar-se.

Quando estão em discussão decisões que implicam com a própria soberania nacional, é intolerável que num regime democrático - que não se queira limitado a um mero exercício formal do direito de voto - as instituições democráticas do País, designadamente a Assembleia da República, não sejam realmente envolvidas em todo o processo, e o Governo se limite a meras informações e operações mediáticas.

Aliás, a apagada, dócil, e por vezes oportunística, posição assumida pelo Governo na Cimeira traduz, para além do mais, a falta de uma posição nacional amplamente assumida e democraticamente afirmada que potenciase a capacidade e o poder negocial do Estado Português.

Mas, fundamentalmente, exige-se que de uma vez por todas o Governo e a maioria parlamentar tomem consciência clara de que a passagem de uma Comunidade Económica para uma «União Europeia», com tudo o que isso significa e implica para o nosso devir colectivo, não é questão exclusiva de um partido político, mas sim uma questão nacional que interessa e exige a plena participação de todos os partidos políticos, das forças sociais, da sociedade portuguesa.

Questões monetárias contra questões sociais

Mais uma vez, as questões monetárias, do especial interesse dos países mais ricos e desenvolvidos, dominaram as decisões do Conselho Europeu, em detrimento das matérias relativas à convergência económica e à política social, de importância fundamental para Portugal e outros países menos evoluídos.

A fixação de uma data limite irrevogável para a passagem à terceira fase da União Monetária, independentemente do número de países que na altura estejam em condições de o fazer, é um retrocesso nos princípios até agora defendidos na Comunidade já que abre as portas, ou melhor, torna iminente, a consagração de uma Comunidade a várias velocidades a partir de Janeiro de 1999.

É uma decisão que contraria a construção de uma «União solidária» e que não serve os interesses de Portugal. Razões pelas quais criticamos claramente a posição do Governo que não só a aceitou como se apresentou como um dos seus defensores.

Identicamente, consideramos inaceitável que o Governo tenha aceite pacificamente o facto de todos os indicadores de convergência para a passagem à terceira fase da UEM se circunscreverem ao âmbito da convergência nominal, e não tenham em consideração a efectiva convergência real quanto aos níveis de desenvolvimento económico e social.

Tais cedências do Governo, contrárias aos interesses nacionais, vão colocar ao País acrescidas e severas condições de convergência nominal ao nível da taxa de inflação e do défice orçamental.

Mas, e queremos desde já deixá-lo bem claro, essa pressão sobre a convergência financeira visando a inclusão de Portugal no «núcleo duro» da fase final da UEM, não pode servir de pretexto ao Governo para impor acentuadas políticas restritivas, que ponham em causa o indispensável crescimento económico do País a níveis superiores aos da média comunitária ou que façam recair o essencial dos custos de ajustamento sobre os trabalhadores e outras camadas laboriosas.

Contrariamente ao que afirma o ministro das Finanças, a opção nacional não é a opção pela estabilidade financeira. Para nós, a opção nacional é a opção por uma economia forte e desenvolvida que permita gerar e sustentar a estabilidade monetária, e não a opção pela estabilidade financeira assente na perpetuação de uma economia frágil e periférica.

Responsabilidades da presidência portuguesa

Graças, fundamentalmente e segundo rezam as crónicas, à posição firme assumida pelo Governo de Espanha, foram dados passos positivos no sentido da consideração da coesão económica e social, nomeadamente com a garantia da criação de um Fundo de Coesão e com a assun-



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão
Política

Nesta perspectiva, a presidência portuguesa no próximo semestre adquire acrescidas responsabilidades quer quanto à dimensão do fundo de coesão e aos critérios da sua distribuição quer quanto ao nível do reforço dos fundos estruturais

ção do compromisso político de reforço dos fundos estruturais, do alargamento das áreas da sua aplicação e do aumento da taxa de participação comunitária.

Assinalem-se estas decisões porque, embora não sendo suficientes para prosseguir uma efectiva convergência real com as economias mais desenvolvidas, o reforço substancial dos fundos comunitários a que Portugal terá acesso após 1993 podem, se forem criteriosamente aplicados, com transparência e eficácia, suavizar os custos impostos pela convergência nominal e contribuir positivamente para a elevação dos níveis de produtividade da economia nacional, para a modernização do sistema produtivo e para a alteração da especialização produtiva nacional.

Mas importa igualmente salientar que, se a decisão política foi tomada, a sua concretização ficou dependente de propostas futuras da Comissão e correspondentes novas decisões do Conselho Europeu.

Nesta perspectiva, a presidência portuguesa no próximo semestre adquire acrescidas responsabilidades quer quanto à dimensão do fundo de coesão e aos critérios da sua distribuição quer quanto ao nível do reforço dos fundos estruturais. Mas responsabilidades também no que se refere à aplicação do calendário relativo à concretização da Carta Social Europeia até finais de 1993 e à concretização de uma reforma da PAC que seja orientada para a defesa dos interesses dos países do Sul e que permita, no sector agrícola, um real avanço no sentido da coesão económica e social.

Também por isso o PCP reclama que o Governo apresente à Assembleia da República o seu programa para a presidência, visando o necessário debate quanto às prioridades a eleger e aos objectivos a prosseguir. Os interesses de Portugal e dos restantes países menos desenvolvidos da Comunidade exigem uma presidência portuguesa forte e actuante. Não se compaginam com uma presidência *low-profile*, se com isso se quer repetir a apagada e seguidista posição assumida pelo Governo na Cimeira de Maastricht.

Por último, queremos chamar a atenção para o facto de as decisões tomadas pelos chefes de Estado e de Governo poderem, se não forem tomadas medidas que o impeçam, agravar a marginalização a que os parlamentos nacionais, e designadamente a Assembleia da República Portuguesa, têm estado sujeitos no processo de integração comunitária. A apreciação desta situação e a necessidade de reduzir este défice democrático é tanto mais imperioso e urgente quanto é certo que as decisões assumidas sobre os novos tratados implicam novas transferências de competências dos parlamentos nacionais para as instituições comunitárias.

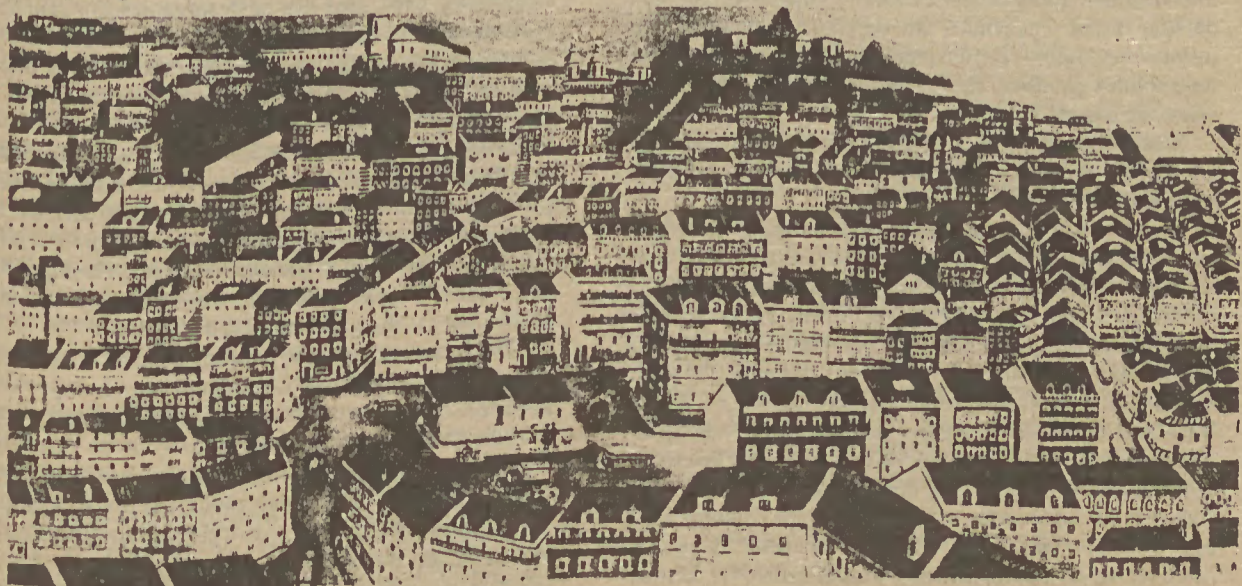
E também nesta matéria, de elementares regras democráticas, não se pode contar com a boa vontade do Governo. Tem-no demonstrado em todas as questões comunitárias, incluindo a preparação da Cimeira de Maastricht. Mostrou-o nas conferências intergovernamentais, não apoiando as propostas que nesse sentido foram apresentadas por outros países. Confirmou-o ainda ontem, ao apresentar em Bruxelas o QUANTUM DOIS, antes de o discutir com a Assembleia da República, apesar de ele condicionar, por exemplo, o Orçamento de Estado para 1992 e anos seguintes.

A superação deste défice democrático é tarefa que cabe a esta Assembleia.

Nesse sentido, o Grupo Parlamento do PCP apresentará em breve um projecto que, nomeadamente, garanta o direito à Assembleia da República à informação e consulta, previamente à tomada de decisões comunitárias, e crie mecanismos institucionais que lhe permitam um efectivo controlo democrático e impeçam a governamentalização dos assuntos comunitários.

Artigo baseado na intervenção proferida na Assembleia da República em 17 de Dezembro de 1991

Sobre a cimeira de Maastrich, a actual situação das Comunidades e a posição do PCP consultar também a Resolução do CC do PCP publicada neste número



Cuba resiste, empurrando para longe o impossível

■ Miguel Urbano Rodrigues

A partir de Novembro nem um só petroleiro chegou a Cuba. As reservas de combustível, quando deixei a Ilha, há poucos dias, eram escassas.

A população estava consciente da extrema gravidade da situação. Mas em Havana e nas províncias que visitei não havia desespero. A preocupação transparecia no discurso político, nos comentários e notícias da televisão e da imprensa, nas conversas de rua. Uma preocupação de difícil entendimento na Europa.

O Governo e o Partido procuravam soluções alternativas para o petróleo soviético.

Cuba reage neste final do ano 91 como cidadela cercada pronta para uma batalha incomum, de duração e contornos não definidos, mais uma batalha decisiva a ser travada por um povo para o qual cada novo combate foi com frequência decisivo para a continuidade da sua Revolução.

Destruir o Socialismo — meta dos EUA

Por que não caiu Cuba? Como explicar o facto de Cuba ser o único país do Ocidente onde o Socialismo sobrevive depois do terramoto que o varreu da Europa? Por que contam ali o Estado e o Partido com tão forte apoio popular e não se registou até hoje uma só manifestação de rua contra o regime?

Quem não conhece a Ilha e a história da sua gente tem muita dificuldade em encontrar respostas satisfatórias para perguntas como essas. Muitos cientistas políticos chamam a atenção para uma evidência ao advertirem que o processo revolucionário cubano se choca com a lógica aparente da história. Talvez seja mais clarificador reconhecer que a Revolução nasceu em Cuba como desafio à lógica da História e nunca deixou de a desafiar. Transcorridos 32 anos sobre a vitória de Janeiro de 1959, a maioria dos cubanos acredita que a Independência e o Socialismo são realidades indissociáveis, valores conquistados sem os quais a própria existência perderia significado. O brado **socialismo o muerte** não é em Cuba uma bravata. Expressa uma maneira de entender a vida — o sentir profundo de um povo que muito ama o acto de viver.

O andamento da história levou os cubanos à conclusão de que não existe alternativa para a sua Revolução. Sem ela, a independência passaria a ficção e o capitalismo voltaria. E o povo não aceita o regresso ao passado.

Os apelos vindos do estrangeiro no sentido de uma instauração do sistema pluripartidário e do afastamento de Fidel Castro produzem efeito oposto ao visado: contribuem para reforçar o apoio popular ao Partido e aos seus dirigentes.

Os cubanos não têm ilusões sobre o objectivo fundamental das campanhas em prol da **mudança**. Percebem que os EUA não estão interessados em qualquer forma de **abertura** do regime. O que pretendem é o **fim do socialismo** na Ilha. A Casa Branca teme o **comunismo**; não acredita na sua morte.

Os clamores daqueles que, invocando o amor pela democracia, exigem em Washington a cabeça de Fidel são, pela hipocrisia, similares aos dos cidadãos que em Portugal, invocando a necessidade de «refundar a esquerda», exigiam no Outono passado a renúncia de Álvaro Cunhal e da Comissão Política do CC do PCP.

Cuba talvez seja o país onde o debate ideológico atingiu nos últimos dois anos um nível mais elevado e uma participação mais ampla e intensa. Do IV Congresso do Partido Comunista de Cuba pouco se falou na Europa. E, contudo, foi um Congresso revelador da profundidade das transformações em curso, empreendidas na fidelidade aos ideais da Revolução.

A exigência ocidental do multipartidarismo traz à memória dos cubanos a época posterior à intervenção e ocupação norte-americana em que os partidos funcionaram como instrumentos de engrenagens de poder comandadas dos EUA e ligadas ao jogo, à prostituição, à droga e aos negócios das transnacionais. Em Cuba, o Partido único aparece, em contraposição, como o partido (tal como na época de Martí) no qual cabem todos os patriotas dispostos a lutar pela continuidade da Revolução. Entretanto, nada o assemelha hoje ao que eram os esclerosados partidos operários do leste europeu. Não é somente o partido do socialismo; é também e cada vez mais o partido da independência. Nele, o legado dos clássicos do marxismo funde-se com a herança teórica e prática dos pioneiros da Revolução cubana, enriquecida pela tradição cultural que vem dos heróis do século XIX, de Céspedes e Agramonte a Maceo e Martí.

Cuba, como afirmou o escritor e jornalista Julio Garcia, está a voltar a casa, a regressar a si mesma. Reconhece-se nas suas fontes originais e na sua própria capacidade criativa; avança para o futuro através da tempestade com um senso de flexibilidade e um grau de liberdade que não conheceu em momento algum do passado. É óbvio que a **rectificação** cubana não apresenta afinidades com os processos de **mudança** que se desenvolveram no leste europeu e na URSS. Em Cuba discutem-se erros cometidos e são corrigidos com vista ao aperfeiçoamento do socialismo. De Praga a Moscovo, o socialismo foi destruído, num processo galopante que traiu o objectivo inicial da perestroika cujo carácter revolucionário foi proclamado no XXVII Congresso do PCUS.

A anarquia russa vista por Fidel

Fidel já havia analisado no IV Congresso do PCC as circunstâncias históricas em que o socialismo se desmoronou na desmembrada URSS. Voltou ao tema a 6 de Dezembro ao dirigir-se a 2500 adolescentes reunidos no VIII Congresso da Federação dos Estudantes do Ensino Médio.

Acompanhei o discurso e as reacções da assistência. Por facilitar a compreensão do espírito revolucionário que persiste em Cuba, transcrevo alguns trechos dessa importantíssima peça oratória — duas horas de um improvisado escutado em profundo silêncio (rompido apenas por aplausos).

«Eu diria — cito — que não se pode aperfeiçoar absolutamente nada se se começa por destruir a história de um país e por destruir os valores mais sagrados de um país. Nós iniciámos o nosso processo de rectificação sem destruir a história do país, sem destruir o Partido, o Estado, a administração, as organizações de massas, enaltecendo, pelo contrário, e reafirmando os mais genuínos valores da nossa pátria, da nossa revolução e do socialismo. Pergunto-me que respeito se sente hoje por aqueles 20 milhões de soviéticos que deram as suas vidas lutando contra o fascismo, lutando contra Hitler, que culto e que homenagem se lhes presta hoje; como se pode recordar hoje aqueles que derramaram rios de sangue em defesa da Revolução de Outubro, para defenderem o primeiro Estado socialista da história da humanidade, uma história cheia de heroísmo, cheia de méritos, como se pode aperfeiçoar o socialismo destruindo todos esses valores, como se pode aperfeiçoar o socialismo destruindo a autoridade e o prestígio do Partido, como se pode aperfeiçoar o socialismo destruindo a autoridade e o prestígio do Estado, como se pode aperfeiçoar o socialismo destruindo a autoridade e o prestígio do Governo, como se pode aperfeiçoar o socialismo destruindo os valores essenciais do socialismo.»

Fidel, no desmascaramento da política que empurrou a União Soviética para a anarquia e a desagregação e na responsabilização dos dirigentes do governo soviético que perverteram a perestroika foi muito directo: «Ninguém naturalmente falava naqueles primeiros tempos de economia de mercado, essa coisa rara, estranha, que começava por ser a negação de todo o programa e de todo o plano de desenvolvimento. Naqueles dias, não se falava de capitalismo, estava longe a menção dessa palavra. Mas, o que resta hoje do socialismo? Pode perguntar-se o que resta hoje de organização, o que sobra ali de ordem?»

Cuba, que realizava 85% do seu comércio externo com os países socialistas (70% com a ex-URSS) foi atingida em cheio pelo afundamento do socialismo na Europa. Durante três décadas, os programas de desenvolvimento económico da Ilha foram concebidos em função sobretudo de um íntimo intercâmbio com um país cujo regime parecia ser de uma solidez granítica. E, de repente, a URSS veio abaixo como um castelo de cartas.

Cuba dependia totalmente do combustível vindo da URSS (apenas produz 600 mil toneladas de mau petróleo, sulfuroso).

No início da Revolução, em 1959, a relação de preços entre o açúcar e o petróleo era de um para sete, ou seja, com uma tonelada de açúcar adquiriam-se sete de petróleo. Dois milhões de toneladas seriam hoje suficientes para comprar mais petróleo do que o necessário para o consumo máximo previsto para o actual nível de desenvolvimento do país. Entretanto, o agravamento da situação interna na URSS levou nos últimos anos à alteração das relações de troca. Não obstante o custo de produção do açúcar de beterraba sacarina ser nas repúblicas da dissolvida URSS muitíssimo superior ao valor antes estabelecido para a compra do açúcar cubano (oitocentos dólares a tonelada), os preços deste foram gradualmente reduzidos enquanto os fixados para o petróleo aumentavam.

Em 1989, a URSS forneceu a Cuba 13 milhões de toneladas de petróleo em troca de um pouco mais de 4 milhões de toneladas de açúcar. Em 1990 o acordo foi revisto. Pela mesma qualidade de açúcar, Moscovo entregou somente 10 milhões de toneladas de petróleo. Para este ano, após nova revisão dos preços, Cuba deveria receber os mesmos 10 milhões de toneladas. Até 10 de Dezembro foram entregues menos de oito milhões...

Agora, acabou a URSS e os EUA farão o que estiver ao seu alcance para impedir a venda de açúcar cubano no mercado mundial, onde, aliás, são comercializadas somente quantidades mínimas do produto, pois a quase totalidade das exportações é regulamentada por acordos bilaterais preferenciais.

É possível que a República Russa, que precisa muito de açúcar, importe algum de Cuba. Mas a actual relação de preços no mercado mundial baixou e é de 1 tonelada de açúcar para 1,4 toneladas de petróleo. O chamado preço da **lixeria**. Este ano funcionou ainda o acordo tripartido Venezuela-URSS-Cuba, que permitia aos dois países produtores reduzir os custos dos fretes (e suprir as deficiências da obsoleta frota petroléira soviética). A Venezuela entregava a Cuba as mesmas quantidades de ramas que a URSS fornecia a compradores europeus de crude venezuelano. A pressão norte-americana era, porém, permanente, sempre que a URSS atrasava a entrega de uma encomenda venezuelana logo Caracas suspendia os fornecimentos a Cuba.

No tocante às exportações não petrolíferas, a URSS em 1991 apenas entregou quantidades ínfimas dos montantes que se havia comprometido a fornecer por troca com o açúcar, os citrinos e o níquel cubanos. O desastre foi tamanho que até o trigo e a farinha quase deixaram de chegar aos portos cubanos a partir do Verão. Resultado: a quota de pão diária por pessoa não excede na Ilha 80 gramas...

O bloqueio

O bloqueio norte-americano — tão esquecido na Europa — é uma dura realidade. Oficializado no mandato de John Kennedy, causou a Cuba prejuízos avaliados em 20, 124 mil milhões de dólares (!). A simples compra de uma obra de arte cubana por um cidadão norte-americano pode custar-lhe uma multa de 10 mil a 50 mil dólares. Até a venda de um tubo de aspirinas está proibida. Empresas estrangeiras que se instalem em Cuba ou navios que transportem mercadorias para a Ilha são inscritos na lista negra norte-americana.

Dois largos anos transcorreram desde o afundamento do socialismo na Europa Oriental. A partir de Agosto p.p. o Partido Comunista foi ilegalizado na pátria de Lênine e a República Russa, logo acompanhada pelas vizinhas, tornou pública a sua opção pelo capitalismo. A URSS morreu.

Cuba passou a ser no Ocidente o único país socialista, a dois passos dos EUA e a mais de 10 000 quilómetros da China.

Qualquer outro povoteria capitulado. Mas não o fez o de Martí.

Em Outubro, Fidel Castro recordou no IV Congresso a evidência: Aqui está a Revolução cubana a 90 milhas, 90 milímetros, do império mais poderoso e não se desmoronou; aqui está o nosso povo organizado; há ordem no nosso país; aqui estão o Partido, o Estado, a administração e os revolucionários trabalhando numa única direcção, estreitamente unidos. Poderá haver deficiências e dificuldades, deficiências e erros. Mas não há desorganização, nem caos. Podemos afirmar que no nosso país há Partido, há Estado e há administração, algo que desapareceu nalguns países, algo que desgraçadamente ocorreu na própria URSS, gigantesco e poderosíssimo país que enfrentou após a Revolução de Outubro a intervenção estrangeira, que combateu com insuperável heroísmo, que enfrentou a industrialização em condições de bloqueio e enfrentou a invasão fascista à custa de dezenas de milhões de vidas. E aquilo que o fascismo não conseguiu, o que não foi obtido pelo imperialismo, o que não puderam atingir invasões nem bloqueios — acabou por resultar dos erros dos homens».

Fidel chamou a atenção para uma evidência reconhecida pela própria imprensa norte-americana e pelo governo dos EUA. Em Cuba, o Partido e o Estado não foram abalados pelo afundamento do socialismo na Europa. A resistência seria impossível se a desordem e o pânico se instalassem. Nunca o país esteve tão organizado e o povo tão sereno.

Não houve na Ilha uma só manifestação, um protesto similar aos que inundaram as ruas das cidades da Europa Oriental e da URSS a partir de 1989. Washington esperou que isso ocorresse durante os Jogos Pan-Americanos, no

Verão passado. Foi esperança frustrada.

Paralelos descabidos

Os paralelos com os países do leste europeu são descabidos. Ali olhava-se com inveja para ocidente. O mostuário alemão, sobretudo, impressionava. Os êxitos, reais ou aparentes, do capitalismo cativavam. De Sófia a Varsóvia havia pouco a contrapor-lhes.

A visão cubana é muito diferente. Em primeiro lugar o panorama que neste final de 1991 oferecem os países de leste da Europa é desolador: desemprego, miséria, pauperização, escassez, racismo (e guerra civil na Jugoslávia).

Cuba levou adiante uma revolução, o que não aconteceu em qualquer país da Europa Oriental. Existe uma obra muito concreta. Quando se fala de **mudança**, quando as rádios piratas de Miami acenam com as maravilhas da economia de mercado, o paralelo não é a Alemanha, não são os EUA. A comparação faz-se naturalmente com a América Latina. E que contempla o povo cubano nas repúblicas irmãs? Que vê no Brasil, na Colômbia, no Peru, na Argentina, nos países da América Central e do Caribe?

Em Cuba sabe-se que na América Latina o analfabetismo, a fome, o desemprego, a mortalidade infantil, a sida, a criminalidade, a dívida externa atingem níveis dramáticos. Dos 11 milhões de habitantes de São Paulo — a mais rica metrópole industrial do Sul — 7 milhões amontoam-se em favelas ou cortiços imundos.

Em Cuba, o bloqueio e a guerra ideológica provocaram uma escassez crescente de alimentos e bens de consumo que tornam agradável a vida. Mas não há fome nem desemprego. O analfabetismo acabou há muito e o ensino é gratuito em todos os seus escalões. O país apresenta uma percentagem de população universitária equivalente à das nações europeias. Idem para a esperança de vida. A percentagem de famílias com casa própria é a mais elevada da América Latina.

O que os EUA nos propõem — dizem os cubanos — é afinal a queda no pântano. O sistema de saúde da Ilha é o melhor do Continente. Antes da Revolução havia no país 6300 médicos. Mais de 50% emigraram. Hoje são 42 000. Cuba tornou-se um país de vanguarda no campo da investigação científica, com um potencial de inteligência e cultura reconhecido como excepcional pela Unesco.

Eleições e bicicletas

No cumprimento de decisões tomadas no Congresso, tendentes a aperfeiçoar a vida política e institucional, Cuba vai alterar o seu sistema eleitoral onde os mecanismos indirectos eram ainda uma herança norte-americana. Os deputados da próxima legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular serão, pela primeira vez, eleitos directamente, assim como os delegados às assembleias provinciais.

Essa importante mudança tem merecido atenção mínima da imprensa internacional. Juan Escalona, actual presidente da Assembleia, disse-me durante um encontro que mantivemos, que o debate em torno dos critérios de escolha dos candidatos (nunca menos de dois para cada mandato) se anuncia como apaixonante, com índices de participação elevadíssimos. Contou-me que Fidel lhe disse ser necessário que «o mecanismo eleitoral e o seu funcionamento sejam os mais democráticos do mundo».

Disso não se fala na Europa. É mais fácil para os grandes media deformar a imagem da Ilha, valorizar a declaração de um grupo de dissidentes e ocultar que a esmagadora maioria se identifica com a defesa da Revolução. As cadeias de televisão e os grandes jornais do Ocidente não manifestam interesse pelo espírito de luta de um povo que, **para resistir**, trocou o automóvel pela bicicleta e o tractor pela charrua puxada a bois. Em contrapartida, a reunião de um grupo de descontentes ou o documento de uma poetisa (sem leitores) que sugere a eliminação de Fidel e Raul Castro logo se torna acontecimento fascinante, erigido em gesto político merecedor de ressonância mundial.

Epopéia inédita

Encontrei Cuba mais apreensiva, mas também mais serena do que há 14 meses quando a visitara pela última vez. É uma serenidade complexa, impregnada de sofrimento. A esperança persiste, mas a luz no fundo do túnel parece mais



distante. O mundo escureceu. A guerra do Golfo levou a irracionalidade mais longe e em Agosto ruiu o que restava da URSS.

As silhuetas pesadas dos petroleiros não são avistadas há semanas na doca das baías Matanzas e Havana.

Sinto uma enorme dificuldade em escrever sobre Cuba. O jogo das contradições torna o mecanismo da transmissão da realidade muito mais complexo do que antes.

O tenaz desafio dos cubanos à lógica aparente da história transporta o visitante para um universo na fronteira do irreal. A decisão de **resistir** e os actos que a expressam fazem do povo a personagem colectiva de um poema épico.

A própria tranquilidade do quotidiano perturba. Havana, uma capital com o dobro da população de Lisboa, recuperou no final do século XX a atmosfera silente de um burgo de outra época.

Comentarei o novo quotidiano da cidade (quatrocentas mil bicicletas nas ruas) em próximo artigo. Aflores aqui o tema apenas para reafirmar a sensação de estranheza que me dominou permanentemente. Sentia-me fora do tempo, como se estivesse no limiar de outro planeta.

Acompanhar o fluxo dos acontecimentos, conversar com personalidades e amigos, andar pelo país, ler e ver não é suficiente para que o forasteiro encontre algumas das muitas respostas que procura. A explicação mais profunda não se oferece.

Cuba, inserida no movimento da história, emerge neste final do segundo milénio como capítulo de uma epopeia inédita na cadeia das revoluções.

Os jornalistas programados que desembarcam na Ilha com os seus textos praticamente estruturados não se apercebem da grandeza dramática do momento de vida que envolve o desafio cubano. Mas tal atitude não altera o real nem o andamento das coisas e dos homens.

A escassez dói terrivelmente ao povo. Tomar um autocarro é uma odisséia por falta de combustível e de veículos. O racionamento, severo, aperta cada vez mais, obrigando a constantes substituições de produtos essenciais. Apesar disso, não se vê nas ruas uma criança subalimentada, um mendigo, um velho abandonado. Não foi fechada uma só escola.

Para se entender em Cuba o significado actual do verbo **resistir**, os heróis de Homero ajudam mais do que um tratado de ciências políticas. Até porque na cavalgada da contradição o desafio implica também como exigência o absurdo. Visitei em Santiago (segunda cidade do país, a quase mil quilómetros de Havana) um gigantesco (2500 lugares), deslumbrante teatro, quase inimaginável, e um belíssimo hotel de cinco estrelas, ambos inaugurados há poucas semanas. A inovação faz parte do desafio.

Percorri pela primeira vez lugares sagrados da História de Cuba nas províncias orientais. Nas faldas da Sierra Maestra e no recinto do antigo quartel de Moncada, tornou-se em mim mais forte a convicção de que a escolha revolucionária do povo cubano mergulha raízes na lonjura do tempo. O entendimento da gesta contemporânea dos pioneiros da Revolução e dos que hoje a defendem exige, assim, a compreensão da história escondida da nação que, no centro do **mare nostrum** dos EUA, desafia hoje o seu poder imperial.

Daí a extrema dificuldade em transmitir a realidade social tal como a captei.

Nas paredes do velho hospital espanhol (hoje museu) onde Fidel, perante o juiz, pronunciou em 1954 o seu discurso «A história me absolverá!» são exibidas páginas de uma história desconhecida na Europa avançada, essa Europa que aceita com indiferença o bloqueio norte-americano a Cuba. Antes da Revolução havia 100 mil prostitutas na Ilha (a maioria para serviço dos turistas yankees) e um milhão de desempregados em 6,5 milhões de habitantes. Não se falava disso nos EUA e o ditador Batista era elogiado como **aliado seguro e estimável**. Agora, com o desemprego e o analfabetismo (15% nos EUA) eliminados e a mulher dignificada, Washington acusa Cuba de não respeitar os direitos humanos...

O milagre que se pede

Não conheço no mundo contemporâneo ligação comparável entre um povo e um dirigente àquela que existe em Cuba entre Fidel e a grande maioria dos seus compatriotas. É uma relação que exclui algo que se assemelhe, mesmo vagamente, ao culto da personalidade.

Não pretendo superestimar a importância do factor subjectivo na história, mas precisamente porque a excepcionalidade marca esse relacionamento, cada um dos discursos de Fidel funciona como exercício de democracia directa. Como o proferido no IV Congresso em

que conseguiu explicar com transparência a emaranhada política dos preços do petróleo e do açúcar e o mecanismo de troca em rublos, pesos e dólares. Ou como o pronunciado no encerramento do Congresso da Federação de Estudantes do Ensino Médio, em que informou e preparou a juventude (e o país) para um futuro imediato provável, ainda mais sombrio do que o presente: uma situação de cerco e de agravamento de carências na qual «o povo tenha de trabalhar não com metade do combustível, mas talvez com a terça parte».

Hoje pede-se o impossível: «um milagre, não temos outro remédio senão realizá-lo». E explica: «que produzamos mais leite e mais carne sem rações e fertilizantes e temos que fazê-lo. Pede-se-nos que produzamos mais arroz, mais cana, mais tubérculos e mais hortaliças sem fertilizantes e muitas vezes sem pesticidas e temos de nos arranjar».

O impossível é pedido com naturalidade. E, por mais absurdo que tal pareça em Portugal, a fronteira do impossível está a ser derrubada. Em condições inimagináveis em Cuba. Está a produzir a quase totalidade dos alimentos que o povo consome (as duas principais excepções são o pão e, por ora, as gorduras vegetais e animais). A falta de petróleo é o pesadelo.

Fidel Castro pertence a uma geração que se habituou a empurrar para longe o impossível. Recusa a barreira como coisa inaceitável. Fidel não fala por si. Expressa o sentir de um partido revolucionário que se mantém exemplarmente fiel aos seus princípios e ideais. Um partido que assume o marxismo-leninismo não como colecção de citações mas como instrumento de compreensão, interpretação e transformação da realidade viva — um partido que, na cadeia das gerações, não perdeu a confiança do povo. Por isso, Fidel pode, como o fez a 6 de Dezembro, dizer: «Aquilo que a que nós resistimos não poderia ter resistido nenhum outro país, não teria podido resistir um sistema capitalista.»

Não há arrogância no discurso revolucionário em Cuba. O orgulho que nele aflora está impregnado de modéstia revolucionária, de espírito internacionalista. Os comunistas cubanos estão conscientes de que não poderiam continuar a resistir e desafiar o impossível na esperança de que o milagre, **materia humano e não divino**, se produza, salvando o socialismo, se estivessem sós. De toda a Terra — informou Fidel — chegam os apelos. «Vocês têm de resistir. A maior tragédia para o Terceiro Mundo seria que Cuba não pudesse resistir (...) De modo que hoje não estamos a defender somente os interesses, a honra e a esperança do nosso povo; estamos a defender os interesses, a honra e a esperança de milhares de milhões» de homens e mulheres.

Escutada na Europa, pode soar estranhamente a opinião que ouvi repetidamente em Cuba, de Havana a Santiago, expressada por dirigentes do Partido, por amigos, por cidadãos desconhecidos. Aqui a registos com respeito e admiração pela fibra revolucionária dessa gente:

«Vamos continuar a resistir e acreditamos que, no final, a Revolução e o Socialismo vão sobreviver.»

(1) in «Sitiada la Esperanza», de Nicanor León Cotayo, Ed. Cultura Popular, La Habana, 1991.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

A manha das palavras

Confusão no recinto governamental.
Vai ser falta apertamos o cinto?

- Que ideia!
(diz Macedo). Coisa feia!
Juro por minha fé.
A nossa política não é de se apertar o cinto, não senhor.
Ela é uma política de rigor...

Um cinto de rigor, rigor de cinto?
Manhas do labirinto.

O palhaço

O Oliveira Martins de conhecimentos chinfrins ikonómicos e afins disse alto e bom som que reduzir a inflação é bom de vários modos pois traz benefício a todos.

Claro que...
Vejam os se...

Claro, os despedimentos...
Maus ventos...
Restrições no consumo...
O fogo e o fumo...

... e ora aqui está como, de vários modos, o que virá, trará vantagem para todos...

Vestida neste embaraço a realidade parece um palhaço...

Depois do Verão... a reunião

Loureiro vai reunir mil bombeiros na Figueira. Se é pra se divertir arranjava outra maneira...

Pois é de muito mau gosto reunir lá na Figueira quem, pelo Verão, foi exposto aos tormentos da fogueira.

Loureiro vai reuni-los prometer à larga mão. Eles não ficam tranquilos pois sabem que, vindo o Verão,

se quiserem apagar o fogo, de canto em canto, somente podem contar com a água... do seu pranto.

Requerimento

Digmº Senhor Fundo Social. Excelência. Ignotus Sum, que tem xis anos, filho de, nascido em, estado, B.I. número, etc. e tal,

por estes versos bem rimados, vem dispor-se ao posto de uma posta real. Cem mil contos, praí. Não era mal. Se não do lombo, ao menos do acém.

Analfabesta e porco de ambições ninguém como eu tem habitações pois sendo até à casca bem laranja

sou irmão do Ministro do Fomento. Peço, alto senhor, deferimento.

.....

Aqui pra nós: a verbazita é canja!

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Macário Valente

«Houve pessoas que chegaram a ir ao meu gabinete para me oferecer dinheiro e tentar outras formas de suborno», confessou, há dias (e posteriormente citado pelo «DN»), o agora ex-secretário de Estado Macário Correia à Rádio Clube Lacobrigense, referindo-se ao seu tempo de secretário de Estado do Ambiente e Defesa do Consumidor.

Só que a Lei, além de eventualmente cega, continua com a mania de ser explícita, dizendo acerca da chamada «corrupção activa»: «Quem der ou prometer a funcionário, por si ou interposta pessoa, dinheiro ou outra vantagem patrimonial que ao funcionário não seja devida, será punido com as penas previstas (prisão de um a seis anos e multa de 50 a 150 dias).

Será, certamente, pela desorientação (compreensível, aliás) de um cavaleiro inopinadamente apeado pelas últimas andanças, que Macário ainda não reparou que passou a ter estrita obrigação moral e política de denunciar quem corruptamente o assediou, a partir do momento que publicamente o revelou.

Confiamos que em breve o fará. Se não por ser um improvável Príncipe, ao menos a confirmar um ambiental Valente.

Pai Nosso

Das coisas insólitas que recebemos, algumas merecem referência. É o caso dum postal ilustrado de Santa Comba Dão que ostenta a estátua de Salazar ao centro e, no escrevinhar do seu anónimo autor, diz, literalmente, assim: «Não vão ó fernal do cumenismo de Mescovo? i quando é que os portugueses fazem o fernal ó cumenismo em Portugal? Fala Salazar do Alem».

Refira-se que o texto acima transcrito não exige grandes conhecimentos de grafologia para nele se reconhecer um honesto e genuíno analfabetismo, sem embargo de veicular uma mensagem tão clara e eficaz como a da tia inventada do Eça que não precisava de falar francês para pedir um prato de galinha em Paris - bastava-lhe cacarejar. Só que o cacarejo aqui vai mais longe e acrescenta, em tarjeta policopiada apenas ao postal, uma original versão do «Padre Nosso», que começa por dizer «Padre Nosso, que estais no Céu em S. Bento, Santificado foi o teu nome, Veñha a nós o teu Governo, Assim em Portugal como no Céu», etc., etc., e que termina: «Não nos deixeis cair no socialismo, E livrai-nos do comunismo».

Tranquiliza-nos saber que este inflamado amigo tem, pelo menos, a salvação garantida. Na companhia das crianças, seus companheiros de bem

aventurança no ganho antecipado do Reino dos Céus.

A coincidência

Falemos de inflação, mas na perspectiva deste magnífico Governo de absolutas maiorias. Em 1987, Cavaco Silva e derivados previam uma inflação de 8,5%, cuja veio a ter uma correspondência real de 9,4%. Nada mau. Este ano a prevista, governamentalmente falando, apontava para 11%, e a que realmente se veio a verificar apenas subiu meio ponto: 11,5%. Brilhante, pode-se dizer. Só que este acerto em duas distintas ocasiões coincide, nem mais nem menos, com as eleições legislativas realizadas nos referidos anos (1987 e 1991).

O mistério adensa-se - como refere a CGTP-IN - quando verificamos que em 1988 o Governo previa uma inflação de 6% que se veio a traduzir em 9,6%, enquanto em 1989 a discrepância saltava de 6% para 12,7% e, finalmente, em 1990 apresentava um despropósito entre 6% previstos e 13,6% verificados. Comenta a CGTP-IN: «só em anos eleitorais é que a inflação prevista pelo Governo se aproxima da inflação realmente verificada». Comentamos nós: nesses anos é para o Governo ganhar eleições; nos restantes é para o patronato ganhar com a eleição do seu Governo.

frases da Semana

« (...) sejamos realistas... Eu não saio daqui para ir para um banco. Não preciso de me sujeitar a poupar palavras para não fazer acusações. Não sou mendicante. Mas houve ministros — pelo menos dois — que se sentiram nitidamente incomodados.»

« (Mário Raposo, Provedor de Justiça — «Expresso», 14.12.91)

«Ou nós aceitamos que o Estado de direito começa pelo respeito do nosso próprio estatuto e temos de o fazer valer, ou então não aceitamos que haja Estado de direito e atiramos para o lado uma lei da AR.»

« (Mário Raposo — idem)

«(a AACS) reconhece ao director do Canal 2 o direito de gerir a programação sem prejuízo dos deveres legais a que está obrigado.»

« (Do Relatório da AACS em que nega provimento à queixa sobre a alegada censura da RTP à série «Geração de 60» — 14.12.91)

«O senhor deputado Gameiro dos Santos disse bem, e com razão, que ainda não há parques de repouso, restaurantes ou postos de abastecimento nas autoestradas. Pois digo-lhe que, como ministro, me sinto muito contente com as suas críticas. Essa felicidade decorre do facto de ser ministro de um Governo que ouve estas críticas.»

« (Dias Loureiro, MAI, na AR — «Diário de Notícias», 16.12.91)

«Funcionários americanos adiantaram, já, ao jornal "El País", algumas ideias sobre a formação dessa "partilha" (na ajuda internacional à URSS). Os EUA encarregar-se-iam da destruição e do "controlo" das armas nucleares, à CEE ficaria entregue a ajuda económica à parte ocidental da URSS, ao Japão a parte asiática, enquanto a Arábia Saudita ficaria incumbida de gerir os recursos petrolíferos soviéticos.»

« (Bases da "nova filosofia" — "Doutrina de Princeton!" — adiantadas por James Baker na Universidade de Princeton, New Jersey — "Público", 15.12.91)

«As zonas de luz são mais do que as de sombra.»

« (Jacques Delors, reacções à Cimeira de Maastricht — «O Diabo», 17.12.91)

«A Interlog, cujo objectivo é a comercialização de material informático, não tinha certamente vocação nem interesse em o fazer (o investimento no "Público"). Isto está claramente comprovado na acta da última Assembleia Geral, onde Moreira da Silva, presidente do CA, afirmou que "obviamente, a concepção dessa deliberação é feita de acordo com a estratégia do grupo na área das tecnologias de informação.»

« (João Paulo Peixoto, accionista minoritário da Interlog — «Expresso», 14.12.91)

BANÇAS de NATAL

C. T. do PCP/BOAVISTA

Este ano com uma grande variedade de artigos

MERCEARIA: BACALHAU * PRESUNTO *
SALPICÃO * QUEIJO DA SERRA *
ENCHIDOS VÁRIOS DA SERRA DA ESTRE-
LA * AZEITE * MEL * BEBIDAS VÁRIAS * FILI-
GRANAS * PELES * ARTESANATO DIVERSO *
LIVROS * MATERIAL ESCOLAR * DISCOS *
VIDEOCASSETES E ACESSÓRIOS DE VÍDEO E
ÁUDIO * MOSTRA E VENDA DE ARTES
PLÁSTICAS * MANTAS * MALAS E CARTEI-
RAS * TEXTIS LAR * MALHAS * LOUÇAS *
ELECTRODOMÉSTICOS * UTILIDADES *
BRINQUEDOS * muito mais novidades
encontrarás no Mercado de Natal do C.T.
do PCP da Boavista.



no C.T. do P.C.P.
GOUVEIA

Pele
Brinquedos
Artesanato
Chines



Boas
Festas!
NO
CENTRO DE TRABALHO
DA AMADORA
At. da República, 20-10 MAR.

Prospero
1992!



PROGRAMA:
At. 20h30 a 21h30
At. 21h30 a 22h30
At. 22h30 a 23h30

ROUPAS *
BRINQUEDOS *
CRISTAIS *
LOUÇAS *
LIVROS * DISCOS *
CASSETAS *
CHOCOLATES *
VINHOS, ETC.

LOJA
de
NATAL
no C.T. VITÓRIA
de 18 NOV. a 27 DEZ.



no QUIOSQUE DO ROSSIO
de 2.ª a sábado
das 12 às 18 horas

e no C.T. de ALGÉS ...
e Também em CASCAIS
e ALCABIDECHE !!!

Agenda

Setúbal ENSINO SUPERIOR EM DEBATE

No CT da DORS (à Av. Manuel Arriaga, junto à RN) tem hoje lugar, com início às 18.30, um encontro com o camarada Rui Namorado Rosa, professor catedrático da Universidade de Évora, para debate de propostas do PCP para acompanhamento e avaliação dos Estabelecimentos de Ensino Superior.

Loures PLENÁRIOS DE MILITANTES

Estão previstos para amanhã, sexta-feira, plenários de militantes de duas das organizações do concelho, para debater a situação política e questões da organização partidária: em Loures, no Centro de Trabalho, com participação de Carlos Rabaçal e em Vialonga, igualmente no CT local, com Joaquim Judas - ambos com início às 21.30.

Colina da Graça A IMPRENSA HOJE

A imprensa nos dias de hoje/O seu papel na sociedade - tal é o tema do debate a realizar amanhã (às 21.30) no Centro de Trabalho da Graça, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. A iniciativa é mais uma vez das organizações de Alfama e Colina da Graça, integrada numa série de debates sobre questões da actualidade.

Parabéns a Lopes-Graça

Para festejar os 85 anos do camarada Fernando Lopes-Graça, que os cumpriu na passada terça-feira, dia 17, a Comissão de Freguesia da Parede do PCP promove no dia 21 (sábado) um jantar-convívio no restaurante «Limo Verde», na Parede.

As inscrições podem ser feitas até hoje à noite através dos telefones 4561122 e 4866991.



Passagem do Ano

... no Couço
promovida pela Com.
Freg. do PCP

... na Atalaia
promovida pela Com.
Conc. Seixal

Mais notícias
na próxima semana!

CARVALHESA

Edição especial

de 150 exemplares em cofret numerado

A edição especial da «CARVALHESA», cuja entrega aos assinantes estava prevista inicialmente para final de Outubro, tem sido vítima de uma sucessão de precalços que determinaram um inesperado atraso do qual urge dar um esclarecimento.

O primeiro acidente foi determinado pela necessidade de proceder à produção do master digital exigido pelo CD na Holanda, o que requereu um período mais dilatado do que o inicialmente previsto.

Já em Outubro, verificou-se que a pasta na qual estava previsto o acondicionamento da edição deixara de ser fabricada pelo seu produtor, a fábrica AMBAR. Apesar de todas as diligências junto de armazenistas e distribuidores, foi impossível reunir as 170 pastas requeridas pela edição, o que obrigou a encomendar noutro fornecedor - a Papelaria Progresso - o fabrico especial daquele número de idênticas pastas. O que determinou sucessivos atrasos, uma vez que, após o fabrico, haveria que proceder a uma impressão serigráfica nas pastas sobre a qual Teresa Dias Coelho teria, conforme previsto, de pintar manualmente a numeração - operações que já se encontram concluídas.

Seguidamente, a impressão da serigrafia de Manuel SanPayo foi igualmente vítima de dois acidentes: por um lado, o papel FABRIANO previsto para a impressão esteve

esgotado durante duas semanas nos fornecedores habituais; por outro, a impressão inicialmente prevista para 20 cores veio a requerer 47 cores, ou seja, outras tantas impressões.

No final de Novembro, a empresa UNOP, a que fora encomendada a impressão e corte do fundo da pasta onde se acondiciona o CD e as duas cassetes, fechou as suas portas por falência, sem ter realizado o trabalho, situação de que não tivéramos prévio conhecimento. Este facto obrigou a procurar outro fabricante, o que, tratando-se de uma produção da área de embalagem, se revelou difícil dadas as encomendas para o período natalício, situação ainda agravada pelo facto de a falência da UNOP ter determinado igualmente transferência de trabalhos para outras empresas do ramo. Também esta situação já se encontra solucionada, estando a entrega do fundo prevista para a próxima semana.

Finalmente, o facto de não ter sido a UNOP, conforme previsto, a realizar aquela parte do trabalho, obrigou à substituição da folha com impressão serigráfica contendo os dados técnicos da edição. Esta operação foi ainda afectada pelos atrasos e dificuldades no encontrar de uma alternativa para a UNOP e por se ter esgotado igualmente no mercado a cartolina CONQUEROR Branco Nacarado Vergé 220 gr. em que aquelas serigrafias foram impressas. Ocorreu ainda que José Eduardo

Conceição e Silva (que, como se sabe, reside e trabalha habitualmente em Barcelona) foi obrigado, por compromissos profissionais, a adiar a sua deslocação a Lisboa em Dezembro, durante a qual estava previsto que assinasse os exemplares das duas serigrafias com os textos que escreveu sobre os arranjos *big band* e *fusion* da CARVALHESA. Dados os atrasos que se haviam verificado, concluiu-se que se poderia aproveitar essa vinda para a assinatura. Esta alteração obrigou porém a proceder ao envio para Barcelona dos 340 exemplares impressos, para que fossem lá assinados e numerados e novamente remetidos para Lisboa.

Nesta data, parece finalmente que todos os acidentes estão em vias de solução, sublinhando-se contudo que, após a conclusão e entrega de todos os elementos da edição, esta exigirá ainda alguns trabalhos de acabamento e embalagem. Prevê-se assim, se não sobrevier nenhum outro acidente, que a edição esteja em condições de começar a ser expedida para os assinantes na segunda quinzena de Janeiro. Do atraso pedimos desculpas aos assinantes, aproveitando o ensejo para informar que se encontram ainda disponíveis 32 exemplares da edição de 150.

Televisão

Quinta, 19

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Cousteau: «Gente do Mar»
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Monte dos Vendavais (ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Os Simpsons
21.50 Traffik
22.50 Os Olhos da Lua
00.20 24 Horas
00.55 Remate
01.15 O Teatro de Ray Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Grande Circo dos Artistas
17.50 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Recordando Otis Redding
22.35 A Ilustre Casa de Balck Adder
23.05 A Revista Maravilhosa de 1937 (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 20

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Natal dos Hospitais
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Quem Tramou Roger Rabbit? (ver «Filmes na TV»)
23.15 Cheers, Aquele Bar
23.45 24 Horas
00.20 Remate
00.55 Ao Estilo Americano (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.45 Sonhos de Rock
13.00 Filhos e Filhas
13.25 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.05 Burlescos
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 B.I.
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Rotações
22.35 Pantanal
00.05 Visões

Sábado, 21

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 A Guerra dos Mundos
14.30 Paul Simon em Central Park (2ª parte)
15.30 T & T
16.25 Na Terra dos Brinquedos (ver «Filmes na TV»)
18.05 Em Terras da Índia
18.50 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Kananga do Japão
23.00 Casa Cheia
23.50 Terror na Auto-estrada (ver «Filmes na TV»)
01.35 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.20 Salomão e a Rainha de Sabá (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.40 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.00 As Teias da Lei

Domingo, 22

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.00 Desafios da Vida
14.50 Top+
15.50 O Guia e os Caminhantes (ver «Filmes na TV»)
17.15 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Kananga do Japão
22.10 Domingo Desportivo
23.10 Confessional
00.15 Conversa Afhada
01.20 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
20.45 Palavra Puxa Palavra
21.30 Nós 2
22.30 O Sr. Almaníaco
22.35 Artes e Letras: «Eunice Muñoz - I»
23.25 A Vida de Glen Miller (ver «Filmes na TV»)
01.25 Tauromaquia

Segunda, 23

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Festival da OTI
14.50 Brinca Brincando
15.20 O Regresso do Pai (ver «Filmes na TV»)
17.00 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 O Preço Certo
23.00 As Noivas de Cristo

00.05 24 Horas
00.40 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Primeiro Jornal
12.05 O Homem da Carabina
12.30 Curso de Alemão
12.45 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 As Aventuras de Black Beauty
17.00 Aventuras
18.00 Clip-Club
18.15 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Arsenio Hall
21.00 Jornal das Nove
21.35 O Natal na Broadway
22.35 Ópera - «O Morcego»

Terça, 24

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.00 Especial Natal
09.30 História do Burrinho do Presépio
10.00 As Sete Maravilhas do Mundo do Circo
11.10 Natal Disney no Gelo
12.15 Bonecos de Trapo
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 Os Três Reis (ver «Filmes na TV»)
16.15 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca
20.25 Se a Minha Cama Voasse (ver «Filmes na TV»)
22.20 Os Simpsons
22.50 O Natal do Pai Natal
23.30 Missa do Galo

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.30 Curso de Francês
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.30 Peter Ustinov - À Procura do Natal
18.00 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.10 Cinemazine
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.10 Não Há Como a Nossa Casa (ver «Filmes na TV»)
00.20 Peter, Paul and Mary - Canções de Natal

Quarta, 25

Canal 1

07.30 Especial Infantil/Juvenil Zoolónia
10.55 Missa de Natal
11.15 O Rap do Pai Natal
12.05 O Sonho de Piotr
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Especial Natal
14.00 Aladino
15.15 Fievel, Um Conto Americano (ver «Filmes na TV»)
16.35 Tu Cá, Tu Lá
17.25 Os Marretas Recordam Jim Henson
18.25 À Espera do Vento
18.50 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Os Olhos da Lua
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 Popeye (ver «Filmes na TV»)
23.20 A Oratória de Liverpool, de McCartney

Canal 2

09.00 Recreio do Dois
12.00 Primeiro Jornal
12.07 2020 - Polícias em Acção
12.30 Curso de Francês

Filmes na TV



Jessica Rabbit, a boneca animada que tira a respiração a Eddie Valiant...

12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 O Caminho das Estrelas II
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 B.I.
19.40 Bernstein: Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.30 Carlos Cruz: Quarta-feira
22.30 A Ilustre Casa de Black Adder
23.30 Corós de Natal

Quinta, 26

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Cousteau: «Gente do Mar»
14.00 Brinca Brincando
14.35 Em Busca do Céu Dourado (ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.20 Os Simpsons
21.50 Traffik
22.50 Os Olhos da Lua
00.20 24 Horas
00.55 Remate
01.15 O Teatro de Ray Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.30 Recreio do 2
16.30 O Grande Circo dos Artistas
17.50 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 Aventura do Conhecimento
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Recordando Otis Redding
22.35 A Ilustre Casa de Balck Adder
23.05 Não Sou Criminoso (ver «Filmes na TV»)

O Monte dos Vendavais
«Wuthering Heights» (G. Br./1970). Realização de Robert Fuest. Interpretação: Anna Calder-Marshall, Timothy Dalton, Harry Andrews, Pamela Brown, Judy Cornwell. Cor, 100 minutos.

Não confundir com as versões (também elas de valor desigual) de Buñuel ou Wyler do famoso romance clássico de Emily Brontë.

Esta está bastantes furos abaixo, sobretudo pelo tempo fílmico da narração, assaz agitado, e, ainda, pelo nível dos intérpretes, que não fazem esquecer Merle Oberon e Laurence Olivier, embora aqui se registre a curiosidade de vermos o «007» Timothy Dalton na correcta interpretação da personagem (Heathcliff) que aquele último celebrou. Rodado em cenários naturais e no estilo do habitual realismo britânico, o filme não consegue, entretanto, ultrapassar a mediania. Música rotineira de Michel Legrand.

(Quinta, 14.35, Canal 1)

Revista Maravilhosa de 1937

«Goldiggers of 1937» (EUA/1936). Realização de Lloyd Bacon. Interpretação: Dick Powell, Joan Blondell, Glenda Farrell, Victor Moore, Lee Dixon, Osgood Perkins. P/B, 98 minutos.

As «pesquisadoras de ouro» não desistem. Desta vez, é um grupo de corretores de seguros que, por entre os dramas dos bastidores, ajudam a financiar a revista. Mais um pretexto para os inesquecíveis bailados encenados por Busby Berkeley (é mais um filme do ciclo dedicado pela RTP ao fabuloso coreógrafo de Hollywood), em que é de destacar a famosa sequência das «cadeiras de baloio» e a canção «With Plenty of Money and You» e, ainda (pela negativa), a ausência de Ruby Keeler.

(Quinta, 23.05, Canal 2)

Quem Tramou Roger Rabbit?

«Who Framed Roger Rabbit?» (EUA/1988). Realização de Robert Zemeckis. In-

terpretação: Bob Hoskins, Christopher Lloyd, Joanna Cassidy. Vozes: Charles Fleisher, Lou Hirsch, Mel Blanc, Kathleen Turner. Cor, 105 minutos.

(Super)produzido pelos estúdios de Spielberg e Disney, com espantosa realização do seu «comparsa» Zemeckis, «Rabbit» é uma homenagem fulgurante ao inesgotável mundo dos «cartoons» e do «policia negro», em que avulta essa sequência antológica das aventuras do detective Eddie Valiant (Hoskins) pela «Cidade dos Desenhos Animados» («Toontown»). A incrível mescla da «ficção real» com a «ficção animada» é prodigiosamente servida por uma impressionante panóplia de efeitos especiais verdadeiramente impossíveis (e que «arrancaram» três Oscars à Academia). Mais uma merecida estatueta foi, também, para o responsável pela animação, Richard Williams. Mas indispensável, sem dúvida, é o final — em que vale mesmo tudo, inclusive o «tirar olhos!» Divirta-se com o coelho! Atire à televisão (desta vez) uma cenoura!

(Sexta, 21.20, Canal 1)

Ao Estilo Americano

«The American Way» ou «Riders of Storm» (G. Br./1986). Realização: Maurice Phillips. Interpretação de Dennis Hopper, Michael J. Pollard, William Armstrong, James Aubrey, Eugene Lipinski. Cor, 110 minutos.

O realizador fez tarimba na publicidade e nos «videoclips» e estreia-se, aqui, na sua primeira longa-metragem. Não inteiramente conseguido, o filme conta a história de um grupo de veteranos pacifistas do Vietname que, com uma emissão de televisão pirata de bordo de um avião, tentam sabotar a campanha eleitoral de uma mulher candidata a Presidente dos EUA. Dennis Hopper está aqui a matar, nesta história que muito promete mas (ao que parece) não cumpre tanto como isso. Refira-se, entretanto, que o filme alcançou o Prémio Especial do Júri no Festival de Avoriaz de 87.

(Sexta, 00.55, Canal 1)

Tempo

Céu pouco nublado. Vento fraco a moderado de leste. Acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada. No sábado, pequena subida da temperatura máxima.



Na Terra dos Brinquedos

«Babes in Toyland» (EUA/1986). Realização: Clive Donner. Interpretação de Drew Barrymore, Richard Mulligan, Eileen Brennan, Keanu Reeves. Cor, 92 minutos.

Já foi opereta de Victor Herbert. Já foi versão de cinema em 1934 (pelos Bucha e Estica) e em 1961. Agora, numa adaptação para televisão, este telefilme apenas conserva, de Herbert, as canções «A Terra dos Brinquedos» e «Marcha dos Soldadinhos de Madeira», sendo a restante partitura de Leslie Bricusse para esquecer. Vá antes, comprar brinquedos para os miúdos.

(Sábado, 16.20, Canal 1)

Salomão e a Rainha de Sabá

«Solomon and Sheba» (EUA/1959). Realização de King Vidor. Interpretação: Yul Brynner, Gina Lollobrigida, George Sanders, Marisa Pavan, David Farrar. Cor, 147 minutos.

Que seria dos nossos Natais e das nossas Páscoas sem um filme bíblico, com milhares de figurantes, cenários mais fantasiados do que o próprio imaginário e meia dúzia de vedetas, mesmo que em papéis de cinco minutos? Este, no entanto, é do que melhor se criou, no género, ou não saísse do talento de mestre Vidor, aqui no final da sua gloriosa carreira. Gina (belíssima) e Brynner (péssimo) ensaiam uma admirável história de amor. Mas as batalhas (das melhores feitas em cinema) não cabem no televisor, o que é pena.

(Sábado, 14.00, Canal 2)

Terror na Auto-Estrada

«The Hitcher» (EUA/1986). Realização de Robert Harmon. Interpretação: Rutger Hauer, C. Thomas Howell, Jennifer Leight, Jeffrey Demunn, John Jackson. Cor, 83 minutos.

Terror psicopata e violência fascista, num produto lastimável a evitar com denodo.

(Sábado, 23.50, Canal 1)

O Guia e os Caminhantes

«Pied Piper» ou «Crossing to Freedom» (G. Br./1989). Realização de Norman Stone. Interpretação: Peter O'Toole, Mary Winningham, Susan Wooldridge, Rachel Kitchen. Cor, 104 minutos.

Um homem envolve-se numa emocionante aventura para salvar, durante a II Guerra Mundial, um grupo de crianças na França ocupada pelos nazis. Telefilme inglês, «remake» do filme americano do mesmo título realizado em 1942.

(Domingo, 15.50, Canal 1)

A História de Glenn Miller

«The Glenn Miller Story» (EUA/1953). Realização de Anthony Mann. Interpretação: James Stewart, June Allison, Henry Morgan, Charles Drake, Marion Ross. Cor, 112 minutos.

O principal interesse deste filme é, sem dúvida, a música, o desfile de famosíssimos temas e canções ligadas a uma época, bem como a procura, por Miller, de um som, inegavelmente original (quatro saxofones e um clarinete) para a sua banda. Mas a realização de Anthony Mann é pouco mais que convencional e o argumento ultra-sentimental. Uma bela sequência é a da «jam session» com nomes grandes do Jazz: Armstrong, Krupa, Cole, Bigard & Cia.

(Domingo, 23.25, Canal 2)

CINEMA

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A O Silêncio dos Inocentes	—	★★★★	★★★★	★★★★
B Pensamentos Mortais	—	★★	—	★★★
C Um Anjo à Minha Mesa	—	★★	—	★★★
D Ao Fim da Noite	—	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jonathan Demme — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Alan Rudolph — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- C — Real. Jane Campion — King/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Joaquim Leitão — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

O Regresso do Pai

«A Father's Homecoming» (EUA/1988). Realização de Rick Wallace. Interpretação de Michael McKean, Brandon Douglas, Marcianne Xarman. Cor, 100 minutos.

Telefilme, episódio «piloto» de uma série, abaixo da média, sobre estudantes à volta com problemas familiares.

(Segunda, 15.20, Canal 1)

Os Três Reis

«The Three Kings» (EUA/1987). Realização de Mel Damski. Interpretação: Jack Warden, Stan Shaw, Lou Diamond Phillips, Jane Kaczmarek. Cor, 100 minutos.

Mais um telefilme para preencher a programação «de época». Este conta a história de três inadaptados que fogem de um hospital psiquiátrico disfarçados de três sábios velhinhos, em busca do espírito do Natal. As referências falam de boas intenções, mas de (apenas razoáveis) resultados.

(Terça, 14.35, Canal 1)

Não Há Como a Nossa Casa

«Meet Me in St. Louis» (EUA/1944). Realização de Vincent Minnelli. Interpretação: Judy Garland, Margaret O'Brien, Lucille Bremer, Tom Drake, Mary Astor. Cor, 113 minutos.

É o filme da maturidade de Minnelli no domínio do cinema musical de que viria a ser um dos maiores representantes. História de uma família e das peripécias da sua vida no ano (1903) em que se realizou em St. Louis a Feira Mundial. Encenação sensível e brilhante, excelente música de Ralph Blane e Hugh Martin, com Judy Garland a tomar clássicas canções como «The Boy Next Door», «Have Yourself a Merry Little Christmas» ou, sobretudo, «The Trolley Song». A espantosa interpretação de Margaret O'Brien valeu-lhe o Oscar Especial para a Melhor Actriz Infantil. Um regalo para os olhos e para os ouvidos!

(Terça, 22, Canal 2)

Fiel — Um Conto Americano

«An American Tail» (EUA/1986). Realização de Don Bluth. Vozes: Dom DeLuise, Christopher Plummer, Nehemiah Persoff, Madeline Kahn, Phillip Glasser. Cor, 80 minutos.

Em finais do século passado, um ratinho russo separa-se acidentalmente da família quando todos emigravam para a «América prometida». O argumento falha amíúde mas a animação foi capaz de criar um filme por vezes sensível e comovente. É a primeira expe-

riência de Spielberg na produção de desenhos animados e a realização, excelente, está a cargo de um dissidente dos estúdios Disney.

(Quarta, 15.15, Canal 1)

Popeye

«Popeye» (EUA/1980). Realização de Robert Altman. Interpretação: Robin Williams, Shelley Duvall, Ray Walston, Paul Smith, Paul Dooley, Richard Libertini. Cor, 114 minutos.

Robin Williams («Bom Dia, Vietnam!») dá corpo «humano» ao célebre marujo da banda desenhada de Max Fleischer, aqui regressando a Sweethaven em busca do pai que o abandonou. Mas, nem o esforço de Williams e restantes intérpretes, nem o talento de Altman conseguem salvar o fraco argumento de um filme surpreendentemente insípido.

(Quarta, 21.25, Canal 1)

Em Busca do Céu Dourado

«In Search of the Golden Sky» (EUA/1984). Realização de Jefferson Richard. Interpretação: Charles Napier,

George Flower, Cliff Osmond. Cor, 94 minutos.

Depois da morte da mãe e do desaparecimento do pai, duas crianças são enviadas ao tio que vive numa remota cabana na natureza. A princípio apreensivos acerca do seu novo lar, as crianças acabam por gostar da sua nova vida. Uma história agradável e despreocupada.

(Quinta, 14.35, Canal 1)

Não Sou Criminoso

«They Made Me a Criminal» (EUA/1939). Realização de Busby Berkeley. Interpretação: John Garfield, Claude Rains, Ann Sheridan, Gloria Dickson, May Robson. P/B, 92 minutos.

É a história de um «boxeur», Jimmy Dolan, que se refugia num rancho do Oeste, após um incidente em que ele próprio julgá ter morto um jornalista. John Garfield tem um excelente desempenho neste «remake» do filme «The Life of Jimmy Dolan» (Archie Mayo, 1933), inesperada incursão no cinema «social» do coreógrafo Busby Berkeley, a quem a RTP, como se sabe, dedica este ciclo.

(Quinta, 23.00, Canal 2)

TEATRO

CASA DO ALENTEJO

R. Portas Santo Antão, 58. De 3ª a sáb. às 21.30. FLOREBELA, de Florbela Espanca/Hélia Correia, pelo Grupo Maizum (até 21/12).

CLUBE ESTEFÂNIA

R. Antª Maria Inácio, 41, r/c. Tel. 542249. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. às 17.00, dom. às 21.30. DESIMAGINAÇÃO, de António Pedro, pelo grupo Persona.

ESTRELA 60

R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 395328. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. D'OS PASSOS EM VOLTA, pelo Teatro O Bando.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30, AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra (Produções de A Barraca).

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala

I: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17, MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb. às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, FOMOSA VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSAPOR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 2ª e 3ª às 21.30. TOTÓ, textos de Tóto e Tossan, adaptados e interpretados por Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado).

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª. sáb. e dom. às 19.15. O PROFESSOR DE PIANO, de Jaime Salazar Sampaio.

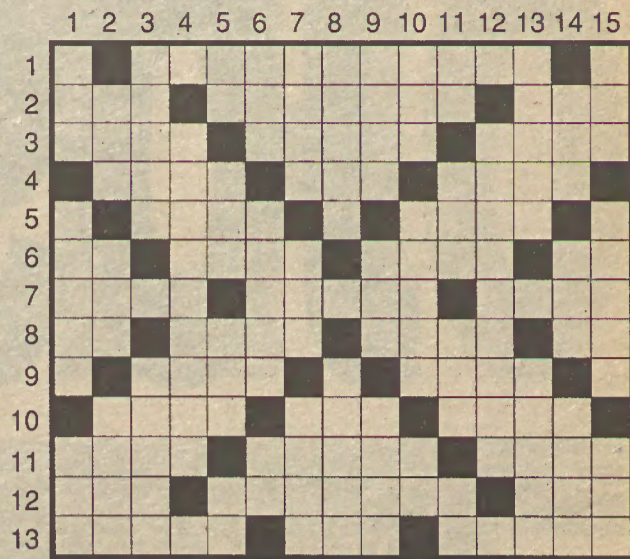
2Para crianças TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRICTRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: Escarminhos; 2 - patroa; numeral; interj. de chamamento; 3 - rio da península de Troia; recuou; descrente; 4 - verniz da China; gracejas; rezas; 5 - faisca; ligues; 6 - art.; ascende; estampilha; sem companhia; 7 - solicitei; rigidez; pátria; 8 - ouro (símb.); discursas; camarinha; a mim; 9 - mulheres muito pequenas; feiteira; 10 - frutos das Videiras; Título mobiliárquico que procede o nome próprio; tunda; 11 - prendam; vela de moinho; persiga; 12 - um milhar; composição poéticas de 14 versos; Cloreto de Sódio; 13 - choupo; remoinho de água; tem aroma.

VERTICAIS: 1 - Interj. de pancada; refeições; mulher que eleita crianças alheias; 2 - doença; pertence-lhe; compréstimo; 3 - cidade jugoslava; fruto da aveleira; 4 - originam; 5 - pedra de moer; escudeiro; chefe etíope; livro de versos de António Nobre; 6 - estereográfico de uso mundial; aççes; poeira; 7 - líquido muito volátil; que está; prejuízo; 8 - aborrecimento; vazilha de aduela para vinhos; 9 - nome de letra no pl.; debaixo de; bosque; 10 - pau-ferre; deciframos; pão doce de Ovar; 11 - batráquio; dialecto romântico falado no Norte de França; corpo aeriforme; sem companhia; 12 - assembleia de homens aminentes; 13 - as damas do baralho; prevenção; 14 - art. francês; assentimento; escrava egípcia de Abrão e mãe de Ismael; 15 - perverso; costuras; toca a andar.

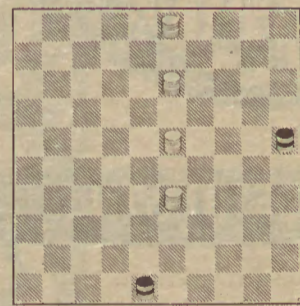
SOLUÇÃO DO Nº ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 - Regatos; pacatas; 2 - alegre; latada; 3 - fêria; sal; ralem; 4 - avô; prelado; ola; 5 - dó; foi; ela; or; 6 - sés; tem; aba; 7 - dor; suais; ali; 8 - sim; ido; eta; 9 - is; aia; elo; ar; 10 - rum; clarete; era; 11 - abala; seu; vagar; 12 - manada; danada; 13 - amorosa; morosas.

VERTICAIS: 1 - Rafado; oirama; 2 - elevo; subam; 3 - gero; SOS; mano; 4 - agi; feria; lar; 5 - trapos; Micado; 6 - ó; ri; Al.; as; 7 - se; tui; ás; 8 - salteadores; 9 - lá; mio; eu; 10 - al; de; et; dó; 11 - carola; elevar; 12 - ata; abato; ano; 13 - talo; ala; Egas; 14 - adelo; arada; 15 - sámara; oraras.

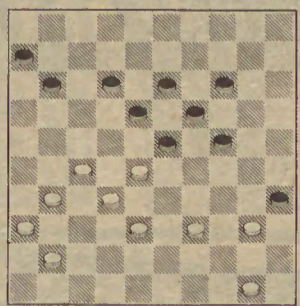
DAMAS

CCCXXXIV - 19 de Dezembro de 1991
PROPOSIÇÃO Nº 313/BIS
Por: E. LIEUBRAY
Le Jeu de Dames, V/1992
Pr.: [2]: (25) - (48)
Br.: [4]: (3) - (13) - (23) - (33)



Branças jogam e ganham [5T]

GOLPE Nº 313/BIS
Por: DUBOILLE - Julho, 1937
Pr.: [10]: 6 - 11 - 12 - 13 - 14 - 18 - 19 - 23 - 24 - 35
Br.: [10]: 27 - 28 - 31 - 32 - 36 - 38 - 39 - 40 - 41 - 50



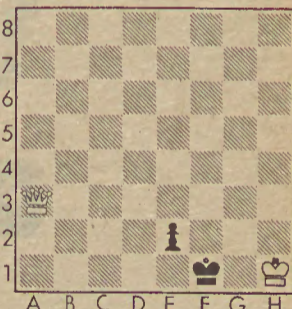
Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCXXXIV
Nº313/BIS (E.L.): 1. 23-12, (48-26); 2. 13-9, (26x8); 3. 3x26, (25x3); 4. 33-17 e 5. 26x3 + 1. (48-37 ou 43); 2. 13-20 e + 1. (25-43); 2. 13-31 e +
GOLPE Nº313/BIS (D.): 1. 28-22, (35-42); 2. 32-28, (23x21); 3. 41-37!, (18x27); 4. 31x22, (42x31); 5. 36x29 +

A. de M. M.

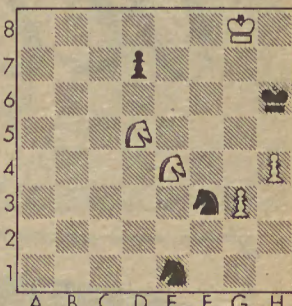
XADREZ

CCCXXXIV - 19 de Dezembro de 1991
PROPOSIÇÃO Nº 313/A/BIS
Por: SAMLOYD
Chess Monthly, Fev. 1857
Pr.: [2]: P62 - Rf1
Br.: [2]: Da3 - Rh1



Mate em 5 lances

PROPOSIÇÃO Nº 313/B/BIS
Por: ARTHUR HAVASI
Deutsche Schachzeitung, 1918
Pr.: [4]: Pd7 - Cs. e1, f3 - Ph6
Br.: [5]: Ps. g3, h4 - Cs. d5, e4 - Rg8

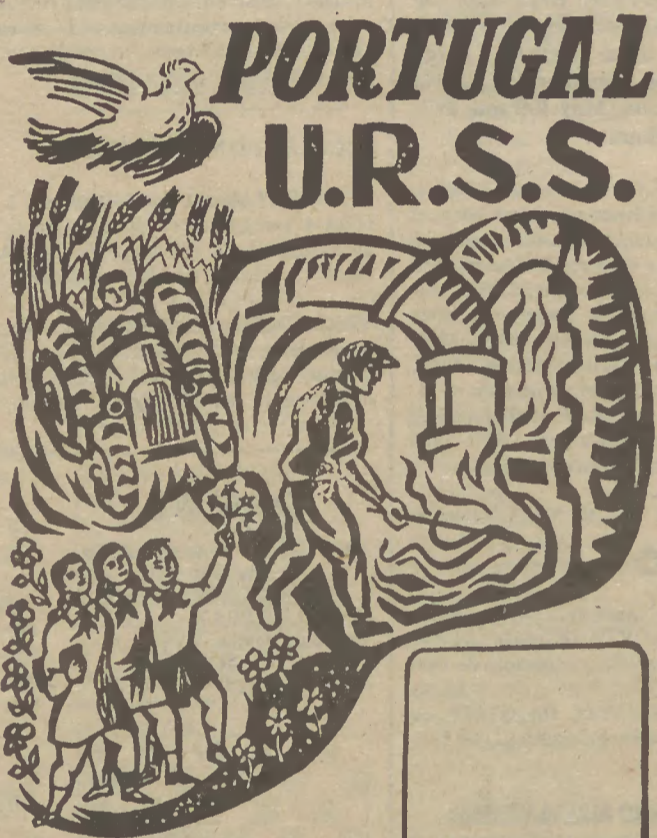


Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CCCXXXIV
Nº313/A/BIS (S.L.): 1. Df8+! e 2. Dd6 e 3. Df4+ e 4. Dd4, Rf1, 5. Dg1++
SE: 1. Df3+2, R6!; 2. Dd3, Rf1!
Nº313/B/BIS (A.H.): 1. Cf4, Ch4; 2. g4, Céf3; 3. g5+, Cg5; 4. Cd6! e g.

A. de M. M.

JOSE



AGOSTO 1959. N.º 6. 1.00

o camponês



A exposição da obra de José Dias Coelho pode ser visitada até ao fim do dia de hoje, quinta-feira

Esta exposição evocativa da vida e obra de Dias Coelho, inaugurada hoje no belo edifício da Junta de Freguesia de Alcântara, a dois passos da rua que justamente tem agora o seu nome e onde foi cruelmente assassinado, tem no momento actual um particular significado.

Acusam-nos os nossos detractores de cultivarmos o saudosismo do passado clandestino como se de costas viradas vivéssemos para as realidades da hora actual.

Repudiamos com veemência a insidiosa qualificação. O Partido pelo qual José Dias Coelho deu a vida está profundamente inserido na realidade e nos problemas do povo e do país, não estagnou no tempo, é um elemento dinâmico e fundamental da construção de um Portugal moderno, livre, independente e democrático.

Insera-se também na história heróica e no duro combate pela liberdade, pelo progresso social dos trabalhadores e do povo português na sua expressão mais vasta.

Por isso Dias Coelho é uma referência épica obrigatória e sempre actual da nossa identidade política e de classe.

Trinta anos rodaram no serpear da História sobre os acontecimentos daquela cinzenta noite de Dezembro.

Rica de promessas era ainda a vida de José Dias Coelho.

Um mês antes de friamente abatido pelas balas dos facínoras a mando de Salazar, escrevera ele de forma lapidar numa gravura que seria a última criação da sua apurada sensibilidade de artista e revolucionário, inspirado pelo assassinato de Cândido Martins (Capilé) ceifado pela metralha das forças repressivas do fascismo nas ruas de Almada:

«De todas as sementes deitadas à terra

é o sangue derramado pelos mártires o que faz levantar as mais copiosas searas.»

Naquela noite fria de 19 de Dezembro de 1961 seria seu o «sangue derramado» nas pedras chãs do bairro popular de Alcântara.

A Arte perdera um criador de méritos firmados e a resistência nacional à ditadura fascista um intemerato combatente, o PCP um valoroso camarada.

Os méritos da obra inacabada do Cidadão, do Artista, do Poeta e do lutador que foi José Dias Coelho, toda ela cheia de abnegação, de modéstia, de completa dádiva ao combate do seu povo pela democracia, por dias melhores, por uma sociedade sem exploradores nem explorados pôde ser aferida por todos os que com ele ombream nas lutas académicas dos anos 40 e nas acções em defesa da Paz nos anos 50.

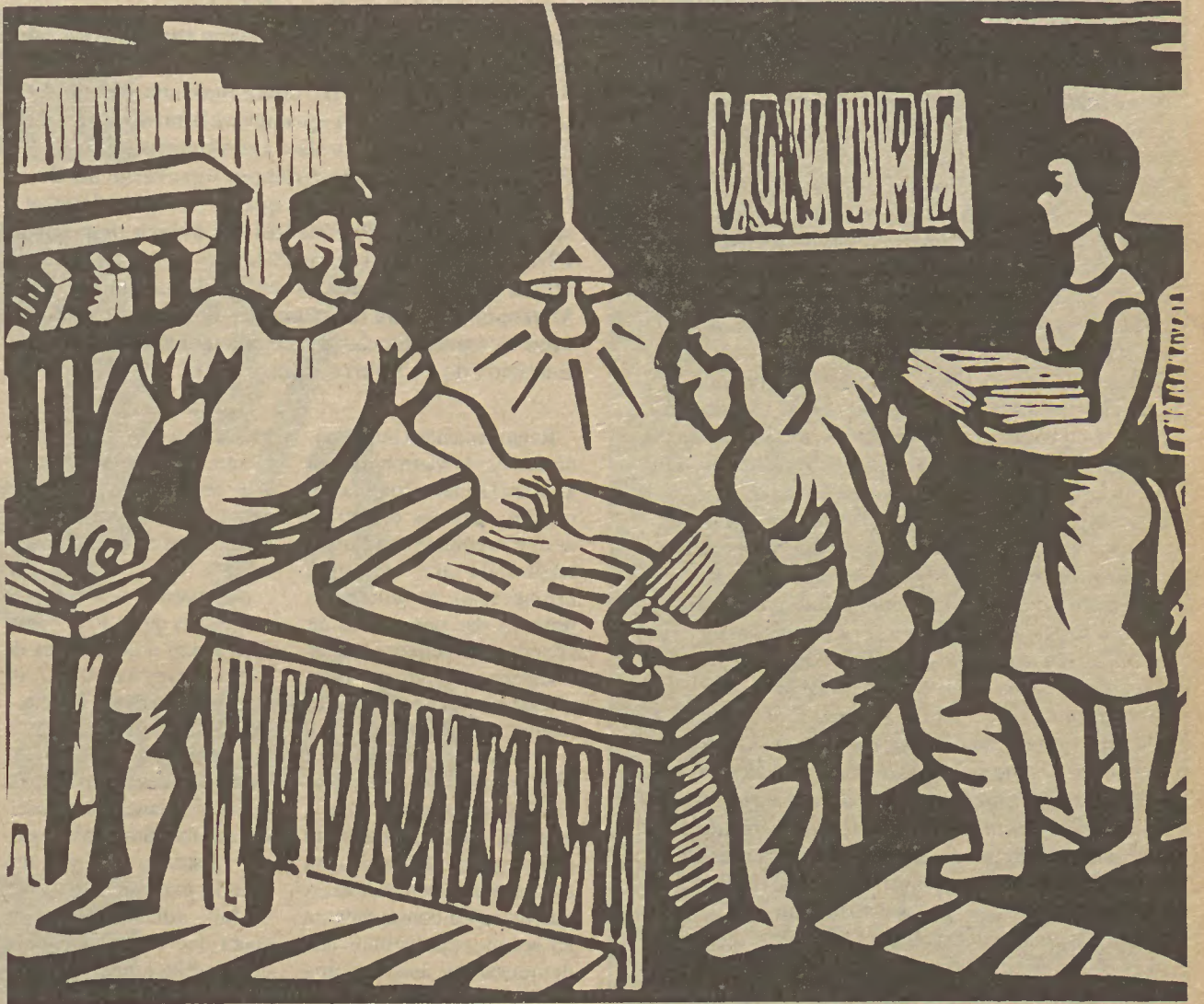
Pôde, sobretudo, ser aquilatada pelos seus companheiros de ideal nas duras e difíceis condições da clandestinidade, no cumprimento de tarefas só compatíveis com um elevado espírito de Partido e superiores consequência e consciência revolucionárias.

Hoje, trinta anos após o hediondo crime fascista que lhe suprimiu a vida, quando o seu Partido enfrenta os fogos cruzados dos inimigos de todos os matizes e pífidos ataques de onde menos se poderia esperar, esta homenagem ao mártir que derramou o seu sangue para que floresçam «as mais copiosas searas» do futuro vale como uma resposta, o seu exemplo permanece vivo nas nossas memórias e na memória dos vindouros.

Dias Lourenço

Palavras proferidas em 17 de Dezembro de 1991 na inauguração da exposição sobre José Dias Coelho, assassinado em 19 de Dezembro de 1961 pela PIDE

DIAS COELHO



Marx e Engels



Francisco Miguel

Cândido Martins (Capilé)



José Gregório



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

As Boas-Festas com veneno

Ao aproximar-se o fim do ano, há quem agarre nas suas ambições e as eleve ao nível das esperanças, quem faça votos de melhores dias para si próprio e para os seus, quem envie cartões de Boas-Festas e de próspero ano novo. Quem jogue no lixo o passado e, respirando o ar fresquíssimo do Inverno, se disponha a olhar o futuro como se de uma estrada larga se tratasse.

Há mesmo quem, no delírio de um futuro limpo de escolhos e de impecilhos, suba a uma cadeira com doze passas na mão, disposto a metê-las na boca à meia-noite, recitando esconjuros às dificuldades que adivinha. E quem imagine o seu mundozinho liberto delas, afeiçoando-o à sua medida, quando muito rogando pragas a quem lho dificulte.

Quem tiver lido no último «Expresso», a prosa assinada por Luís Marques é intitulada «A Rendição», dá logo conta de que deve tratar-se, ao mesmo tempo, de uma oração e de um esconjuro dirigidos à CGTP. Uma espécie de Boas-Festas envenenadas, na esperança de que tal escrito possa, de uma penada, reescrever o passado e modelar o futuro à medida da vontade do autor, que se revela ser a mesma do patronato e do Governo. Uma vontade cavaquista de jogar o sindicalismo democrático no caixote do lixo da História, como a que alguns já abundantemente mostraram de enterrar o ideal comunista nos escombros da derrocada dos regimes socialistas.

«Já nada é como era dantes», escreve, em jeito lapidário, o cronista de uma rendição anunciada. «Nem o sindicalismo», especifica ele. E diz como via «antes» o sindicalismo português dirigido pela Intersindical Nacional: «Antigamente dava colorido às ruas com manifestações, cartazes levantados e palavras de ordem gritadas aos ouvidos surdos do patronato... Trata-se aqui de uma visão idílica - para os olhos de Luís Marques - de um passado que pretende ver assim para mais facilmente pintar o futuro que deseja. «Ouvidos surdos»? Quantas lutas - com ou sem o «colorido» irritante que o autor da prosa refere - feriram os ouvidos do patronato e do Governo e fizeram ambos recuar, na expectativa de «melhores tempos» para a ofensiva contra as conquistas dos trabalhadores?»

Nada é, efectivamente, como era dantes. Mas certamente que seria muito diferente do que é hoje sem as lutas e o «colorido» que o «Expresso» recorda sem nostalgia. Basta verificar que quinze anos de política de direita e uma dúzia de anos de PPD no Governo não foram suficientes para arrancar aos trabalhadores a totalidade das suas conquistas. Muito conseguiu a direita e o patronato, é certo. Muito mais, e mais rapidamente, o teria conseguido sem luta e com uma atitude de «sindicalismo moderno e responsável» que o águere propõe aos sindicalistas da Inter ou procura desvendar na sua suposta «rendição».

É uma evidência que, com o «Expresso», também o patronato e o Governo pretendem resumir o discurso dos sindicatos e restringi-lo à sala da Concertação Social, onde agora o sindicalismo discutiria, «ordeiro», os «complexos problemas da taxa de inflação e da União Económica e Monetária». Mas trata-se de um desejo, de um voto, de uma ambição de há muito revelada, e não de uma realidade que seja possível constatar.

Olhando o passado através dos vidros coloridos - provavelmente amarelos -, diz o articulista que a CGTP defendia antes «o não aos despedimentos, o não ao pacote laboral, o não ao fecho de empresas, o não a isto e o não àquilo. Ou seja», diz ainda, «coisas em que já nenhum trabalhador consciente acredita»... E o trabalhador «consciente» é, para este comentador, aquele que vai «resolvendo os problemas por si próprio. O estabelecimento por conta própria faz sonhar o canalizador, o pedreiro e o electricista, mais do que mil promessas da CGTP. E assim foram-se estabelecendo, cortando com a alienação em que se baseava o sindicalismo clássico»... Assim, com toda a gente estabelecida, a CGTP vai-se render. São estes, pelo menos, os votos do «Expresso». Sonhos envenenados de uma noite de Inverno...

LM

Área Metropolitana de Lisboa PCP propõe Daniel Branco para a presidência

Em conferência de imprensa ontem realizada, o PCP divulgou, sob o título genérico de «Uma nova instituição ao serviço de mais de 2,5 milhões de pessoas», uma Declaração de Princípios e Propostas sobre a Área Metropolitana de Lisboa.

Ao longo de 14 pontos, o documento enumera as posições defendidas pelo PCP ao longo do processo de criação das Áreas Metropolitanas, anunciando nomeadamente que irá «propor na futura Junta Metropolitana que a Junta e a sua Comissão Permanente sejam presididas por um Presidente de Câmara comunista e que as quatro vice-presidências sejam atribuídas a Presidentes de Câmara eleitos, pela CDU (2), pelo PS (1) e pelo PSD (1)», sendo que «o PCP indica como candidatos à Presidência da Junta Metropolitana e da sua Comissão Permanente e às duas vice-presidências, respectivamente Daniel Branco, Eufrazio Filipe e Pedro Canário.

Relativamente à importância das Áreas Metropolitanas afirma a Declaração que a sua criação «pessoas colectivas de direito público e de âmbito territorial» que «visam a prossecução de interesses próprios das populações da área dos municípios» que as integram, são um passo de grande significado no quadro institucional português.

«Não sendo a solução que o PCP preconizou, que apontava designadamente para o sufrágio directo, garantindo eleitos que se dedicariam em tempo permanente à AML, a configuração consagrada na lei actual, cuja legitimidade democrática assenta nos órgãos municipais anteriormente eleitos, atribui responsabilidades em acumulação a Presidentes de Câmara e a membros de Assembleias

Municipais que, obrigatoriamente, terão de partilhar as suas disponibilidades e empenho entre os Municípios de origem e os novos órgãos da AML.»

No ponto 4, o documento enumera o que o PCP considera serem a prioridades de intervenção da AML: os domínios do planeamento e ordenamento do território, dos transportes públicos, trânsito e acessibilidades, do ambiente (saneamento básico, da estrutura verde regional e Estuário do Tejo), dos grandes equipamentos.

Mais adiante afirma-se ainda que «relativamente a uma política integrada de habitação (social, cooperativa, reconversão de loteamentos), embora da responsabilidade essencial do Governo, caberá à AML insistir para

que sejam concretizadas medidas legais e financeiras que progressivamente efectivem o direito à habitação.»

No tocante à composição política dos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa afirma a declaração que «leal aos princípios de unidade e convergência na acção e de aprofundamento da democracia, o PCP defende que o funcionamento da AML se venha a caracterizar pela participação em todos os órgãos da AML das forças políticas com maiores responsabilidades autárquicas nos municípios da área, pela colegialidade, pela procura de entendimentos e pela disponibilidade permanente para o diálogo entre todos os eleitos.»

Com claras incidências quanto a importantes projectos em curso (nova ponte sobre o Tejo, novo aeroporto, etc.), o documento recorda que «sendo o ordenamento do território uma área de intervenção prioritária da AML e estando a decorrer a realização do Plano Regional de Ordenamento do Território - PROTAML - é indispensável ter em conta que a sua adjudicação e lançamento foram promovidos pela Administração Central na ausência da AML, mas que a conclusão, aprovação e implementação ocorrerão num quadro legal que obriga necessariamente à participação da AML.»

«Nesta conformidade - conclui-se - o Governo não pode tomar decisões e assumir compromissos e medidas casuísticas irreversíveis, desenhadas de uma análise globalizante e integradora, que possam vir a comprometer

ter o futuro e a conflitar interações e relacionamentos.»

Finalmente, a Declaração de Princípios enumera, além das inicialmente referidas acerca da composição dos órgãos dirigentes da AML, mais quatro medidas que o PCP irá tomar face às novas responsabilidades criadas:

«Criar um Organismo de Direcção, para a análise e orientação do trabalho dos eleitos do Partido na AML, com ligação directa à Comissão Política e constituído por dirigentes das Organizações Regionais de Lisboa e de Setúbal e por eleitos que integrarão as futuras Assembleia e Junta Metropolitana.

«Acelerar os trabalhos de preparação da lista a apresentar para a Assembleia Metropolitana, a ser votada pelo colégio eleitoral constituído pelos eleitos directos das Assembleias Municipais dos 18 Municípios que integram a AML.

«Propor a todos os Presidentes de Câmaras Municipais dos Municípios que integram a AML que intensifiquem as reuniões que têm vindo a realizar para análise de problemas da AML, incrementando o ritmo de trabalho conjunto.

«Propor à ANMP, por intermédio dos eleitos comunistas que integram os órgãos nacionais da Associação, que esta dinamize um encontro de análise conjunta de aspectos gerais das atribuições, das competências, e de financiamento das Áreas Metropolitanas, logo que estas se encontrem em funcionamento.»

Debate com Carlos Carvalhas sobre democracia paritária

Por iniciativa das ONGs da Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres (ex-CCF), realizou-se na passada segunda-feira um debate subordinado ao tema «Para quando a democracia paritária?»

Para este debate foram convidados os líderes dos partidos com assento parlamentar, tendo participado Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, Jorge Sampaio, secretário-geral do PS, e, pelo PSD, Correia Afonso.

Numa breve intervenção, Carlos Carvalhas expôs as linhas fundamentais das posições do PCP quanto aos problemas da igualdade de direitos para homens e mulheres, afirmando a concluir:

«Para o PCP a realização da democracia é indissociável da participação em igualdade dos homens e mulheres, o que exige não só o efectivo cumprimento das leis que consagram a igualdade e a instituição de mecanismos de garantia e fiscalização do seu cumprimento, mas também a adopção de estratégias políticas em que a pedagogia para a igualdade assumam um relevo particular para a necessária mudança de mentalidades.»

Este debate teve lugar dias após a divulgação pela imprensa da demissão da presidente, vice-presidentes e chefes de serviços

da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres face à transferência da tutela desta Comissão da Presidência do Conselho de Ministros para o Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Esta decisão traduz uma opção política de restringir o âmbito de actuação desta Comissão, em flagrante contradição com a intenção expressa em período pré-eleitoral de reforço dos seus poderes, mas coerente com a limitação do exercício dos direitos das mulheres e de agravamento de obstáculos à sua participação que tem sido prática dos governos PSD.

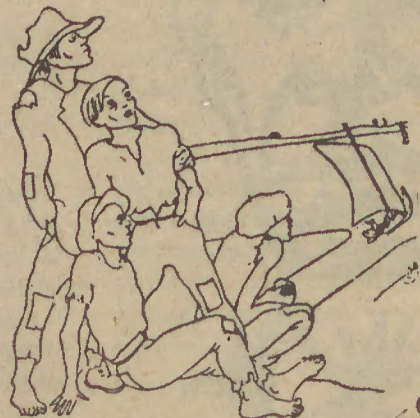
Em reacção a esta decisão, as ONGs da CIDM lançaram neste debate um abaixo-assinado em que se afirma que esta transferência «diminui a capacidade funcional da Comissão, o estatuto de representação externa de Portugal nesta matéria nos organismos internacionais em que é parte e constitui um retrocesso relativamente à política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres», manifestando ainda a preocupação «de poder estar em causa o estatuto das organizações de mulheres junto da Comissão».

O MDM divulgou entretanto o teor da sua posição junto do primeiro-ministro e em que é exigida a revogação daquela medida.

OBRAS
COMPLETAS
DE
SOEIRO
PEREIRA GOMES



«A vida e a obra de Soeiro Pereira Gomes reflectem as grandes linhas da realidade político-social em que se caldearam dias melhores para o povo Português»



edições
Avante!